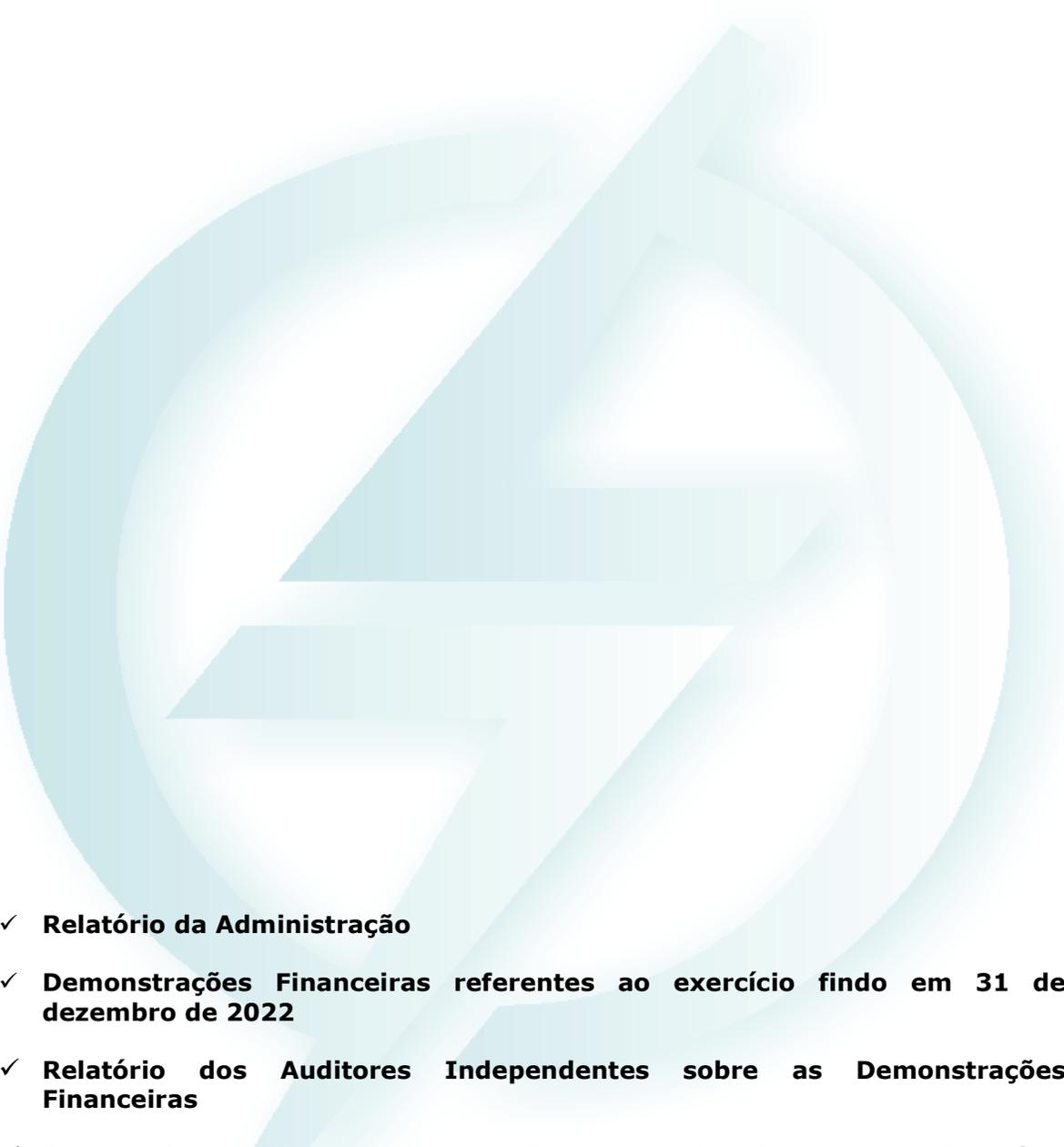


LIGHT S.A.

- 
- ✓ **Relatório da Administração**
 - ✓ **Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022**
 - ✓ **Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras**
 - ✓ **Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e Relatório dos Auditores Independentes**
 - ✓ **Relatório anual resumido do Comitê de Auditoria**
 - ✓ **Parecer do Conselho Fiscal**

Mensagem da Administração

Assumi, em agosto de 2022, a liderança da Light, uma empresa essencial para o setor elétrico brasileiro, com um histórico centenário de contribuições para o desenvolvimento do país, mas que também enfrenta enormes desafios.

Minha chegada ocorreu nesse momento especialmente desafiador, em que as dificuldades estruturais históricas da área de concessão da Light SESA, por conta das particularidades do Rio de Janeiro, foram agravadas por questões macroeconômicas, tendo sido constatada a necessidade de buscar uma readequação da estrutura de capital da companhia.

O consumo faturado de energia do Rio de Janeiro em 2022 permaneceu em níveis inferiores ao pré-Covid. Quando observamos a trajetória de longo-prazo, constatamos que o consumo faturado de baixa tensão da Light em 2022 foi 12,5% menor que em 2013. Ao mesmo tempo, as perdas não técnicas – aquelas relacionadas ao furto de energia – e a inadimplência continuam sua gradual trajetória de crescimento. E as taxas de juros no Brasil voltaram para um patamar muito alto; a expectativa é que permaneçam nesse patamar.

Nesse cenário, o desequilíbrio que já existia na estrutura de capital da Light SESA se agravou ainda mais. A Companhia vem trabalhando na busca de alternativas que garantam a sustentabilidade dos nossos negócios no longo prazo. Com esse trabalho visamos, antes de tudo, a continuidade, qualidade e expansão do nosso serviço na nossa área de concessão, além de endereçar de maneira equilibrada os interesses de todos os *stakeholders*.

Essas alternativas passam pela renovação da concessão da Light SESA, que vence em 2026. Nosso objetivo é antecipar esse processo. Nós iniciamos discussões com a Aneel e o Ministério de Minas e Energia em busca da renovação antecipada em bases que garantam a sustentabilidade da concessão e do nosso negócio. A renovação precisa levar em consideração as particularidades do Rio de Janeiro, especialmente em relação às perdas não técnicas em áreas de severa restrição operacional e a altíssima reincidência no furto de energia e inadimplência em áreas convencionais.

A Light tem hoje uma diretoria renovada e com a expertise necessária para superar esses desafios, comprometida com o *turnaround* da companhia no curto prazo e a retomada do nosso protagonismo histórico no longo prazo.

Enquanto levamos adiante essas negociações para a renovação da concessão, reiteramos o nosso compromisso com nossos clientes, nossas obrigações regulatórias e a manutenção da boa qualidade dos serviços prestados pela Light.

A Light SESA é a 2ª melhor distribuidora do país em FECi e a 4ª melhor no DECI, dentre aquelas com mais de 1 milhão de clientes.

A readequação da nossa estrutura de capital da Light SESA e a renovação do seu contrato da concessão em bases sustentáveis são essenciais para garantir a qualidade, continuidade e expansão do nosso serviço de Distribuição na nossa área de concessão.

Na Light Energia, que agrupa nossos ativos de geração, continuamos a fornecer energia renovável de forma sustentável e lucrativa. Além disso, exercemos papéis fundamentais no fornecimento de água limpa e potável para a maior parte da Grande Rio de Janeiro e de municípios da Baixada Fluminense; e no suporte à maior reserva privada de Mata Atlântica do nosso Estado.

Nos últimos meses, intensificamos o processo de reestruturação interna da Light, com o objetivo de torná-la mais eficiente. Aceleramos a modernização da companhia com a atualização de processos e sistemas, desburocratização, busca de eficiência e excelência operacional. Somos hoje uma empresa eficiente na gestão de despesas e na alocação de recursos.

Engajamos um corpo de lideranças altamente qualificado e comprometido com a recuperação do protagonismo histórico da Light.

Concentramos nossos investimentos naqueles estritamente necessários para a sustentabilidade do nosso serviço até a renovação da concessão, de forma a maximizar o fluxo de caixa nos próximos 36 meses, período que será crucial para o Grupo. Tudo isso, obviamente, sem afetar a qualidade e segurança dos nossos serviços.

As mudanças estruturais que promovemos em 2022 também visam preparar o Grupo para as profundas mudanças em andamento no setor elétrico.

Para a transformação digital da Companhia, procuramos otimizar nossa evolução tecnológica com investimentos constantes que assegurem uma experiência de qualidade aos nossos 4,3 milhões de clientes cariocas e fluminenses. Com isso, obtivemos um salto de inovação no uso de canais digitais.

Agradeço a todos - colaboradores, parceiros de negócios, credores, acionistas e investidores - que se uniram em torno da transformação da Light em 2022. E ao esforço que está sendo feito para fazer surgir uma companhia leve, ágil, inovadora e eficiente e com alta capacidade de atender às expectativas de nossos clientes.

Octavio Pereira Lopes
CEO

Conforme descrito na seção 1.1 das Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Administração avaliou e concluiu que, apesar das incertezas ali descritas, a Companhia possui condições de dar continuidade a suas operações para os próximos 12 meses.

Adicionalmente, a Administração da Companhia perseguirá e envidará os melhores esforços nas diversas estratégias mencionadas na seção 1.1 das DFs de 2022. Porém, não há garantia de que a Companhia terá êxito nas estratégias, visto que parte relevante dos elementos das estratégias não está sob o controle da Administração da Companhia, existindo, portanto, uma incerteza sobre seu sucesso. Os eventos e condições, anteriormente mencionados, individual ou coletivamente, indicam, no julgamento da Administração da Companhia, a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Light e da Light SESA, controlada da Companhia.

Perfil Corporativo

A Light está presente em 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro abrangendo uma região com cerca de 11 milhões de pessoas e encerrou 2022 com aproximadamente 4,3 milhões de clientes. Com sede na cidade do Rio de Janeiro, o Grupo Light é constituído pela *holding*, Light S.A., por suas controladas diretas - Light Serviços de Eletricidade S.A. (distribuição de

energia), Light Energia S.A. (geração de energia), Lightcom Comercializadora de Energia S.A. (comercialização de energia), Light Conecta Ltda. (geração de energia e serviços), Light Soluções em Eletricidade Ltda. (serviços) e Instituto Light (institucional) – e por controladas em conjunto: Amazônia Energia Participações S.A. (participação na UHE Belo Monte) e Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. (serviços de TI).

Distribuição de Energia

Reajuste Tarifário

Em 15 de março de 2022, a Aneel aprovou o resultado da Revisão Tarifária Periódica de 2022 da Light SESA.

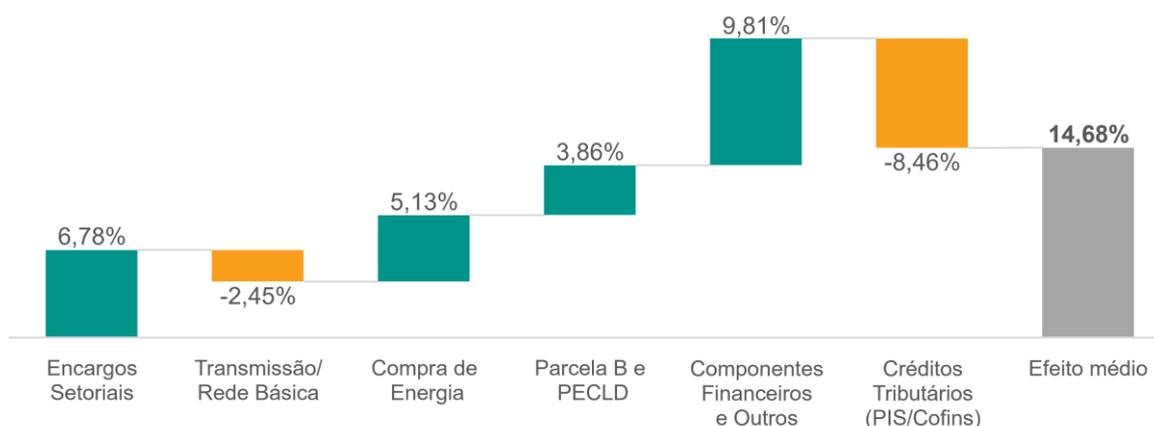
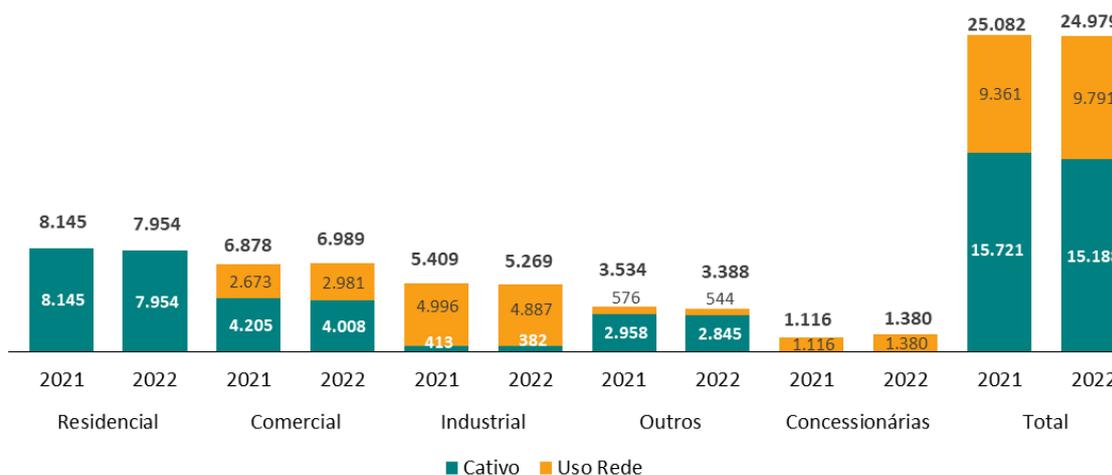
Como resultado da Revisão Tarifária, os itens associados ao serviço de distribuição de energia elétrica que compõem as tarifas da Light SESA homologados pela ANEEL somam R\$3.531 milhões.

Esses mesmos itens, que compuseram a Parcela B repassada no último Reajuste Tarifário da Light SESA, ocorrido em 15 de março de 2021, somavam R\$3.052 milhões.

No caso do repasse das perdas de energia, o percentual de perdas não-técnicas passa a ser de 40,93% para o primeiro ano do ciclo tarifário e de 37,40% para o último ano, considerando os mercados AS (subterrâneo) e BT (baixa tensão). Para fins de comparabilidade ao indicador definido na revisão tarifária anterior, que levou em consideração apenas o mercado de baixa tensão, o repasse de perdas não-técnicas homologado seria equivalente a 41,46% no primeiro ano e a 37,89% no último. Isso representa uma elevação média de 3,61 p.p. em relação ao indicador anterior (36,06%). As perdas técnicas passaram a representar 6,86% da carga fio, vs. 6,34% definido na última revisão tarifária.

Além do recálculo dos itens associados ao serviço de distribuição e da redefinição dos percentuais de perdas regulatórias, as novas tarifas da Light SESA refletem também uma atualização dos itens da Parcela A (associados a compra de energia, encargos setoriais e custos de transmissão) em +9,46%, bem como dos componentes financeiros (líquido) de +9,81%. Em relação a esse último item, a contribuição de R\$1,050 bilhão de créditos tributários da Light SESA referentes ao trânsito em julgado da exclusão do ICMS da base do PIS/Cofins possibilitou uma redução tarifária de 8,46%.

O efeito conjunto desse processo resultará um reajuste médio das contas de energia elétrica da Light SESA de 14,68%, conforme detalhado no gráfico abaixo. Os clientes de baixa tensão (residencial e comercial) terão correção média de 15,53% e de alta tensão (industrial) de 12,89%. Como pode ser verificado, os itens associados a Parcela B (Distribuição) e Receitas Irrecuperáveis representam apenas 3,86% do efeito médio total.

Efeito médio para o consumidor

Desempenho Operacional
Evolução do Mercado


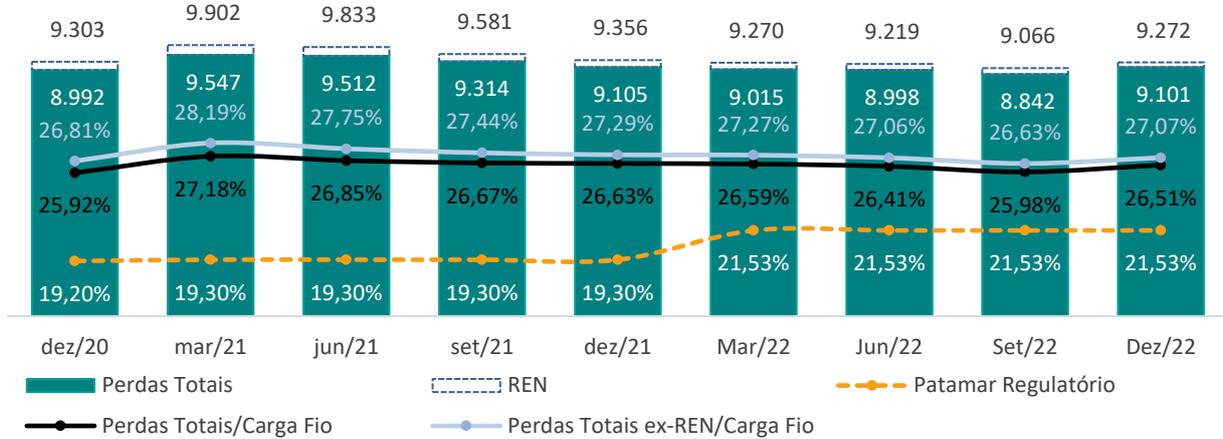
Em 2022, o mercado faturado total apresentou uma queda de 0,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa retração é decorrente, em especial, do menor consumo médio de residências, com a retomada de atividades externas após o período mais crítico da Pandemia, e da atividade do setor siderúrgico, que passa por um momento de menor demanda global. Por outro lado, o crescimento da classe de concessionárias é consequência da redução de geração realizada nas áreas das concessionárias vizinhas, o que levou ao maior fluxo de energia da Light para elas.

Perdas de Energia

As perdas totais dos últimos 12 meses encerrado em dezembro/22 foi de 9.101 GWh vs. 9.105 GWh em dezembro/21. O indicador das perdas totais sobre a carga fio encerrou 2022 em 26,51% contra 26,63% no final de 2021.

Evolução das Perdas Totais [GWh]

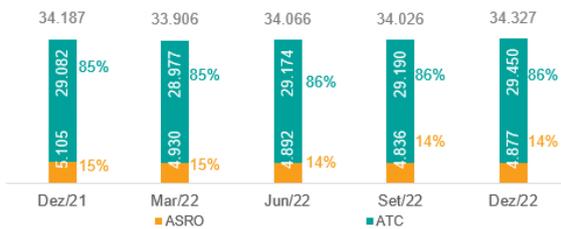
12 meses



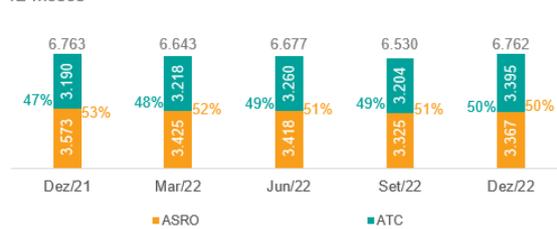
A Companhia está 4,98 p.p. acima do percentual de repasse regulatório na tarifa, de 21,53%, conforme parâmetros definidos pela Aneel na Revisão Tarifária Periódica ocorrida em março/22.

Carga Fio [GWh]

12 meses


Perda não-técnica [GWh]

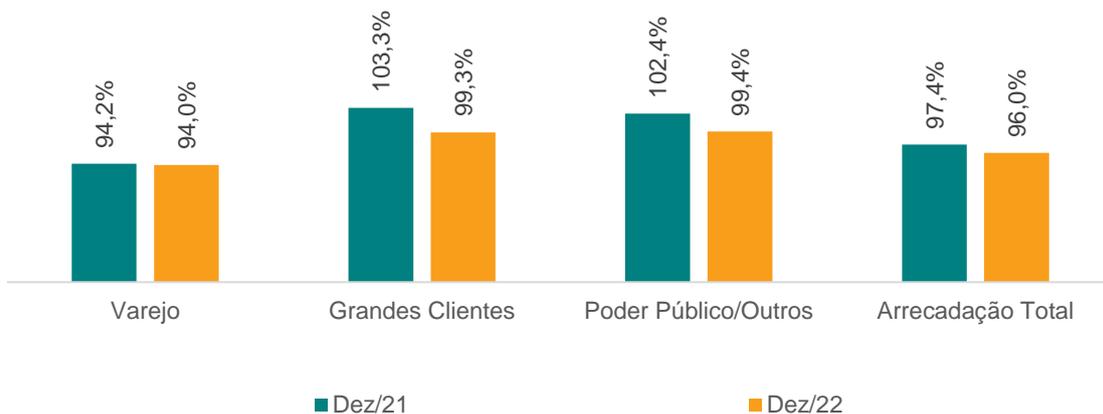
12 meses



Ao final de 2022, a perda não-técnica (12 meses) das Áreas de Severas Restrições à Operação (ASRO) representou 50% ou 3.367 GWh. Na Área Convencional (ATC), a perda não-técnica encerrou dezembro/22 em 3.395 GWh (50%).

Arrecadação
Taxa de arrecadação por segmento

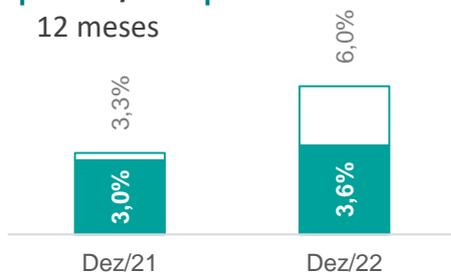
12 meses [considera parcelas vencidas de REN]



O índice de arrecadação total média móvel 12 meses em dezembro/22 atingiu 96,0%, 1,4 p.p. abaixo da apresentada em dezembro/21 (97,4%). O resultado verificado decorreu da piora do indicador para os segmentos Grandes Clientes Privados e Poder Público.

PECLD/ROB

12 meses



□ PECLD não-recorrente ■ PECLD/ROB

O indicador PECLD sobre Receita Operacional Bruta (12 meses) encerrado em dezembro/22 foi de 6,0%, 2,7 p.p. acima do índice ajustado em dezembro/21, refletindo a abertura da curva de inadimplência verificada ao longo de 2022.

Qualidade dos Serviços

Indicador	2022	2021	Limites estabelecidos pela ANEEL
DECi	6,32	6,34	6,95
FECi	3,07	3,44	4,81

A Light continua com excelentes resultados operacionais, tendo atingido em 2022 os melhores valores de DECI e FECi dos últimos 20 anos.

Em dezembro de 2022, a Light alcançou os valores de 6,32 horas no DECI e 3,07x no FECi da Companhia, representando uma redução de 0,3% e 10,8%, respectivamente na comparação com o mesmo período do ano anterior.

Os indicadores performaram abaixo dos limites estabelecidos pela ANEEL no contrato de concessão. O DECI encerrou o ano 9,0% (-0,63h) abaixo do limite de 6,95 horas e o FECi em 36,2% (-1,74 pontos) abaixo do limite de 4,81x.

Atendimento ao Cliente

A Light manteve, em 2022, o esforço para a continuidade da evolução dos canais digitais, buscando melhorias nos procedimentos e processos de atendimento, bem como na automatização de tarefas, relatórios e indicadores. Essas ações permitem um acompanhamento mais assertivo da execução de serviços.

A transformação digital vivida pela Companhia tem como um dos pontos altos a rápida evolução do relacionamento com o cliente de varejo. Em 2022, todos os serviços de atendimento estavam disponibilizados de forma totalmente on-line. Entre as soluções implantadas, os principais serviços possuem fluxos totalmente digitais, validando documentos automaticamente e consultando os sistemas da empresa em tempo real.

A mudança mais evidente ocorreu na Unidade de Resposta Audível (URA) do *call center*, realizada em 2022, com a adoção de tecnologia de inteligência artificial, capaz até mesmo de identificar quando é necessário transferir chamadas para agentes humanos. O novo sistema possibilitou aumento de 208% de clientes pré-atendidos pela URA, reduzindo a quantidade

de atendimento humano a 9%. Além dos ganhos em experiência do usuário, as medidas trouxeram um salto em produtividade e em redução de custos.

Disponível pelo Whatsapp, Lia, a representante virtual da Light, contabilizou 7,3 milhões de atendimentos em 2022, um aumento de 187%. Suas funcionalidades, no ano, respondiam a 19 diferentes tipos de problemas, de aviso de falta de luz e acompanhamento de serviços a parcelamento de débitos.

De ponta a ponta, a experiência do cliente Light está digitalizada e automatizada, o que torna o processo mais célere e fluido. Para aqueles que optam pelo atendimento presencial, a Light manteve suas agências físicas. Apesar da manutenção de todas as lojas, observamos redução dos atendimentos presencial em 20%, consequência do impulsionamento do atendimento digital. O projeto para transformar a Light em uma empresa com atendimento digital já recebeu investimentos totais de R\$6,9 milhões, sendo R\$4,4 milhões em 2022.

Desempenho Financeiro

Em 2022, o EBITDA CVM¹ da distribuidora foi de R\$1.817 milhões, uma redução de R\$2.996 milhões em relação aos R\$1.179 milhões apurados em 2021. Essa retração foi devida, principalmente, a provisões de -R\$2.513 milhões no período, sendo referentes, em especial, ao reconhecimento de provisão para devolução de créditos de PIS/COFINS aos consumidores, conforme Lei 14.385/22 (-R\$1.081 milhões), revisão nas metodologias e estimativas de PECLD (-R\$855 milhões) e de provisões para contingências JEC e Cível (-R\$379 milhões).

Geração de Energia (Light Energia S.A.)

Desempenho Operacional

Compra e Venda de Energia (MWm)*	2022	2021	Varição 2022/2021
Venda Ambiente de Contratação Livre (ACL)	459	455	0,9%
Venda Spot (CCEE)	34	18	88,3%
Compra Ambiente de Contratação Livre (ACL)	35	74	-53,0%
Compra Spot (CCEE)	-	4	-100%

*Valores incluem as plantas de: Fontes Nova, Nilo Peçanha, Pereira Passos, Ilha dos Pombos, Santa Branca e PCH Lajes.

Em 2022, o volume de venda no ACL foi de 459 MWh, +0,9% se comparado a 2021 e a compra no ACL foi de 35 MWh, -53,0%. Essa redução no volume de transação ocorreu em virtude da estratégia de hedge hidrológico com a menor necessidade de compra no ACL.

Pequena Central Hidrelétrica Lajes

A Lajes Energia S.A. explora comercialmente a PCH Lajes, usina com potência instalada correspondente a 17 MW, que entrou em operação comercial em julho/18.

1

EBITDA não é uma medida reconhecida pelo BRGAAP ou pelos IFRS e é utilizado como medida adicional de desempenho de suas operações, e não deve ser considerado isoladamente ou como uma alternativa ao Lucro Líquido ou Lucro Operacional, como indicador de desempenho operacional ou como indicador de liquidez. De acordo com a Instrução da CVM 527/2012, o EBITDA CVM apresentado é calculado a partir do lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, despesas financeiras líquidas, depreciação e amortização.

Desempenho Financeiro

Em 2022, a receita líquida da Light Energia totalizou R\$806 milhões, sendo 5,6% abaixo da registrada em 2021. EBITDA CVM foi de R\$628 milhões e o resultado líquido foi de R\$146 milhões, 42,0% acima do apurado em 2021.

Essa variação pode ser explicada pela melhora do cenário hidrológico ao longo do ano de 2022, que levou ao aumento do GSF e à queda do PLD, reduzindo os custos com compra de energia. A Light mostrou grande eficiência na estratégia de proteção do resultado aos riscos de mercado (GSF/PLD).

Comercialização de Energia (Lightcom)

Desempenho operacional

Em 2022, a Lightcom comercializou 604 MWh de energia, 9,4% abaixo do volume de 2021, de 667 MWh. Essa variação é resultado da diminuição das operações de curto prazo, decorrente da menor necessidade de cobertura da Light Energia e da menor demanda no mercado.

Desempenho Financeiro

Em 2022, a receita líquida da Lightcom totalizou R\$1.160 milhões, sendo 11,8% abaixo da registrada em 2021. O EBITDA CVM foi de R\$110 milhões e o Resultado líquido foi de R\$87 milhões, 15,5% acima do apurado em 2021.

Holding (Light S.A.)

Desempenho Financeiro

Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida, desconsiderando a receita de construção, totalizou em 2022 R\$12.107 milhões, 13% abaixo da registrada em 2021. Essa redução foi influenciada pelos estornos de faturamento de regularizações, pelo não acionamento das bandeiras tarifárias e pela variação negativa na conta CVA, que é uma compensação para cobertura dos custos com a Parcela A.

Custos e despesas

Os custos e despesas operacionais consolidados, já desconsiderando os custos de construção, encerraram o ano de 2022 em R\$15.179 milhões, 19,2% superior ao apurado em 2021. Essa variação pode ser explicada, principalmente, pelo reconhecimento de provisão para devolução de créditos de PIS/COFINS aos consumidores, conforme Lei 14.385/22 (-R\$1.081 milhões), revisões nas metodologias e estimativas de PECLD (-R\$855 milhões) e de provisões para contingências JEC e Cível (-R\$379 milhões).

EBITDA CVM

Em 2022, o EBITDA CVM foi de R\$1.180 milhões, apresentando uma redução R\$3.001 milhões se comparado a 2021. Essa retração foi devida, principalmente, a provisões de -R\$2.513 milhões no período, sendo referentes, em especial, ao reconhecimento de provisão

para devolução de créditos de PIS/COFINS aos consumidores, conforme Lei 14.385/22 (-R\$1.081 milhões), revisões nas metodologias e estimativas de PECLD (-R\$855 milhões) e de provisões para contingências JEC e Cível (-R\$379 milhões).

Resultado Líquido

Em 2022, a Light S.A. apurou um resultado líquido de -R\$5.673 milhões, R\$6.070 milhões abaixo em relação ao ano anterior. Essa retração ocorreu, principalmente, no segmento de Distribuição, em função do reconhecimento de provisão de -R\$1.081 milhões para devolução de créditos de PIS/COFINS aos consumidores, da atualização financeira desses valores, que totalizaram -R\$1.584 milhões, e do *impairment* da recuperabilidade de IR/CS diferidos, no valor de -R\$1.634 milhões.

Endividamento

A dívida líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2022 totalizou R\$9.032 milhões, aumento de 23% em comparação a 2021, de R\$7.353 milhões.

O indicador de *covenants* Dívida Líquida/EBITDA ajustado para fins de *covenants* encerrou 2021 em 3,32x, menor do que no 2021 (3,48x). O EBITDA ajustado para fins de *covenants* das dívidas da Companhia e de suas subsidiárias exclui efeitos não-caixa, tais como Equivalência Patrimonial, Provisões, VNR e Outras Receitas/Despesas Operacionais.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia estava adimplente com os *covenants* financeiros estabelecido em contratos de dívidas.

Investimentos

O valor total de investimentos no ano de 2022 foi de R\$1.506 milhões, 6% acima se comparado ao ano anterior. O segmento de distribuição totalizou R\$1.090 milhões, com destaque às atividades ligadas ao programa de combate às perdas, recuperação de energia e novas ligações de redes.

Em 2022, a Light Energia realizou investimentos no montante de R\$225 milhões, representando um incremento de 27,7% em relação a 2021. Esse aumento reflete os projetos de modernização dos sistemas de bombeamento do parque gerador e na reposição de ativos, além das obras de recuperação do vertedouro da UHE Ilha dos Pombos e da construção do túnel *by-pass* no Complexo de Lajes. Já foram investidos R\$306 milhões nessas últimas duas iniciativas.

Governança Corporativa e Mercado de Capitais

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social da Light S.A. era composto por 372.555.324 ações ordinárias.

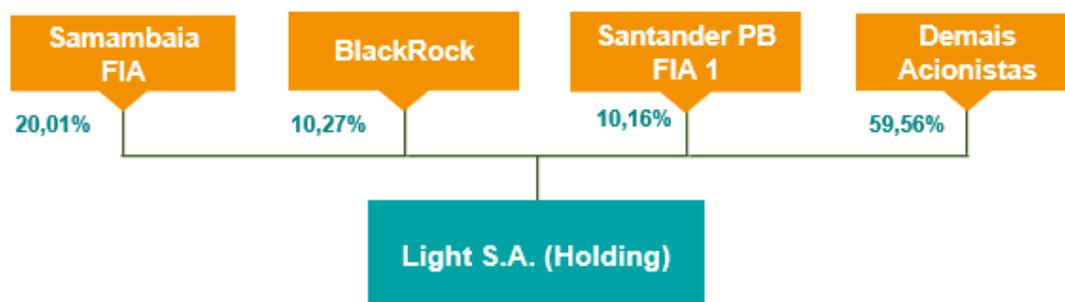
As ações da Light estão listadas no Novo Mercado da B3 desde julho de 2005. As ações da Companhia compõem o IBrA, IGC, ITAG, IGCT, IGC – NM, SMLL, ISE, UTIL e IEE. As ações da Light também são negociadas no mercado de balcão americano (*Over-the-Counter* - OTC), através de ADR Nível 1, sob o *ticker* LGSXY.

Ao final de dezembro de 2022, a ação da Light (LIGT3) estava cotada em R\$4,63, apresentando um valor de mercado de R\$1,7 bilhão.

O Conselho de Administração da Light era composto em 31 de dezembro de 2022 por 8 membros, sendo todos independentes. Para o auxílio do Conselho de Administração existem 4 comitês: Comitê de Operações e Finanças; Comitê de Auditoria Estatutário; Comitê de Pessoas e Governança; e Comitê ESG+.

Composição acionária (Light S.A.)

A composição acionária da Light em 31 de dezembro de 2022 era:



Distribuição de Dividendos (Light S.A.)

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 27 de abril de 2022, foi aprovada a proposta da Administração da Companhia no sentido de destinar o lucro líquido relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, no montante total de R\$398 milhões da seguinte forma: (i) Constituição de Reserva Legal no valor de R\$20 milhões; (ii) o valor de R\$95 milhões destinado à distribuição aos acionistas, a título de dividendo obrigatório (iii) constituição de Reserva de Retenção de Lucro, no valor de R\$299 milhões, ajustado pelo efeito da realização do ajuste de avaliação patrimonial no valor de R\$15 milhões.

Compromisso com o Futuro

Gestão de Pessoas

A estratégia de gestão de pessoas e as diretrizes estabelecidas para a operação da empresa têm como meta fortalecer a cultura organizacional utilizando o desempenho como principal parâmetro. Em 2022, a Companhia efetuou uma reorganização no quadro funcional com o objetivo de otimizar a estrutura hierárquica, facilitando a comunicação, dando mais celeridade aos processos internos e agilizando a tomada de decisão. Nesse contexto, foram revistos diversos processos com o objetivo de melhorar a trajetória dos colaboradores, assim como atrair e reter talentos.

A Companhia possui um sistema estruturado de formação na sua universidade corporativa, a Academia Light. Nela os treinamentos têm como foco a gestão do conhecimento ajustado aos desafios do setor elétrico, sendo preparada para atender as necessidades técnicas de formação e reciclagem do corpo de especialistas. Entre os recursos oferecidos, dispõe de instalações que simulam o ambiente de uma subestação da rede elétrica.

Em 2022, as atividades foram organizadas em programas corporativos, treinamentos para formação (destinados à capacitação básica para o exercício da função), treinamentos

obrigatórios (cursos destinados a atividades específicas) e workshops internos para aperfeiçoamento profissional. Durante o ano, registrou-se mais de 10 mil participações nos cursos. A média de horas de capacitação no ano por colaborador ficou em 21,7.

Além disso, para a Light, ser diversa e inclusiva é condição indispensável para a garantia de um ambiente de trabalho equânime e produtivo. Desde 2021, a Companhia mantém o Empodera - Programa de Diversidade, Equidade e Inclusão, composto por cinco grupos prioritários: gênero, raça, pessoas com deficiência, orientação sexual e diversidade geracional.

Por tradição, a Light é uma Companhia diversa em relação a gênero e raça. O ano de 2022 representou um período de reflexão sobre os próximos passos para avançar em termos de inclusão, diversidade e equidade em todos os níveis e para todos os grupos prioritários.

No último ano, a Companhia priorizou o tema Gênero e atingiu um avanço relevante com o aumento da presença feminina em postos operacionais. Para chegar a esse resultado, a equipe de gestão instituiu uma série de ações para trabalhar o tema vieses inconscientes entre as lideranças.

A Light acredita que a promoção da diversidade no ambiente de trabalho e a garantia da igualdade de oportunidades e direitos são fundamentais e estão inseridas nas diretrizes de meritocracia da Companhia.

Segurança no Trabalho

Fortalecer uma cultura de saúde e segurança constitui uma prioridade para a Light. A gestão da área atua de acordo com os normativos de saúde e segurança do trabalho, estruturados em conformidade com as exigências legais e normas nacionais e internacionais. Os sistemas de gestão de saúde e segurança do trabalho contam com ferramentas automatizadas e os manuais e procedimentos estão disponíveis aos colaboradores na intranet.

A Light possui uma política formal para todas as práticas de empregados e terceiros no que diz respeito a identificar os perigos e tratar os riscos relativos à segurança e saúde ocupacional. Também determina contratualmente que todas as empresas terceirizadas sigam as diretrizes de saúde e segurança da empresa, checando periodicamente essa adesão por meio de auditorias e inspeções de segurança do trabalho.

O Sistema de Saúde e Segurança do Trabalho em vigência fornece a base para o sistema de gerenciamento de risco ocupacional da empresa seguindo os requisitos legais, especificamente a Norma Regulamentadora (NR) 01 do Ministério do Trabalho. Além da norma, o sistema prevê diversos procedimentos que envolvem uma visão de melhoria contínua.

Em 2022, a Companhia encerrou o ano sem nenhum acidente fatal envolvendo sua força de trabalho, reflexo das ações de prevenção implantadas e do engajamento em mudanças de comportamento e atitudes por toda a força de trabalho. Como consequência dessas ações de Saúde e Segurança temos a redução de 35% nos indicadores de frequência de 2022 quando comparado com o ano anterior.

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Em 2022, a Companhia investiu R\$21 milhões em projetos de P&D - R\$18 milhões pela Light SESA e R\$3,0 milhões pela Light Energia. Esses montantes foram destinados a pesquisas para desenvolvimento de novos produtos e serviços, além da gestão do programa de P&D. Dos 10 projetos finalizados, quatro passaram por auditoria contábil-financeira e foram submetidos à fiscalização da Aneel. Os demais projetos finalizados durante o ano serão submetidos à auditoria no primeiro trimestre de 2023.

Entre as iniciativas em andamento, se destaca o projeto para o desenvolvimento de soluções para mobilidade elétrica compartilhada, conduzido em parceria com as multinacionais Energy Assets do Brasil e Siemens. O estudo analisa a implantação de infraestrutura e sistemas de abastecimento para *e-carsharing* e micromobilidade, tendo em vista a economia de baixo carbono. Como objetivo imediato, o projeto prevê a aplicação dos resultados da pesquisa pela própria Light, na gestão do uso compartilhado de veículos elétricos em sua frota.

Um segundo projeto, iniciado em dezembro de 2022, prevê o desenvolvimento de indicadores para avaliação dos serviços ambientais prestados pelo manejo sustentável de macrófitas aquáticas nos reservatórios do subsistema Santana-Ponte Coberta, com influência sobre a segurança hídrica da região metropolitana do Rio de Janeiro. Um dos objetivos do estudo prevê o desenvolvimento de modelo matemático que permita estimar a quantidade de carbono sequestrado da atmosfera pelas macrófitas aquáticas e retido como composto orgânico.

Responsabilidade com o Meio Ambiente

Em suas atividades de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, a Light tem como diretriz o uso racional dos recursos naturais e a visão da transição energética para uma matriz de baixo carbono.

Os cuidados com os impactos ambientais estão previstos no Sistema de Gestão Ambiental (SGA), um conjunto de normas em vigência desde 2001, que regula as principais atividades da Light. As operações da Companhia possuem a certificação ISO 9001, de gestão da qualidade, e a ISO 45001, de gestão de saúde e segurança ocupacional. Esse conjunto de regras e certificações formam o Sistema de Gestão Integrado (SGI).

Em sua estrutura de gestão, a Companhia mantém uma equipe dedicada aos cuidados ambientais. O acompanhamento do tema conta com o Comitê de ESG+, vinculado ao Conselho de Administração. Essa estrutura e suas iniciativas estão diretamente vinculadas à Diretoria, responsável por acompanhar os compromissos relacionados a questões ambientais e prestar contas ao Conselho de Administração.

Responsabilidade Social

Historicamente, a Light mantém um relacionamento ativo com as comunidades atendidas por suas operações, contribuindo com o seu desenvolvimento social. A Companhia tem como prioridade se manter presente por meio de iniciativas de estímulo à cultura, esporte, meio ambiente e educação, desenvolvidos de forma própria ou com parcerias com instituições e ONGs aptas a realizar projetos com recursos incentivados. O patrocínio de projetos sociais deve necessariamente contribuir para a promoção do desenvolvimento socioambiental e econômico nos 31 municípios em que atua. A Companhia estabeleceu como critério que esses apoios prevejam o incentivo da inclusão social e da cidadania.

Os princípios da Companhia, pautados na responsabilidade social, estão colocados de forma transparente em sua Política de Patrocínios e no Código de Conduta. E, atualmente, existe uma área dedicada ao tema, com profissionais habilitados para conduzir a estratégia definida e desenvolver as ações distribuídas de forma multidisciplinar pela estrutura da organização. Em 2022, de acordo com novas diretrizes, ficou decidido que parte da linha de investimento social seria destinada para projetos realizados em regiões vulneráveis socialmente e economicamente, no intuito de ampliar e estreitar o relacionamento com os moradores dessas localidades.

Foram elaboradas estratégias de atuação, que contribuíram na identificação e construção dos objetivos de muitos projetos realizados. A equipe de Relacionamento com Comunidades realizou a escuta ativa das demandas das comunidades locais, em interlocução com as lideranças comunitárias. A equipe de Patrocínios da Companhia, por meio da avaliação das propostas de patrocínio enviadas e, posteriormente, do acompanhamento dos projetos patrocinados, faz as avaliações de impacto social e observa se a entrega das metas e os indicadores foram cumpridos. Além do acompanhamento de nossos analistas e apresentação de resultados parciais, ao final da execução do projeto há a entrega da prestação de contas, apresentada em um relatório que contempla as atividades realizadas e os impactos obtidos.

No âmbito cultural, o programa promovido pelo Museu Light, implantado há 12 anos, consiste em um conjunto de ações educativas que tratam do uso consciente da energia e sua conexão com as temáticas ambientais e visam promover a Agenda 2030 da ONU. As atividades presenciais ocorrem no complexo cultural da Light - Centro Cultural Light, Museu Light da Energia e Teatro Lamartine Babo – e nas sedes de instituições educacionais participantes. Outra parte das ações se encontra disponibilizada em ambiente virtual - no site do Museu Light, no canal no Youtube e demais perfis nas redes sociais. A manutenção dos projetos tem origem nos recursos do Programa de Eficiência Energética (PEE) da Aneel e os ciclos de atuação das ações inscritas é bienal. Em 2022, os investimentos chegaram a R\$2,3 milhões.

Outras Informações

Audidores independentes

Em conformidade com a Resolução CVM nº 162/22, a Companhia declara que mantém contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. (“Deloitte”), firmado em 20 de abril de 2022, com vigência de 60 meses. Em 2022, a Deloitte prestou serviços de auditoria para as companhias do Grupo Light pelo montante de R\$1.269.935,86, compreendendo a auditoria das demonstrações financeiras (incluindo revisões trimestrais) e outros serviços relacionados à auditoria, tais como auditoria de demonstrações regulatórias e procedimentos previamente acordados sobre relatório controle patrimonial. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

BALANÇO SOCIAL

LIGHT S.A

1 - Base de Cálculo	2022			2021		
	Valor (mil reais)			Valor (mil reais)		
Receita líquida (RL)						
Resultado operacional (RO)			13.253.286			14.897.920
Folha de pagamento bruta (FPB)			(1.893.435)			1.190.925
			392.279			421.338
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil R\$)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil R\$)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	30.952	8%	0%	30.014	7%	0%
Encargos sociais compulsórios	58.400	15%	0%	56.912	14%	0%
Previdência privada	4.937	1%	0%	4.745	1%	0%
Saúde	24.883	6%	0%	24.533	6%	0%
Segurança e saúde no trabalho	523	0%	0%	653	0%	0%
Educação	1.228	0%	0%	1.442	0%	0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	70	0%	0%	194	0%	0%
Creches ou auxílio-creche	990	0%	0%	754	0%	0%
Participação nos lucros ou resultados	25.960	7%	0%	63.042	15%	0%
Outros	3.166	1%	0%	2.674	1%	0%
Total - Indicadores sociais internos	151.109	39%	1%	184.963	44%	1%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	4.380	0%	0%	2.827	0%	0%
Cultura	36.545	-2%	0%	17.154	1%	0%
Saúde e saneamento	2	0%	0%	1.168	0%	0%
Esporte	38.267	-2%	0%	5.068	0%	0%
Outros	34.737	-2%	0%	28.432	2%	0%
Total das contribuições para a sociedade	113.931	-6%	1%	54.648	5%	0%
Tributos (excluídos encargos sociais)	6.127.534	-324%	46%	6.021.677	506%	40%
Total - Indicadores sociais externos	6.241.465	-330%	47%	6.076.325	510%	41%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil R\$)			Valor (mil R\$)		
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	168.154	-9%	1%	121.202	10%	1%
Total dos investimentos em meio ambiente	168.154	-9%	1%	121.202	10%	1%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas () cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75% (X) cumpre de 76 a 100%	() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50%	() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75% (X) cumpre de 76 a 100%	() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50%
5 - Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados(as) ao final do período	4.475			5.223		
Nº de admissões durante o período	217			340		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	8.649			8.656		
Nº de estagiários(as)	25			21		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	1.014			1.023		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	838			1.021		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	27%			31%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	2.497			2.908		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	19%			17%		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	170			155		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2022			Metas 2023		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	36,83			ND		
Número total de acidentes de trabalho	56			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados	(X) todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados	(X) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(X) segue as normas da	() incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	(X) seguirá as normas da	() incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(X) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	(X) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(X) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 162.913	no Procon 2.982	na Justiça 70.600	na empresa Reduzir 10%	no Procon Reduzir 10%	na Justiça Reduzir 10%
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 99,97%	no Procon 99,66%	na Justiça 48,0%	na empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça 100%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2022: 7.774.852			Em 2021: 10.606.440		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	112,78,% governo	6,41% colaboradores(as)	0,00% acionistas	74,76% governo	4,17% colaboradores(as)	0,89% acionistas
7 - Outras Informações	53,76% terceiros	72,96% prejuízo		17,31% terceiros	2,86% retido	

*O Resultado operacional não contempla os resultados de equivalência patrimonial

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS,
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS,**

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	1
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	3
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	4
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA E CONSOLIDADO.....	5
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	6
DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS.....	7
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	8
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	15
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	17
4. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO.....	28
5. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA.....	29
6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	30
7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	30
8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	31
9. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR.....	33
10. TRIBUTOS DIFERIDOS.....	35
11. OUTROS CRÉDITOS.....	37
12. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DO SETOR	38
13. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO.....	39
14. ATIVO DE CONTRATO.....	40
15. INVESTIMENTOS	41
16. IMOBILIZADO.....	43
17. INTANGÍVEL.....	44
18. FORNECEDORES.....	45
19. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR.....	46
20. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	46
21. DEBÊNTURES.....	50
22. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS	54
23. CONTINGÊNCIAS	59
24. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO.....	62
25. OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO E ATIVO DE DIREITO DE USO.....	68
26. ENCARGOS REGULATÓRIOS.....	69
27. OUTROS DÉBITOS.....	70
28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	70
29. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	72
30. PLANO DE PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES.....	74
31. RECEITA LÍQUIDA	76
32. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	77
33. RESULTADO FINANCEIRO	78
34. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS.....	79
35. SEGUROS	88
36. COMPROMISSOS CONTRATUAIS	89
37. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA	90
38. EVENTOS SUBSEQUENTES	90

LIGHT S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e equivalentes de caixa	6	2.693	9	43.886	396.777
Títulos e valores mobiliários	7	720.172	62.647	2.039.665	3.208.196
Contas a receber de clientes	8	-	-	1.005.527	2.424.681
Estoques		-	-	75.627	65.659
Tributos e contribuições a recuperar	9	30	1.719	782.502	1.262.787
Ativos financeiros do setor	12	-	-	157.860	1.171.882
Despesas pagas antecipadamente		250	353	23.309	28.844
Dividendos a receber	15	37.076	517.838	-	-
Serviços prestados a receber		-	1.474	34.241	17.316
Outros créditos	11	10.091	15.941	401.627	612.941
		770.312	599.981	4.564.244	9.189.083
Ativos classificados como mantidos para venda	5	208.648	41.446	208.648	134.946
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		978.960	641.427	4.772.892	9.324.029
Contas a receber de clientes	8	-	-	1.416.644	1.220.687
Tributos e contribuições a recuperar	9	-	-	3.674.179	3.674.704
Tributos diferidos	10	-	-	859.455	895.715
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	34	-	-	13.611	190.409
Depósitos judiciais	22	663	878	221.491	221.572
Ativos financeiros do setor	12	-	-	41.542	308.390
Ativo financeiro da concessão	13	-	-	7.697.294	6.821.988
Outros créditos	11	-	-	160	1.121
Ativo de contrato	14	-	-	664.760	558.254
Investimentos	15	1.872.899	8.191.828	43.620	357.761
Imobilizado	16	-	-	2.003.637	1.809.881
Intangível	17	234	-	2.467.869	2.833.555
Ativo de direito de uso	25	-	-	228.949	59.806
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		1.873.796	8.192.706	19.333.211	18.953.843
TOTAL DO ATIVO		2.852.756	8.834.133	24.106.103	28.277.872

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LIGHT S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais)

PASSIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Fornecedores	18	1.001	358	1.506.031	2.154.037
Tributos e contribuições a pagar	19	641	288	238.840	383.600
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	308.946	403.230
Debêntures	21	-	-	652.532	1.530.433
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	34	-	-	43.762	-
Passivos financeiros do setor	12	-	-	911.538	276.353
Dividendos a pagar	29	-	94.512	-	94.512
Obrigações trabalhistas		905	3.093	67.631	104.492
Valores a serem restituídos a consumidores	9	-	-	1.104.698	831.250
Obrigações por arrendamento	25	-	-	24.071	25.108
Encargos regulatórios	26	-	-	281.738	313.778
Outros débitos	27	4.522	1.900	504.679	571.934
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		7.069	100.151	5.644.466	6.688.727
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	3.464.352	4.005.790
Debêntures	21	-	-	6.262.860	5.204.873
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	34	-	-	396.946	3.975
Tributos e contribuições a pagar	19	-	-	161.443	199.605
Tributos diferidos	10	-	-	190.064	275.264
Participações societárias a descoberto	15	-	-	-	21.614
Provisões para contingências	22	930	881	3.917.131	502.103
Benefícios pós-emprego	24	-	-	277.204	-
Obrigações por arrendamento	25	-	-	215.802	38.163
Valores a serem restituídos a consumidores	9	-	-	647.978	2.564.550
Outros débitos	27	-	-	83.100	40.107
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		930	881	15.616.880	12.856.044
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	29	5.392.197	5.392.197	5.392.197	5.392.197
Reserva de capital		16.637	18.462	16.637	18.462
Reservas de lucros		3.134.858	3.134.858	3.134.858	3.134.858
Ajustes de avaliação patrimonial		273.034	289.077	273.034	289.077
Outros resultados abrangentes		(314.597)	(101.493)	(314.597)	(101.493)
Prejuízos acumulados		(5.657.372)	-	(5.657.372)	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.844.757	8.733.101	2.844.757	8.733.101
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.852.756	8.834.133	24.106.103	28.277.872

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LIGHT S.A.
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

Demonstrações de Resultados	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
RECEITA LÍQUIDA	31	-	-	13.253.286	14.897.920
CUSTO TOTAL	32	-	-	(11.271.467)	(12.476.958)
Custos com energia elétrica	32.1	-	-	(8.991.642)	(10.427.435)
Custos de operação		-	-	(2.279.825)	(2.049.523)
LUCRO BRUTO		-	-	1.981.819	2.420.962
Despesas gerais e administrativas	32	(2.398)	(21.804)	(3.495.301)	(1.190.023)
Outras receitas (despesas), líquidas		(41.297)	15.878	(379.953)	(40.014)
Resultado de equivalência patrimonial	15	(5.637.458)	402.969	(16.976)	(47.624)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		(5.681.153)	397.043	(1.910.411)	1.143.301
RESULTADO FINANCEIRO	33	29.492	2.769	(3.447.327)	(1.330.190)
Receita financeira		40.493	3.672	639.326	382.409
Despesa financeira		(11.001)	(903)	(4.086.653)	(1.712.599)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IR E CSLL		(5.651.661)	399.812	(5.357.738)	(186.889)
Imposto de renda e contribuição social correntes	10	(20.542)	(1.867)	(361.874)	4.252
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	-	47.409	580.582
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(5.672.203)	397.945	(5.672.203)	397.945
LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (R\$ / Ação)	29.7	(15,46)	1,08	(15,46)	1,08

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LIGHT S.A.
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais)

Demonstrações de Resultados Abrangentes	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2021	2021
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(5.672.203)	397.945	(5.672.203)	397.945
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado em períodos subsequentes				
Ganho (Perda) sobre passivos atuariais, líquido dos efeitos fiscais	(213.104)	3.516	(213.104)	3.516
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	(5.885.307)	401.461	(5.885.307)	401.461

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LIGHT S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA E CONSOLIDADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	Notas	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS			AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAL
				RESERVA LEGAL	RETENÇÃO DE LUCROS	RESERVA ESPECIAL				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		4.051.285	9.434	377.122	2.123.625	315.353	304.402	(105.009)	-	7.076.212
Aumento de capital com emissão de ações	29	1.372.425	-	-	-	-	-	-	-	1.372.425
(-) Gastos com emissão de ações		(31.513)	-	-	-	-	-	-	-	(31.513)
Opções de ações outorgadas (<i>stock options</i>)	30	-	9.028	-	-	-	-	-	-	9.028
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	397.945	397.945
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado em períodos subsequentes										
Ganho de passivo atuarial, líquido dos efeitos fiscais	24	-	-	-	-	-	-	3.516	-	3.516
Realização de ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos		-	-	-	-	-	(15.325)	-	15.325	-
Destinação do resultado do exercício:										
Constituição da reserva legal	29.5	-	-	19.897	-	-	-	-	(19.897)	-
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (R\$0,2628 / ação)	29.5	-	-	-	-	-	-	-	(94.512)	(94.512)
Constituição da reserva de retenção de lucros	29.5	-	-	-	298.861	-	-	-	(298.861)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		5.392.197	18.462	397.019	2.422.486	315.353	289.077	(101.493)	-	8.733.101
Reversão de reserva especial		-	-	-	315.353	(315.353)	-	-	-	-
Opções de ações outorgadas (<i>stock options</i>)	30	-	(1.825)	-	-	-	-	-	-	(1.825)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	-	(5.672.203)	(5.672.203)
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado em períodos subsequentes										
Perda de passivo atuarial, líquido dos efeitos fiscais	24	-	-	-	-	-	-	(213.104)	-	(213.104)
Realização de ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos		-	-	-	-	-	(16.043)	-	14.831	(1.212)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		5.392.197	16.637	397.019	2.737.839	-	273.034	(314.597)	(5.657.372)	2.844.757

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LIGHT S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais		697.508	171.062	200.763	(42.045)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(5.651.661)	399.812	(5.357.738)	(186.889)
Ajustado por:					
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	8/32	-	-	1.116.763	597.354
Depreciação e amortização	32	-	-	730.767	678.110
Perda (ganho) na venda ou baixa de intangível, imobilizado, investimento e arrendamento		-	-	103.582	(47.220)
Perdas cambiais e monetárias de atividades financeiras	33	-	-	16.260	743.095
Provisão e atualização financeira para contingências e baixas e atualização financeira de depósitos judiciais		415	16	1.048.750	246.297
Provisão e atualização financeira para contingências - crédito de PIS/COFINS sobre ICMS a devolver ao consumidor	9.1	-	-	2.742.784	-
Ajuste a valor presente e antecipações de recebíveis		8.176	131	19.422	(1.291)
Despesa de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures e amortização dos custos	33	-	-	931.808	698.410
Juros sobre obrigações de arrendamento	25	-	-	27.768	6.013
Variação swaps	33	-	-	1.046.437	(59.548)
Resultado de equivalência patrimonial	15	5.637.458	(402.969)	16.976	47.624
Atualização financeira dos créditos de PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo		-	-	(76.608)	(14.219)
Opções de ações outorgadas (<i>stock options</i>)	30	(1.825)	9.028	(1.825)	9.028
Benefício pós emprego (plano de saúde)	24	-	-	63.193	-
Provisão para perda de investimento	15	94.453	-	102.168	-
Ganho em investimentos avaliados pelo custo		-	-	(9.791)	(3.161)
Ganho na alienação de participação em controladas em conjunto	15	(53.250)	-	(56.761)	-
Valor justo do ativo financeiro da concessão	13/31	-	-	(38.365)	(574.231)
Constituição e atualização de ativos e passivos financeiros do setor		-	-	360.830	(1.265.115)
Variações nos ativos e passivos		663.742	165.044	(2.585.657)	(916.302)
Títulos e valores mobiliários		(34.707)	(2.710)	(288.089)	(109.039)
Contas a receber de clientes		-	-	110.401	29.441
Dividendos recebidos		716.773	183.203	-	12.473
Tributos, contribuições e impostos, líquido		(1.000)	(372)	394.346	667.367
Ativos e passivos financeiros do setor		-	-	(291.431)	(239.281)
Estoques		-	-	(9.968)	(3.266)
Serviços prestados a receber		1.474	(645)	(32.138)	27.701
Despesas pagas antecipadamente		103	10	5.535	(3.771)
Depósitos judiciais		(151)	(194)	(7.809)	2.341
Outros créditos		(2.326)	(15.317)	133.436	(154.787)
Fornecedores		643	222	(644.931)	(1.309.399)
Obrigações trabalhistas		(2.188)	1.624	(36.861)	13.578
Pagamento das provisões para contingências		-	-	(321.771)	(373.508)
Encargos regulatórios		-	-	(32.040)	38.299
Outros débitos		2.621	1.519	(76.541)	181.716
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>		-	-	(432.906)	989.617
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	20/21	-	-	(876.074)	(627.011)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(17.500)	(2.296)	(178.816)	(58.773)
Caixa líquido consumido pelas (aplicado nas) atividades de investimento		(600.312)	(1.355.378)	152.267	(1.957.518)
Aquisições de bens do ativo imobilizado		-	-	(307.759)	(219.601)
Aquisições de bens do ativo intangível e do ativo de contrato		(234)	-	(1.162.533)	(1.029.744)
Recebimento pela venda de participações		94.696	-	191.707	-
Aumento de capital nas investidas	15	(71.956)	(1.366.222)	(25.768)	(45.492)
Resgate de aplicações financeiras		352.784	164.009	9.327.567	14.392.750
Aplicações financeiras		(975.602)	(153.165)	(7.870.947)	(15.055.431)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		(94.512)	1.176.580	(705.921)	1.743.140
Recebimento pela emissão de ações		-	1.340.912	-	1.340.912
Dividendos pagos		(94.512)	(164.332)	(94.512)	(164.332)
Pagamento de obrigações por arrendamento	25	-	-	(54.846)	(53.838)
Captação, líquida dos custos de captação, de empréstimos, financiamentos e debêntures e das cotas subordinadas -FDIC	20/21	-	-	1.334.164	5.448.589
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	20/21	-	-	(1.890.727)	(4.828.191)
Aumento (Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		2.684	(7.736)	(352.891)	(256.423)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		9	7.745	396.777	653.200
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		2.693	9	43.886	396.777

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LIGHT S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
 (Em milhares de reais)

Demonstrações dos Valores Adicionados	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receitas		-	-	20.727.781	22.879.448
Venda de mercadorias, produtos e serviços		-	-	20.429.662	22.327.004
Receitas referentes à construção de ativos próprios		-	-	1.414.882	1.149.798
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	32	-	-	(1.116.763)	(597.354)
Insumos adquiridos de terceiros		(45.440)	11.647	(12.844.512)	(11.929.683)
Custo dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	32.1	-	-	(8.991.642)	(10.427.435)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(45.440)	11.647	(3.852.870)	(1.502.248)
Valor adicionado bruto		(45.440)	11.647	7.883.269	10.949.765
Retenções		-	-	(730.767)	(678.110)
Depreciação e amortização	32	-	-	(730.767)	(678.110)
Valor adicionado líquido produzido		(45.440)	11.647	7.152.502	10.271.655
Valor adicionado recebido em transferência		(5.596.965)	406.641	622.350	334.785
Resultado de equivalência patrimonial	15	(5.637.458)	402.969	(16.976)	(47.624)
Receitas financeiras	33	40.493	3.672	639.326	382.409
Valor adicionado total a distribuir		(5.642.405)	418.288	7.774.852	10.606.440
Distribuição do valor adicionado		(5.642.405)	418.288	7.774.852	10.606.440
Pessoal		(3.547)	15.601	498.256	442.287
Remuneração direta		(4.121)	15.064	354.317	301.755
Benefícios		397	342	106.232	109.939
FGTS		177	195	37.240	29.511
Outros		-	-	467	1.082
Impostos, taxas e contribuições		23.387	2.930	8.768.694	7.929.786
Federais		23.379	2.884	4.501.889	2.962.856
Estaduais		-	-	4.249.079	4.953.323
Municipais		8	46	17.726	13.607
Remuneração de capitais de terceiros		9.958	1.812	4.180.105	1.836.422
Juros		8.937	685	4.075.753	1.715.715
Aluguéis		1.021	1.127	104.352	120.707
Remuneração de capitais próprios		(5.672.203)	397.945	(5.672.203)	397.945
Dividendos	29	-	94.512	-	94.512
Lucros (Prejuízos) retidos	29	(5.672.203)	303.433	(5.672.203)	303.433

LIGHT S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Light S.A. (“Light” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ - Brasil. A Light tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista, e a exploração, direta ou indiretamente, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica, bem como de outros serviços correlatos.

A Companhia é listada na “B3” (Brasil, Bolsa, Balcão) no segmento do Novo Mercado (“NM”), sob a sigla LIGT3 e no mercado de balcão americano (Over-the-Counter - OTC), sob a sigla LGSXY.

As controladas, controladas em conjunto e coligadas da Light compõem o Grupo Light (“Grupo Light” ou “Grupo”). As informações sobre as operações do Grupo são apresentadas na Nota 2.4, ao passo que as informações sobre operações entre partes relacionadas são apresentadas na Nota 28.

A Light S.A. é uma Companhia Aberta sem acionista controlador (“*full Corporation*”) e sem acordo de acionistas.

1.1 Continuidade operacional

A Administração da Companhia está acompanhando atentamente as situações que envolvem o processo de renovação da concessão que afeta diretamente sua controlada Light SESA.

A Companhia apresentou no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 prejuízo líquido de R\$5.672.203 (lucro líquido de R\$397.945 em 31 de dezembro de 2021), geração de caixa operacional líquido de R\$ 200.763 (consumo de caixa operacional líquido de R\$42.045 em 31 de dezembro de 2021), capital circulante líquido negativo de R\$871.574 (capital circulante líquido positivo de R\$2.635.302 em 31 de dezembro de 2021) e possui R\$10.688.690 de empréstimos, financiamentos e debêntures (R\$11.144.326 em 31 de dezembro de 2021), sendo R\$961.478 registrados no curto prazo e R\$9.727.212 registrados no longo prazo.

A controlada Light SESA apresentou no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 prejuízo líquido de R\$5.816.335 (lucro líquido de R\$243.628 em 31 de dezembro de 2021), consumo de caixa operacional líquido de R\$119.754 (geração de caixa operacional líquido de R\$137.756 em 31 de dezembro de 2021), capital circulante líquido negativo de R\$2.443.501 (capital circulante líquido positivo de R\$1.412.551 em 31 de dezembro de 2021) e possui R\$9.078.623 de empréstimos, financiamentos e debêntures (R\$9.490.575 em 31 de dezembro de 2021), sendo R\$941.688 registrados no curto prazo e R\$8.136.935 registrados no longo prazo.

A Administração da Companhia entende que o Grupo Light e sua controlada Light SESA apresentam situação operacional e financeira complexa, com:

- (i) elevado nível de endividamento;
- (ii) geração de caixa operacional historicamente insuficiente para sozinha honrar os compromissos;
- (iii) elevado índice de perdas não técnicas (furto de energia) e inadimplência;
- (iv) dificuldade de atuação em Áreas de Severa Restrição Operacional.

Esta situação foi agravada pelo(a):

- (i) aumento das taxas de juros SELIC de 2.00% em janeiro de 2021 para 13.75% em agosto de 2022;
- (ii) efeito da determinação de devolução de cerca de R\$2.8 bilhões de créditos decorrentes da exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS, como explicitado em mais detalhes nas Notas Explicativas 1.2, 9.1 e 38.1;
- (iii) deterioração macroeconômica da área de concessão desde 2015 e mais recentemente agravada pela pandemia de COVID-19.

A Administração da Companhia informa que não possui linhas de créditos contratadas e disponíveis para utilização em 31 de dezembro de 2022, porém tem buscado alternativas para melhorar a estrutura de capital da Companhia.

A concessão da controlada Light SESA, a distribuidora de energia elétrica do Grupo, vencerá em junho de 2026. A Administração da Companhia entende que determinados cenários para o futuro do Grupo que dependem (i) da necessidade de processo formal de renovação da concessão e (ii) da necessidade de negociação dos termos e condições da nova concessão, que não estão sob controle da Administração do Grupo Light.

Adicionalmente, as notas de crédito (*rating*) atribuídas à Companhia e a controlada Light SESA pelas agências de classificação de risco são:

Ratings	Light S.A.			Light SESA		
	Nacional	Internacional	Data de Publicação	Nacional	Internacional	Data de Publicação
Fitch	CCC(bra)	CCC+	02.02.2023	CCC(bra)	CCC+	02.02.2023
S&P	-	-	-	brBB-	-	16.02.2023
Moody's	B.br	B3	07.02.2023/ 03.02.2023	B.br	B3	07.02.2023/ 03.02.2023

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Grupo Light possui em seus contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures cláusulas que podem gerar antecipação do vencimento de dívidas. O vencimento antecipado pode ocorrer, no caso de:

- (i) não atendimento a pelo menos um dos indicadores financeiros (“*covenants* financeiros”) em dois trimestres consecutivos ou quatro trimestres intercalados; ou
- (ii) não cumprimento de determinados *covenants* não financeiros, como por exemplo, cláusulas de atendimento de nível mínimo de classificação de crédito avaliado por agências de rating.

A Administração da Companhia realizou o cálculo de todos os *covenants* financeiros presentes nos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures e concluiu que estes indicadores foram atendidos para o trimestre findo em 31 de dezembro de 2022. Vale ressaltar que o Grupo Light cumpriu com indicadores financeiros dos últimos 3 trimestres, não ensejando o vencimento antecipado de forma imediata das dívidas.

Com relação ao *covenant* não financeiro relacionado a ratings do Grupo Light, a Administração da Companhia verificou que conforme item XXIX da cláusula 6.28 das escrituras da 8ª emissão de debêntures da controlada Light SESA e da 3ª emissão de debêntures da controlada Light Energia o “rebaixamento do rating da Emissão previsto na Cláusula 5.1., item V, para abaixo do conceito BBB-” enseja a convocação de assembleia geral de debenturistas pelo Agente Fiduciário, que pode declarar o vencimento antecipado, que por sua vez provocaria o vencimento antecipado dos outros contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures do Grupo Light automaticamente.

Adicionalmente, a controlada Light SESA possui em seu contrato de concessão de energia elétrica, entre outras obrigações, cláusulas que condicionam a continuidade da concessão ao cumprimento de critérios de sustentabilidade econômico-financeira da referida controlada. A Administração da Companhia ressalta que os indicadores de sustentabilidade econômico-financeira para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 ainda não foram mensurados de forma definitiva pela ANEEL, uma vez que estes são mensurados quando da emissão das demonstrações contábeis regulatórias, porém a análise preliminar indica um risco de descumprimento para o exercício de 2022. A Administração da Companhia entende que no caso deste risco se materializar, o descumprimento não implica o início, de forma imediata, do processo de caducidade da concessão da controlada Light SESA, mas requer monitoramento contínuo.

A distribuição de energia elétrica está sujeita a um conjunto de regulamentos entre os quais se destacam os de sustentabilidade operacional. Neste âmbito, cumpre destacar que a Light encerrou o ano de 2022 atendendo os indicadores regulados voltados à mensuração da continuidade e qualidade do serviço prestado. Em termos de continuidade, a companhia se apresenta entre as melhores do país em termos de duração (DEC) e frequência (FEC) de interrupções de energia e dentro do parâmetro regulatório. Em termos de atendimento comercial, destacam-se o indicador FER que mede a frequência equivalente de reclamações recebidas e tratadas pela empresa com um índice de 11,26, performance 13% melhor que o referencial regulatório e, ainda, o alcance do índice Satisfatório esperado pela ANEEL para o Plano de Resultados de Atendimento que reúne um conjunto de indicadores voltados ao atendimento ao cliente. *(Informações não auditadas pelos auditores independentes).*

Cabe ressaltar que também integram o Grupo Light a Light Energia, titular de concessão de geração de energia elétrica e a comercializadora Lightcom, sendo que apresentam geração de caixa operacional recorrente e historicamente pagam dividendos para a Companhia.

A Administração da Companhia entende que enquanto o processo de renovação da concessão não for concluído, e considerando a situação operacional e financeira complexa e agravada descrita acima, o cronograma contratual de pagamento das dívidas (vide notas explicativas 20 e 21), combinadas com as demais obrigações (qualidade do serviço, segurança, fornecedores, funcionários, impostos federais, estaduais e municipais, devolução de créditos de PIS/COFINS para consumidores entre outros), o Grupo Light envidará esforços contínuos para permitir a continuidade

operacional da Companhia, que incluem uma combinação de estratégias que compreendem principalmente (i) utilização de recursos próprios existentes em 31 de dezembro de 2022, (ii) utilização de recursos oriundos da venda de ativos, cuja venda possui elementos que não estão totalmente sob o controle da Administração do Grupo Light, (iii) utilização de recursos oriundos do fluxo de caixa operacional, cuja estabilidade é razoavelmente previsível pela existência de base sólida de clientes cativos, volume de energia relativamente previsível, tarifas estabelecidas pela ANEEL e concessão de distribuição de energia elétrica válida até Junho de 2026, (iv) obtenção de extensão de prazos de pagamento junto a fornecedores e credores, cuja extensão não está sob o controle da Administração do Grupo Light e pode implicar em custos financeiros adicionais em decorrência de multas, custos para obtenção de *waivers*, novos encargos financeiros ou na declaração de vencimentos antecipados, (v) utilização de recursos oriundos de captação junto a instituições financeiras ou mercado de capitais, cujo cenário apresenta restrições, tendo em vista que os recentes rebaixamentos dos ratings do Grupo Light pelas agências de ratings, e que podem implicar em elevados custos de captação de novas dívidas e até mesmo significar a indisposição dos credores em efetuar novos empréstimos e financiamentos para o Grupo Light, (vi) utilização de recursos oriundos de aumento de capital, cujo êxito não está sob o controle da Administração do Grupo Light, (vii) redução dos investimentos em infraestrutura que não implique em prejuízo na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica e indicadores de qualidade exigidos pelo contrato de concessão da Light SESA, (viii) atuação no âmbito regulatório para o reconhecimento adequado das perdas não-técnicas regulatórias e ajustes de redução de mercado, (ix) atuação no âmbito jurídico/legal para reversão da destinação integral dos créditos de PIS/COFINS, como os mandados de segurança já impetrados e a Ação Direta de Inconstitucionalidade pela ABRADDEE - Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica; e (x) renovação da concessão em bases sustentáveis.

Para ajudar e assessorar a Companhia a lograr as diversas estratégias mencionadas acima, a Administração contratou uma série de consultores, assessores legais, regulatórios e financeiros.

A Administração avaliou e concluiu que, apesar das incertezas descritas nesta seção 1.1, a Companhia possui condições de dar continuidade a suas operações para o período de 12 meses a partir da data da emissão dessas demonstrações financeiras. Com base nessa conclusão, essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas baseadas no princípio da continuidade operacional.

A Administração da Companhia perseguirá e envidará os melhores esforços nas diversas estratégias mencionadas acima. Porém, não há garantia de que a Companhia terá sucesso nas estratégias, visto que parte relevante dos elementos das estratégias não está sob o controle da Administração da Companhia, existindo, portanto, uma incerteza sobre seu sucesso. Os eventos e condições, anteriormente mencionados, individual ou coletivamente, indicam, no julgamento da Administração da Companhia, a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional do Grupo Light e da Light SESA, controlada da Companhia.

1.2 Promulgação da Lei nº 14.385 em 27 de junho de 2022

Em 27 de junho de 2022, foi promulgada a Lei nº 14.385/22, a qual altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para disciplinar o repasse de valores de tributos recolhidos a maior pelas

prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica. A nova Lei incluiu o art. 3º-B, na Lei nº 9.427/1996, para determinar a destinação integral em proveitos dos usuários afetados, dos créditos oriundos das ações em que as distribuidoras de energia elétrica obtiveram a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS.

A ANEEL estabeleceu os critérios para operacionalização da devolução dos créditos de PIS/COFINS levando em consideração, dentre outros aspectos, o valor total do crédito utilizado em compensação e a capacidade máxima de compensação desses créditos. A devolução dos créditos aos consumidores se dará por meio dos processos tarifários anuais.

Os Administradores da Companhia, baseados na opinião dos seus assessores legais externos, concluíram que há inconstitucionalidades na Lei. Desta forma, foram traçadas estratégias de atuação judicial que envolvem diversas etapas processuais, de medidas judiciais diferentes, que foram sucessivamente apresentadas perante o Poder Judiciário, respeitando-se uma ordem lógica-jurídica.

Como primeira medida, a Companhia ajuizou duas ações judiciais (5052102-70.2022.4.02.5101 e 1043306-50.2022.4.01.3400), ambas com o objetivo final – embora por razões distintas – de impedir a realização da referida Revisão Tarifária Extraordinária (RTE). Esse objetivo foi alcançado primeiramente nesta ação, por meio de acórdão favorável vigente no Agravo de Instrumento nº 1023960-31.2022.4.01.0000 interposto pela Light nos autos do referido Mandado de Segurança, impedindo que a Aneel delibere a Revisão Tarifária Extraordinária da Light objeto da Lei nº 14.385/2022 antes de realizada consulta pública. A decisão foi confirmada pela Presidência do Superior Tribunal de Justiça na SLS nº 3.414. Em cumprimento ao acórdão, a ANEEL realizou a consulta pública em novembro de 2022.

Em segunda medida, a Companhia impetrou um novo Mandado de Segurança nº 5062961-48.2022.4.02.5101, em trâmite perante a 30ª Vara Federal do Rio de Janeiro, com objetivo de evitar saída de recursos antes da efetiva homologação da compensação tributária pela Receita Federal do Brasil - RFB. Apesar de a liminar ter sido indeferida em 22 de agosto de 2022, pelo entendimento de ausência de *periculum in mora* uma vez estar vigente acórdão que suspendeu RTE, foi interposto o Agravo de Instrumento nº 5013111-02.2022.4.02.0000, em trâmite perante a 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, pendente de julgamento.

Como terceira medida, a Companhia impetrou novo Mandado de Segurança nº 5090279-06.2022.4.02.5101/RJ, em trâmite perante a 20ª Vara Federal do Rio de Janeiro, para que a ANEEL, antes de determinar repasse dos créditos aos consumidores, identifique os “usuários de serviços públicos afetados na respectiva área de concessão”, de forma que a destinação dos créditos em disputa observe a efetiva proporção em que cada usuário tenha sido “afetado” anteriormente pelo eventual recolhimento de tributo. A liminar foi indeferida em 30 de novembro de 2022 e o recurso de Agravo de Instrumento nº 5017168-63.2022.4.02.0000/RJ aguarda decisão.

Paralelamente, a Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica (ABRADEE) ajuizou a Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 7.324, perante o Supremo Tribunal Federal, a qual está sob relatoria do Ministro Alexandre de Moraes. Em 16 de dezembro de 2022, o Ministro Relator, “diante da relevância da matéria constitucional suscitada e de seu especial significado para

a ordem social e a segurança jurídica” adotou rito abreviado para célere decisão no processo, ainda pendente de julgamento.

A par desses acontecimentos jurídicos, a ANEEL em 13 de outubro de 2022, determinou o início de consulta pública em relação a RTE e em 13 de dezembro de 2022 efetivou a RTE da Companhia através da Resolução Homologatória nº 3.144.

Nesse contexto, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração da Companhia decidiu provisionar os valores do crédito que poderá ser repassado aos consumidores, como medida de cautela, apesar do prognóstico de êxito estimado pelos assessores jurídicos externos para as ações judiciais ser *provável*.

A Administração da Companhia ressalta que seguirá adotando medidas judiciais necessárias para resguardar os direitos da Companhia.

O quadro a seguir apresenta os impactos ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, referentes à contabilização da devolução integral dos créditos referentes a exclusão do ICMS na base do PIS/COFINS no balanço patrimonial e na demonstração do resultado da Companhia:

Efeitos no balanço patrimonial	R\$ mil
Ativo diferido ^(a)	367.563
Provisão para contingências - crédito de PIS/COFINS sobre ICMS a devolver ao consumidor	(2.742.784)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(2.375.221)

Efeitos no resultado do exercício	R\$ mil
Provisão para contingências – crédito de PIS/COFINS sobre ICMS a devolver ao consumidor	(1.081.068)
Atualização de provisão - Despesa financeira	(1.661.716)
Imposto de renda e contribuição social diferidos ^(a)	367.563
RESULTADO	(2.375.221)

^(a) Como consequência do registro, a controlada Light SESA constituiu ativo diferido somente sobre a parcela da provisão para contingências no montante de R\$367.563, haja vista a atualização desse litígio não se tratar de parcela dedutível nas bases do IRPJ e CSLL. Todavia, a controlada Light SESA baixou o montante reconhecido após avaliação de recuperabilidade dos ativos diferidos e diante da expectativa de não realização do montante reconhecido, conforme descrito na Nota 10.

1.3 Entidades do Grupo

A Companhia possui participação societária nas seguintes controladas e controladas em conjunto cujos objetivos principais são distribuição, geração e comercialização de energia elétrica:

Sociedade	Natureza jurídica	Atividade	Localidade
CONTROLADAS			
Light Serviços de Eletricidade S.A.	Capital aberto	Distribuição de energia elétrica, com área de concessão abrangendo 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro, incluindo a capital.	Rio de Janeiro
Light Energia S.A.	Capital aberto	Estudar, planejar, construir, operar e explorar sistemas de geração e transmissão, comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos ou autorizados.	Rio de Janeiro
Lajes Energia S.A.	Capital fechado	Análise da viabilidade técnica e econômica, a elaboração do projeto, a implantação, operação, manutenção e exploração comercial da PCH Lajes, com potência nominal de 17 MW ^(a) . Em 08 de julho de 2014, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 4.734/14 que transferiu a concessão da PCH Lajes da Light Energia para a Lajes Energia.	Rio de Janeiro
Light Com Comercializadora de Energia S.A. (“Lightcom”)	Capital fechado	Compra, venda, importação, exportação de energia e a prestação de serviços de consultoria no setor de energia.	Rio de Janeiro
Light Soluções em Eletricidade Ltda.	Limitada	Prestação de serviços aos clientes de baixa tensão contemplando montagem, reforma e manutenção de instalações em geral.	Rio de Janeiro

Sociedade	Natureza jurídica	Atividade	Localidade
Instituto Light	Pessoa Jurídica	Participar em projetos sociais e culturais, com interesse no desenvolvimento econômico e social das cidades, reafirmando a vocação da Companhia como empresa cidadã.	Rio de Janeiro
Light Conecta Ltda.	Capital fechado	Realização de projeto, construção, instalação, operação e exploração de usinas de geração de energia elétrica, bem como, a realização de compra, venda, importação, exportação de energia elétrica, térmica, gases e utilidades industriais, prestação de serviços de consultoria no setor de energia, locação de bens móveis e imóveis, além de aquisição e comercialização de mercadorias vinculadas à atividade e realização de estudos, projetos, implementação, operação e manutenção de obras, construções e instalações, de qualquer natureza ou especialidade.	Rio de Janeiro
CONSÓRCIO			
Consórcio UHE Itaocara	Capital fechado	Constituído para a exploração da Usina Hidrelétrica de Itaocara, controlada em conjunto pela Light Conecta (51%) e pela Cemig GT (49%). Em 30 de abril de 2015, o Consórcio UHE Itaocara sagrou-se vencedor no Leilão A-5 realizado pela ANEEL, relacionado à concessão da Usina Hidrelétrica de Itaocara. Em 31 de dezembro de 2022, a Administração provisionou 100% desse investimento por não ter expectativa de recuperabilidade futura.	Rio de Janeiro

Sociedade	Natureza jurídica	Atividade	Localidade
CONTROLADAS EM CONJUNTO			
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	Capital fechado	Controlada em conjunto pela Light Conecta (51%) e pela Cemig GT (49%), foi constituída para construir a UHE Itaocara e tem como objeto a concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica Itaocara I, conforme contrato de concessão nº01/2015 celebrado com a União. O Projeto Itaocara não será desenvolvido e a UHE Itaocara S.A. rescindiu a totalidade dos seus contratos de venda de energia (CCEARs) e está buscando com a ANEEL uma solução equilibrada para a devolução da concessão.	Rio de Janeiro
Axxiom Soluções Tecnológicas ("Axxiom")	Capital fechado	Oferta de soluções de tecnologia e sistemas para gestão operacional de concessionárias de serviços públicos, incluindo empresas de energia elétrica, gás, água, esgoto e demais empresas de utilidades. Controlada em conjunto pela Light S.A. (51%) e pela CEMIG (49%).	Minas Gerais
Amazônia Energia S.A. ("Amazônia Energia")	Capital fechado	Participar e administrar o capital social da Norte Energia S.A. ("NESA"), sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará. Controlada em conjunto pela Light S.A. (25,5%) e pela Cemig GT (74,5%), a participação da Amazônia Energia na NESA é de 9,8% do capital.	Brasília

^(a) Não auditado pelos auditores independentes

1.4 Concessões do Grupo Light

Segue abaixo o resumo das concessões do Grupo Light vigentes em 31 de dezembro de 2022:

Concessões	Contrato de concessão	Data de vencimento
Light Serviços de Eletricidade S.A. ("Light SESA")	Junho de 1996	Junho de 2026
Light Energia S.A. ("Light Energia")	Junho de 1996	Entre março e julho de 2028 ^(a)
Lajes Energia S.A. ("Lajes Energia")	Julho de 2014	Maior de 2026

^(a) Vencimentos distintos das usinas de Pereira Passos, Nilo Peçanha, Ilha dos Pombos, Santa Branca e Fontes Nova.

A controlada Light SESA, por ser uma concessionária de distribuição de energia elétrica e não controlar os ativos subjacentes, aplica o IFRIC 12/ICPC 01 e utiliza o modelo bifurcado em virtude das empresas do segmento serem remuneradas: (i) pelo Poder Concedente, no tocante ao valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão (ativo financeiro da concessão); e (ii) pelos usuários, pela parte que lhes cabe dos serviços de construção e pela prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica (ativo intangível).

Para as controladas Light Energia e Lajes Energia, não é aplicado o IFRIC 12/ICPC 01, pois as mesmas não aplicam tarifas definidas pelo Poder Concedente, conforme exigido na norma.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Diretoria na sua gestão.

Em 27 de março de 2023, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros (Nota 34) e ativos mantidos para venda (Nota 5), mensurados pelos seus valores justos e pelos seus valores justos menos despesas com vendas, de acordo com as normas aplicáveis, respectivamente.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Consolidação do Grupo Light

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo incluem:

Sociedades controladas	Atividade	31.12.2022 e 31.12.2021		
		Forma de avaliação	Participação direta (%)	Participação indireta (%)
Light SESA	Distribuição	Consolidação	100,0	-
Light Energia	Geração hidráulica	Consolidação	100,0	-
Lajes Energia	Geração hidráulica	Consolidação	-	100,0
Lightcom	Comercialização	Consolidação	100,0	-
Light Soluções	Serviços	Consolidação	100,0	-
Instituto Light	Outros	Consolidação	100,0	-
Light Conecta	Serviços	Consolidação	100,0	-
Consórcio UHE Itaocara ^(a)	Geração hidráulica	Consolidação	-	51,0

^(a) Em 31 de dezembro de 2022, a Administração provisionou como perda 100% desse investimento por não ter expectativa de recuperabilidade futura, conforme Nota 5.

2.5 Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, requer que a Diretoria faça julgamentos, adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas são revisadas continuamente e os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Os ajustes oriundos dessas revisões são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

Notas	Estimativa e julgamentos significativos
5	Estimativa de valor justo de ativo não circulante mantido para venda
8	Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)
9	Realização dos créditos de PIS e COFINS sobre ICMS e valores a serem restituídos a consumidores
10	Recuperação do IRPJ e CSSL diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias
12	Ativos e passivos financeiros do setor
13	Ativo financeiro da concessão
22	Provisões para contingências
23	Contingências
24	Benefícios pós-emprego
30	Pagamento baseado em ações
31.1	Fornecimento não faturado
32.1	Provisão para compra de energia elétrica
34	Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas estão descritas a seguir:

3.1 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo quando o Grupo for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos, inicialmente, pelo seu valor justo acrescidos dos custos incorridos para sua obtenção. Um ativo financeiro deve após o seu reconhecimento inicial ser mensurado pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou valor justo por meio do resultado.

Valor justo por meio do resultado

Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição. São mensurados pelo valor novo de reposição (“VNR”), equivalentes ao valor justo na data das demonstrações financeiras. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação são reconhecidos no resultado.

Nesta categoria encontram-se também os certificados de depósito bancário (CDB), as cotas de fundos de investimento e os instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos financeiros derivativos (operações de *swap*) são instrumentos mantidos para regular as exposições de riscos de variação de moeda estrangeira, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

Custo amortizado

Os ativos financeiros são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo e estão sujeitos a *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas dos ativos financeiros são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas dos passivos financeiros são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

Encontram-se nesta categoria o numerário disponível, os valores a receber com clientes, serviços prestados a receber, depósitos vinculados a litígios, ativos e passivos financeiros do setor, valores a receber de partes relacionadas, outros créditos, fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures, obrigações por arrendamento mercantil e outros débitos.

Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e
- O Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

3.2 Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor

justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*. O Grupo não adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designa seus derivativos como:

Hedge do valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge* que são atribuíveis ao risco protegido.

Para *hedges* de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do *hedge*, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto.

Se o item objeto de *hedge* for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

No balanço patrimonial, os saldos de caixa e bancos correspondem a saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são pós-fixadas e correspondem a operações realizadas com instituições que atuam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, garantia de recompra diária pela instituição financeira, a uma taxa previamente estabelecida pelas partes e remuneração, em sua maioria, pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com perda insignificante de valor em caso de resgate antecipado.

3.4 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo fornecimento e o suprimento de energia elétrica, faturada e a faturar, comercialização de energia, acréscimos moratórios, juros oriundos de atraso no pagamento, encargos de uso da rede elétrica e energia comercializada a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

As contas a receber de clientes são reconhecidas ao valor faturado e deduzidas das perdas esperada em créditos de liquidação duvidosa (PECLD). O Grupo utiliza uma matriz de provisão para calcular a PECLD para as contas a receber. A matriz de provisão considera um *aging list* de 12 meses segregado por classe de consumo e uma projeção de expectativa de recebimento para os próximos 36 meses, a partir de uma base estatística de expectativa de recebimentos, a qual proporciona uma melhor aderência a expectativa de recebimento efetivo dos montantes em aberto no contas a receber da Companhia. A aplicação da matriz está segregada em faturamento regular e parcelado e faturas oriundas da aplicação de Termos de Ocorrência de Inspeção ("TOI") geradas através da identificação de irregularidades na medição de consumo de determinado cliente, por classe de consumo (residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público). O Grupo revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Além disso, quando aplicável, para o segmento de poder público, iluminação pública e serviço público são consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo critério julgamental que reporte a expectativa de perda esperada para esses clientes.

3.5 Estoques

Os estoques estão registrados ao custo médio de aquisição. Quando aplicável, o saldo será deduzido de provisões para perdas. Os materiais em estoque são classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativo).

3.6 Ativos e passivos financeiros do setor

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados (Parcela A e outros componentes financeiros) que são incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos.

Esses valores serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção da concessão.

3.7 Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes são classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil seja recuperado por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Esses ativos são mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. As despesas de venda são representadas pelas despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda, excluídos as financeiras e os tributos sobre o lucro.

Ativos e passivos classificados como mantidos para venda são apresentados separadamente como itens circulantes no balanço patrimonial. Os dividendos recebidos de empreendimentos controlados em conjunto classificados como mantidos para venda são reconhecidos no resultado, tendo em vista a interrupção da mensuração pelo método da equivalência patrimonial.

3.8 Investimentos

A Companhia detém investimentos em empresas controladas e controladas em conjunto. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e são, inicialmente, reconhecidos pelo custo de aquisição, sendo este mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição.

Anualmente, a Companhia avalia se há evidência objetiva de que o investimento sofreu perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), sendo que esta perda é o resultado da diferença entre o valor recuperável do investimento e o seu valor contábil.

3.9 Ativo financeiro da concessão

A controlada Light SESA reconhece um ativo financeiro decorrente do contrato de concessão quando possui um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente ou da parte por ele indicada ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenização pelos serviços de construção efetuados e não recebidos por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Tais ativos financeiros correspondem à parcela dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão e são avaliados com base no Valor Novo de Reposição (VNR), equivalente ao valor justo, acrescido de correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") e tendo como referência os valores homologados pela ANEEL da base de remuneração de ativos nos processos de revisão tarifária.

3.10 Ativo de contrato

Os bens vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Companhia de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores ou receber uma indenização ao final da concessão para os ativos ainda não amortizados. Assim, os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível.

3.11 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo de aquisição ou formação, incluindo custo atribuído, encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada e de perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver.

A depreciação é calculada pelo método linear, em contrapartida ao resultado do exercício, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Para os ativos imobilizados que não possuem garantia de indenização, os itens são depreciados pelo método linear até o limite da concessão ou depreciados pela vida útil do bem, dos dois, o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na Nota 16.

Eventuais ajustes nos métodos de depreciação, nas vidas úteis ou nos valores residuais são reconhecidos e ajustados de forma prospectiva.

3.12 Intangível

Para os ativos intangíveis de distribuição de energia elétrica, a parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão, usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Os ativos intangíveis compreendem, principalmente, os softwares adquiridos de terceiros e os ativos referentes aos contratos de concessão. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangíveis, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na demonstração de resultado.

3.13 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

3.14 Arrendamentos

O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento e aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração, exceto para arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor individual.

3.14.1 Ativos de direito de uso

O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento mensurados pelo valor presente. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

3.14.2 Passivos de arrendamento

Os passivos de arrendamentos são inicialmente mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo dos contratos. Após a data de início, o valor

do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas.

3.14.3 Estimativa da taxa incremental de arrendamentos

Os arrendamentos vigentes não possuem sua taxa de juros implícita prontamente identificável, motivo pelo qual a Companhia considera a taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos de arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao tomar empréstimos, por prazo semelhante, para obter os recursos necessários para a aquisição de ativos com valores similares ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A Companhia calcula a taxa incremental usando dados observáveis, quando disponíveis.

3.15 Benefícios a empregados

3.15.1 Benefícios pós emprego

A Companhia e suas controladas possuem planos previdenciários para complementação de aposentadoria e pensão de contribuição definida e de benefício definido. Os planos são financiados por meio de contribuições de participantes e patrocinadora aos fundos de pensão, conforme determinado por cálculos atuariais periódicos.

As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesa com pessoal quando incorridas.

A obrigação líquida do Grupo quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente, para cada plano, através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferirão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o maior valor entre a dívida pactuada com a Fundação de Seguridade Social Braslight para amortização das obrigações atuariais e o valor presente da obrigação atuarial, calculada por meio de laudo atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano.

Anualmente é realizado um cálculo para avaliação atuarial dos planos existentes por atuário independente. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais (remensurações do valor líquido de passivo ou ativo de benefício definido) são reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes e não são transferidos para lucros ou prejuízos acumulados.

3.15.2 Benefícios de curto prazo a empregados

As obrigações de benefícios de curto prazo a empregados referem-se aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros, e é provisionada em conformidade com o acordo coletivo

na rubrica de despesa com pessoal (Participação dos Empregados e Administradores) no resultado do exercício.

3.15.3 Plano de assistência médica

A Companhia e suas controladas patrocinam, plano de assistência médica aos aposentados e desligados que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento a Lei 9.656/98 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tenha direito enquanto empregado ativo.

Os ganhos e perdas atuariais que refletem mudanças no valor presente da obrigação resultantes de ajustes de diferenças atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes diretamente no patrimônio líquido.

3.16 Transações de pagamentos baseados em ações da Companhia

A Companhia possui plano de remuneração baseado em ações que tem por objetivo permitir que as pessoas elegíveis, sujeito a determinadas condições, adquiram ações, com vista a estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia e alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos das pessoas elegíveis.

Poderão ser eleitos como participantes de opções nos termos do plano, os administradores e empregados da Companhia ou de outras sociedades sob o seu controle, desde que aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

Os efeitos do plano de remuneração baseado em ações são calculados com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais outorgados e reconhecidos no balanço patrimonial e na demonstração de resultados conforme as condições contratuais sejam atendidas.

3.17 Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras.

3.17.1 Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social corrente é apresentado líquido, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando o montante antecipadamente pago excede o total devido na data do relatório. São calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) de cada entidade tributável e às alíquotas aplicáveis segundo as legislações vigentes.

3.17.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos utilizando as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas Demonstrações Financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos somente na medida em que seja provável que exista lucro tributável, para o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais compensados.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado anualmente e baixado quando não for mais provável que lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele.

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, seja no resultado, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido e são apresentados pelo resultado líquido no balanço, havendo o direito legal e a intenção de compensá-lo quando da apuração dos tributos correntes, relacionados às mesmas entidades e autoridades tributáveis.

3.18 Provisões

3.18.1 Geral

Uma provisão é reconhecida quando o Grupo possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável.

3.18.2 Provisões para contingência

O Grupo é parte em diversos processos judiciais e administrativos, logo, as provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos econômicos seja requerida para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e a opinião da Diretoria, quando aplicável. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.19 Reconhecimento de receitas

As receitas do Grupo são reconhecidas quando uma obrigação de performance for satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado a essa obrigação de performance. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita proveniente de um contrato com cliente quando a expectativa de recebimento for provável, levando em consideração a intenção de pagamento do cliente.

3.19.1 Receita de fornecimento de energia elétrica e receita de uso da rede

As receitas de venda de energia são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação, com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. A Companhia mensura e reconhece as receitas de fornecimento de energia para os consumidores finais de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela distribuidora.

A receita não faturada de fornecimento de energia elétrica corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada tomando como base ciclos de leitura. O efeito nas demonstrações financeiras da diferença entre a estimativa e o realizado é considerado imaterial.

A receita de operações venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) e transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos valor justo da contraprestação a receber no momento em que as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças (PLD).

As receitas de uso da rede de distribuição (TUSD) recebidas de outras concessionárias e consumidores livres são contabilizadas quando há o uso da rede de distribuição pelo cliente. A receita pela distribuição não faturada é contabilizada com base na receita auferida, porém, com faturas emitidas nos primeiros dias do mês posterior.

3.19.2 Receita de serviços

As receitas de serviços são reconhecidas à medida que as obrigações de performances determinadas em contrato são transferidas ao cliente e a possibilidade do recebimento da contraprestação financeira for provável.

3.19.3 Receita de construção

A receita de construção corresponde à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura, consubstanciada nos investimentos em ativos da concessão realizados pela Companhia no exercício. O reconhecimento dessa receita está diretamente relacionado aos gastos incorridos com a construção dos ativos da infraestrutura de concessão. Considerando que o modelo regulatório vigente não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas por meio de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura, sendo assim a margem de construção adotada foi estabelecida como sendo igual a zero.

3.19.4 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras, juros sobre atraso no recebimento de cliente, atualização de ativos e passivos financeiros do setor e variações de *swaps*. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e debêntures, ajustes de desconto a valor presente e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo

por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

3.20 Ajuste a valor presente de ativos

Os itens sujeitos ao desconto a valor presente são referentes a contas a receber de clientes. O Grupo realizou cálculo do valor presente para os saldos com prazos de pagamento superiores a 180 dias. A taxa de desconto utilizada pela Diretoria para o desconto a valor presente para esses itens é de aproximadamente 10,0% a.a., semelhante ao custo médio de captação de recursos do Grupo nos últimos anos e ao encargo financeiro cobrado de seus clientes.

3.21 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2022 estão descritos abaixo e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas.

Revisão e normas impactadas	Descrição	Impactos contábeis
IFRS 3	Referência a estrutura conceitual	Sem impactos relevantes
IAS 37	Contrato oneroso	Sem impactos relevantes
IAS 16/CPC 27	Imobilizado	Sem impactos relevantes
IAS 2 CPC 16	Estoque	Sem impactos relevantes
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS's 2018-2020	Melhorias IFRS 1/CPC 37, IFRS 9/CPC 48, IFRS 16/CPC 06 (R2) e IAS 41/CPC 29	Sem impactos relevantes

3.22 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas em discussão no IASB, mas ainda não em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas a seguir e todas são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023. A Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

Revisão e normas impactadas	Descrição	Impactos contábeis
IFRS 17	Contratos de seguros	Essa norma não se aplica a Companhia
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	A Companhia avaliará os impactos
Alterações ao IAS 8	Definição de estimativas contábeis	Não se espera impacto significativo
Alterações ao IAS 1 e IFRS 2 – Declaração de Prática	Divulgação de políticas contábeis	A Companhia avalia os impactos
IAS 12/CPC 32	Imposto diferido relacionado a Ativos e Passivos resultantes de uma única transação	A Companhia avalia os impactos

4. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 estão sendo apresentadas em relação aos negócios da Companhia, identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas, conforme apresentadas a seguir:

Balanco Patrimonial	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 31.12.2022
Ativo circulante	2.954.276	676.118	269.848	989.479	(116.829)	4.772.892
Outros ativos não circulantes	14.784.157	21.918	511	11.499	-	14.818.085
Investimentos	43.621	-	-	1.872.898	(1.872.899)	43.620
Imobilizado	325.827	1.677.456	290	64	-	2.003.637
Intangível	2.149.109	316.978	455	1.327	-	2.467.869
TOTAL DOS ATIVOS	20.256.990	2.692.470	271.104	2.875.267	(1.989.728)	24.106.103
Passivo circulante	5.397.772	243.620	111.790	8.113	(116.829)	5.644.466
Passivo não circulante	13.662.150	1.953.802	-	928	-	15.616.880
Patrimônio líquido	1.197.068	495.048	159.314	2.866.226	(1.872.899)	2.844.757
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20.256.990	2.692.470	271.104	2.875.267	(1.989.728)	24.106.103

Balanco Patrimonial	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 31.12.2021
Ativo circulante	7.798.320	1.162.257	296.871	656.695	(590.114)	9.324.029
Outros ativos não circulantes	13.861.576	62.166	11.578	17.326	-	13.952.646
Investimentos	34.124	-	-	8.191.828	(7.868.191)	357.761
Imobilizado	309.308	1.466.403	327	33.843	-	1.809.881
Intangível	2.455.860	375.710	607	1.378	-	2.833.555
TOTAL DOS ATIVOS	24.459.188	3.066.536	309.383	8.901.070	(8.458.305)	28.277.872
Passivo circulante	6.385.767	659.419	129.699	103.956	(590.114)	6.688.727
Passivo não circulante	10.906.594	1.926.285	554	22.611	-	12.856.044
Patrimônio líquido	7.166.827	480.832	179.130	8.774.503	(7.868.191)	8.733.101
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24.459.188	3.066.536	309.383	8.901.070	(8.458.305)	28.277.872

Resultados por segmento:

Demonstração do Resultado 2022	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado
Receita líquida	12.178.145	805.579	1.160.054	72	(890.564)	13.253.286
Despesas e custos operacionais	(14.612.418)	(290.563)	(1.050.614)	(83.690)	890.564	(15.146.721)
Equivalência patrimonial	-	-	-	(5.654.432)	5.637.456	(16.976)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS	(2.434.273)	515.016	109.440	(5.738.050)	5.637.456	(1.910.411)
Resultado financeiro	(3.199.337)	(302.828)	22.444	32.394	-	(3.447.327)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	(5.633.610)	212.188	131.884	(5.705.656)	5.637.456	(5.357.738)
Imposto de renda e contribuição social	(182.725)	(65.877)	(44.811)	(21.052)	-	(314.465)
RESULTADO LÍQUIDO	(5.816.335)	146.311	87.073	(5.726.708)	5.637.456	(5.672.203)

Demonstração do Resultado 2021	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado
Receita líquida	13.625.646	853.492	1.314.234	58	(895.510)	14.897.920
Despesas e custos operacionais	(13.010.201)	(420.196)	(1.164.381)	(7.727)	895.510	(13.706.995)
Equivalência patrimonial	-	-	-	355.346	(402.970)	(47.624)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS	615.445	433.296	149.853	347.677	(402.970)	1.143.301
Resultado financeiro	(1.051.225)	(290.471)	5.813	5.693	-	(1.330.190)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	(435.780)	142.825	155.666	353.370	(402.970)	(186.889)
Imposto de renda e contribuição social	679.408	(39.863)	(52.844)	(1.867)	-	584.834
RESULTADO LÍQUIDO	243.628	102.962	102.822	351.503	(402.970)	397.945

5. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA

Em conformidade com as normas vigentes, a Companhia mensura pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda os ativos classificados como mantido para venda.

Ativos classificados como mantidos para venda	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Lightger	-	41.446	-	41.446
Guanhães Energia	-	-	-	93.500
Amazônia Energia	208.648	-	208.648	-
Total	208.648	41.446	208.648	134.946

Controladas em conjunto Guanhães Energia S.A. (“Guanhães Energia”) e Lightger S.A. (“Lightger”)

Em 18 de dezembro de 2020, foi aprovada a concessão de período de exclusividade à Brasal Energia S.A. (“Brasal”) visando à potencial operação para a alienação da totalidade da participação de 51% das controladas em conjunto Guanhães Energia e Lightger. A partir deste momento, a Companhia passou a tratar contabilmente esse bloco de ativos como “ativos não circulantes mantidos para venda”.

Em 09 de dezembro de 2021, a Light S.A, em conjunto com sua controlada Light Energia, celebrou contrato de compra e venda com Brasal. Em 23 de junho de 2022, a alienação das controladas em conjunto Guanhães Energia e Lightger S.A. foi concluída pelos valores de R\$97.011 e R\$103.743, respectivamente.

Controlada em conjunto Amazônia Energia S.A. (“Amazônia Energia”)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração da Companhia realizou estudos e negociações visando o desinvestimento na Amazônia Energia, que possui 9,8% de participação na da Norte Energia S.A. (“NESA”). Esse desinvestimento está alinhado com a estratégia de alienação de participações minoritárias da Companhia.

Assim, em conformidade com as políticas contábeis da Companhia descritas na Nota 3.7, a Administração reclassificou o investimento como um ativo não circulante mantido para venda mensurado ao seu valor justo, que resultou em um valor inferior ao valor contábil em R\$94.453. Desta forma, o saldo do investimento transferido da rubrica “Investimentos” para “Ativos não circulantes mantidos para venda” foi de R\$208.648.

Balanço patrimonial da controlada em conjunto Amazônia Energia S.A em 31 de dezembro de 2022

Balanço Patrimonial		Amazônia
Caixa e equivalentes de caixa		146
Circulante		146
Não circulante		1.190.554
TOTAL DO ATIVO		1.190.700
Outros		1.581
Circulante		1.581
Outros		489
Não circulante		489
Patrimônio líquido		1.188.630
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.190.700

Demonstração do resultado da controlada em conjunto Amazônia Energia S.A em 31 de dezembro de 2022

Demonstração do Resultado		Amazônia
Despesas gerais e administrativas		(79)
Resultado financeiro líquido		(63.246)
PREJUÍZO ANTES DO IR E CSLL		(63.325)
Imposto de renda e contribuição social		-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(63.325)

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalente de caixa	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e bancos	2.693	9	43.886	53.528
Aplicações financeiras de liquidez imediata (CDB)	-	-	-	343.249
TOTAL	2.693	9	43.886	396.777

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui aplicações financeiras de liquidez imediata. Em 31 de dezembro de 2021 a remuneração média das aplicações financeiras era de 106,3% do CDI.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota 34.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Títulos e valores mobiliários	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	670.172	62.647	1.795.279	3.049.564
Fundo de investimento (não exclusivos)	50.000	-	244.386	158.632
TOTAL	720.172	62.647	2.039.665	3.208.196

Os títulos e valores mobiliários são representados por: (i) garantias oferecidas para participação em leilões de energia; (ii) valores provenientes de venda de ativos que ficam retidos para reinvestimentos na rede elétrica; (iii) fundos de investimentos não exclusivos; e (iv) aplicações que

têm seus vencimentos superiores a três meses da data de aplicação, com perda de valor em caso de resgate antecipado. A remuneração média dessas aplicações é de 102,6% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (101,9% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Contas a receber de clientes - Consolidado	31.12.2022			31.12.2021		
	Recebíveis	PECLD	Total	Recebíveis	PECLD	Total
Abertura por classe de consumo						
Residencial	4.066.018	(3.274.771)	791.247	4.079.149	(2.354.291)	1.724.858
Industrial	133.536	(108.801)	24.735	135.592	(90.856)	44.736
Comercial	1.032.420	(676.590)	355.830	1.062.065	(487.877)	574.188
Rural	6.488	(5.064)	1.424	8.497	(2.994)	5.503
Poder público	357.466	(191.927)	165.539	412.643	(197.840)	214.803
Iluminação pública	193.955	(104.236)	89.719	214.569	(97.678)	116.891
Serviço público	174.014	(13.039)	160.975	195.608	(47.242)	148.366
Fornecimento faturado e parcelamentos	5.963.897	(4.374.428)	1.589.469	6.108.123	(3.278.778)	2.829.345
Fornecimento não faturado	681.430	(10.159)	671.271	635.102	(7.971)	627.131
Comercialização de energia	118.607	(1.006)	117.601	141.697	(748)	140.949
Suprimento e encargos de uso da rede elétrica	28.122	(1.283)	26.839	25.369	(160)	25.209
Outras contas a receber	16.991	-	16.991	22.734	-	22.734
TOTAL	6.809.047	(4.386.876)	2.422.171	6.933.025	(3.287.657)	3.645.368
Circulante			1.005.527			2.424.681
Não circulante			1.416.644			1.220.687

Conforme descrito na nota de provisão para contingências regulatórias nº 22.1.4, a controlada Light SESA recebeu um auto de infração em janeiro de 2019 com penalidades decorrentes de uma fiscalização ocorrida em setembro de 2017. A Companhia protocolou alguns recursos cuja conclusão ocorreu no quarto trimestre de 2022. A controlada Light SESA concluiu que todos os recursos sobre o tema foram exauridos, não havendo assim possibilidade para abertura de novas discussões. Em dezembro de 2022, para atender as determinações da ANEEL, a controlada Light SESA refletiu os impactos financeiros da determinação do órgão regulador na linha de fornecimento faturado residencial o montante negativo de R\$477.196 e na linha de PECLD residencial o montante positivo de R\$403.661.

8.1 Principais clientes parcelados

Em 07 de julho de 2018, a controlada Light SESA assinou um acordo de parcelamento com a SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. (“SuperVia”), cujo montante a receber era de R\$163.212. Em 25 de junho de 2019, a controlada Light SESA assinou um aditivo a esse acordo, onde foi incorporado ao saldo de parcelamento de débitos o montante de R\$48.149. O montante atualizado deste parcelamento em 31 de dezembro de 2022 é de R\$145.173 (R\$129.837 em 31 de dezembro de 2021). Em 11 de junho de 2021, a Justiça do Rio de Janeiro aceitou o pedido de processamento da recuperação judicial da SuperVia e conseqüentemente foi determinada a suspensão de todas as ações ou execuções contra a empresa. Em 07 de outubro de 2021, foi publicado o edital com a lista consolidada dos credores e plano de recuperação judicial (RJ) da SuperVia.

A assembleia de credores foi realizada em 31 de maio de 2022 e o Plano de Recuperação Judicial da Supervia foi homologado em 06 de junho de 2022. Algumas condições foram acordadas como: (i) faturas dos serviços prestados pela Companhia entre 09 de junho de 2022 e 09 de junho de 2024 vencerão em 45 dias após emissão; e (ii) dívida constituída até 07 de junho de 2021 será quitada em 48 parcelas a partir de janeiro de 2025. Logo, a Companhia registrou o montante de R\$12.155 a título de ajuste a valor presente da Supervia, e o montante líquido do parcelamento em 31 de dezembro de 2022 é de R\$133.018.

Em 31 de dezembro de 2022, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (“PCRJ”) possui um montante em aberto de R\$204.690 com a Light SESA. Esse montante refere-se às faturas de energia elétrica do período entre agosto de 2018 a dezembro de 2022. Deste montante, (i) o total de R\$188.191 refere-se a faturas emitidas até dezembro de 2020, as quais estão sendo negociadas diretamente com a Secretaria Municipal de Fazenda; (ii) o montante de R\$16.499, referente as faturas emitidas de janeiro de 2021 a novembro de 2022, está em negociação junto à PCRJ e a expectativa de regularização até o final do primeiro semestre de 2023.

8.2 Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

Seguem abaixo as movimentações da PECLD de clientes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

SALDO EM 31.12.2020	(2.648.925)
Adições (Nota 32)	(597.354)
Baixas	(41.378)
SALDO EM 31.12.2021	(3.287.657)
Adições	(1.101.550)
Reversão de baixas	2.331
SALDO EM 31.12.2022	(4.386.876)

No quarto trimestre de 2022, a Administração da Companhia iniciou um diagnóstico de toda a esteira de arrecadação que desencadeou um processo de revisão metodológica das provisões esperadas para crédito de liquidação duvidosa (PECLD). No entendimento da Administração, a metodologia foi aprimorada para que reflita melhor a mensuração da expectativa de recebimentos de seus clientes para o seu provável valor de realização e as características específicas de determinados grupos dentro do contas a receber.

A Companhia realizou uma análise técnica em conformidade com as normas contábeis vigentes, e concluiu que a estimativa proposta pela Companhia abrange de forma suficiente os critérios exigidos pela norma e que o aperfeiçoamento da metodologia se faz necessário visando representar de forma mais tempestiva a expectativa de recebimento efetivo dos seus clientes, também em conformidade com a norma.

Em decorrência dessa análise, foi reconhecido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$854.476. A Administração entende que esse incremento na PECLD reflete o melhor cenário da expectativa de perdas esperadas do seu contas a receber de clientes.

A exposição da Companhia a riscos de crédito relacionados a clientes é divulgada na Nota 34.

9. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Tributos e contribuições a compensar - Consolidado	31.12.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a compensar ^(a)	59.465	82.698	142.163	45.318	62.603	107.921
PIS e COFINS a compensar (Nota 9.1) ^(b)	471.628	3.180.898	3.652.526	986.292	3.241.542	4.227.834
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	228.520	410.583	639.103	208.303	370.559	578.862
INSS	6.023	-	6.023	6.388	-	6.388
Outros	16.866	-	16.866	16.486	-	16.486
TOTAL	782.502	3.674.179	4.456.681	1.262.787	3.674.704	4.937.491

^(a) Substancialmente representados por créditos de ICMS decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e intangível, os quais podem ser compensados em até 48 meses.

^(b) O saldo apresentado encontra-se líquido dos impostos a pagar apurados em 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$36.062 (R\$52.745 em 31 de dezembro de 2021) e acrescido do montante R\$44.141 referente a cancelamento de faturas. Ademais, em 31 de dezembro de 2021, incluía o montante de R\$4.206 referente a PIS/COFINS diferidos de órgãos públicos

9.1 Créditos de PIS e COFINS após a exclusão do ICMS na base de cálculo

Em 18 de fevereiro de 2008, a controlada Light SESA impetrou o Mandado de Segurança nº 0012490-07.2008.4.02.5101 objetivando o reconhecimento do seu direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Em 07 de agosto de 2019, transitou em julgado, no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, a decisão, reconhecendo o direito da Companhia de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, com efeito retroativo a janeiro de 2002, devidamente atualizados pela Taxa Selic.

Em 09 abril de 2020, a Receita Federal do Brasil (“RFB”) deferiu o pedido de habilitação dos créditos fiscais oriundos da exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS, o que motivou a reversão do IRPJ e CSLL diferidos, que foram oferecidos à tributação pelo IRPJ e pela CSLL correntes, bem como a reclassificação para o ativo circulante do montante estimado de créditos a serem recuperados nos próximos 12 meses. O início da compensação destes créditos ocorreu a partir de 30 de abril de 2020. Os créditos totais compensados até 31 de dezembro de 2022, somaram o montante de R\$3.068.931 (R\$2.134.789 em 31 de dezembro de 2021). Desse montante, R\$703.630 se referiam aos tributos federais incidentes sobre a habilitação dos referidos créditos fiscais.

Em 27 de junho de 2022, foi aprovada a Lei nº 14.385/2022, que determinou “a destinação integral, em proveito dos usuários de serviços públicos afetados na respectiva área de concessão ou permissão, dos valores objeto de repetição de indébito” relacionados à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Além disso, a referida Lei dispõe que a Aneel será responsável por estabelecer os critérios para a devolução dos tributos, por meio de RTE.

Conforme descrito na nota 1.2, em novembro de 2022, a ANEEL realizou a Consulta Pública nº 047/2022 e em dezembro de 2022 a ANEEL deliberou a RTE da Companhia. Os Administradores da Companhia, baseados na opinião dos seus assessores legais externos, concluíram que há inconstitucionalidades na Lei, porém a Administração da Companhia decidiu provisionar o montante de R\$2.375.221 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 os valores do crédito que poderá ser repassado aos consumidores, como medida de cautela, apesar do prognóstico de êxito estimado pelos assessores jurídicos externos para as ações judiciais.

Nos reajustes tarifários que entraram em vigor em 15 de março de 2021 e 15 de março de 2022, foram homologadas as devoluções de R\$374.196 e R\$1.050.000, respectivamente. Em 13 de dezembro de 2022, através da RTE que editou a Resolução Homologatória nº 3.144, foi homologada a devolução de R\$796.656 no período compreendido entre 14 de dezembro de 2022 e 14 de março de 2023.

Segue abaixo a apresentação dos efeitos contábeis relativos ao reconhecimento da devolução integral dos créditos decorrentes da exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS, incluindo sua atualização pela Selic, e dos valores a serem restituídos aos consumidores reconhecidos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Efeitos no balanço patrimonial	31.12.2022	31.12.2021
Créditos de PIS e COFINS sobre o ICMS	3.644.446	4.284.786
Valores a serem restituídos a consumidores ^(a)	(1.752.676)	(3.395.800)
Provisão para contingências - crédito de PIS/COFINS sobre ICMS a devolver ao consumidor ^(b)	(2.742.784)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido ^(c)	367.563	-
Total	(483.451)	888.986

Efeitos no resultado dos exercícios	2022	2021
Provisão para contingências - crédito de PIS/COFINS sobre ICMS a devolver ao consumidor	(1.081.068)	-
Atualização monetária da provisão para contingência	(1.661.716)	-
Receita financeira - Atualização dos créditos de PIS e COFINS (Nota 33)	80.343	14.912
PIS e COFINS sobre receita (despesa) financeira	(3.736)	(693)
Imposto de renda e contribuição social diferido ^(c)	367.563	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	1.270	(4.834)
TOTAL	(2.297.344)	9.385

^(a) Refere-se a parcela incontroversa do montante a devolver aos consumidores, considerando que o período máximo aplicável para cálculo de tal devolução será de 10 anos. Após reajuste tarifário, ocorrido em março de 2023, a controlada Light SESA reclassificou R\$1.104.698 para o curto prazo, em virtude da expectativa de compensação desse montante nos próximos 12 meses.

^(b) Refere-se a parcela em discussão judicial que compreende o período dos créditos superiores a 10 anos.

^(c) Como consequência do registro, a controlada Light SESA constituiu ativo diferido somente sobre a parcela da provisão para contingências no montante de R\$367.563, haja vista a atualização desse litígio não se tratar de parcela dedutível nas bases do IRPJ e CSLL. Todavia, a controlada Light SESA baixou o montante reconhecido após avaliação de recuperabilidade dos ativos diferidos e diante da expectativa de não realização do montante reconhecido, conforme descrito na Nota 10.

9.2 Não incidência do IRPJ/CSLL sobre atualização pela Selic dos indêbitos tributários

Em 24 de setembro de 2021, o STF em julgamento de recurso extraordinário com repercussão geral, decidiu favoravelmente aos contribuintes sobre a não incidência do imposto de renda e contribuição social sobre a atualização da Selic nos casos de restituição de impostos pagos a maior (repetição de indébito), trazendo impactos relevantes, principalmente, para a tributação dos ganhos do ICMS na base do PIS e COFINS.

De forma geral, as entidades que possuíam ação questionando esta tese até a data de julgamento do STF já teriam direito a não tributar a atualização da Selic nos ganhos tributários. Entidades que não possuíam ação questionando o tema até o julgamento do STF, devem aguardar o resultado de eventual modulação dos efeitos da decisão.

A controlada Light SESA possui mandado de segurança, no qual discute o direito à repetição dos montantes de IRPJ e CSLL que incidiram sobre os valores correspondentes à Selic aplicada em seus

indébitos tributários e depósitos judiciais, desde agosto de 2016, bem como pleiteia o afastamento definitivo dessa incidência tributária.

Com base na decisão do STF e conforme ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (equivalente à norma internacional IFRIC 23), a Companhia reavaliou a expectativa de ganho do direito em relação aos indébitos tributários e reconheceu em setembro de 2021, como receita de IRPJ e CSLL corrente e diferido, o montante de R\$536.170 sendo (i) R\$365.170 à título de IRPJ e CSLL a recuperar referente aos períodos que a controlada Light SESA apurou lucro real, apresentados no ativo não circulante; e (ii) R\$171.761 pela recomposição do prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social referentes aos períodos em que a controlada Light SESA apurou base fiscal negativa para os períodos de cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação, aumentando o ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2022, o montante de IRPJ e CSLL a recuperar atualizados monetariamente é de R\$410.583 (R\$370.559 em 31 de dezembro de 2021).

Importante ressaltar, que o montante apurado pela Companhia levou em consideração as atualizações financeiras sobre os valores a serem restituídos aos consumidores, ou seja, a Companhia considerou em suas exclusões os mesmos efeitos os quais havia considerado quando do reconhecimento dos créditos sobre a exclusão do ICMS da base do PIS e da COFINS, ou seja, líquido do passivo a restituir.

10. TRIBUTOS DIFERIDOS

Diferenças temporárias - Consolidado	31.12.2022			31.12.2021		
	Ativo diferido	Passivo diferido	Líquido diferido	Ativo diferido	Passivo diferido	Líquido diferido
PECLD	1.510.750	-	1.510.750	1.130.327	-	1.130.327
Provisões para contingências	795.505	-	795.505	170.715	-	170.715
Prejuízos fiscais	447.546	-	447.546	289.922	-	289.922
Base negativa de contribuição social	164.143	-	164.143	107.399	-	107.399
Benefício Pós-emprego	72.764	-	72.764	-	-	-
Provisão para PLR	6.576	-	6.576	16.578	-	16.578
Outros	194.073	-	194.073	16.863	-	16.863
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	149.841	(4.628)	145.213	1.352	(64.739)	(63.387)
Remuneração do ativo financeiro da concessão	-	(784.530)	(784.530)	-	(771.486)	(771.486)
Custo atribuído Light Energia	-	(140.654)	(140.654)	-	(148.918)	(148.918)
Repactuação do GSF na Light Energia	-	(107.619)	(107.619)	-	(127.562)	(127.562)
Provisão para não recuperabilidade de diferido	(1.634.376)	-	(1.634.376)	-	-	-
ATIVO (PASSIVO) TRIBUTÁRIO DIFERIDO, BRUTO	1.706.822	(1.037.431)	669.391	1.733.156	(1.112.705)	620.451
Apresentação pelo líquido	(847.367)	847.367	-	(837.441)	837.441	-
ATIVO (PASSIVO) TRIBUTÁRIO DIFERIDO, LÍQUIDO	859.455	(190.064)	669.391	895.715	(275.264)	620.451

10.1 Reconhecimento de provisão para não recuperabilidade de ativos diferidos

A Companhia tem como prática contábil a revisão dos ativos fiscais diferidos em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado.

Em 31 de dezembro de 2022, a Administração da Companhia identificou a existência de indicativos de não recuperabilidade dos seus tributos diferidos, considerando principalmente os prejuízos fiscais dos últimos exercícios, o prejuízo apurado no exercício corrente, as projeções de resultado

com base em orçamento financeiro e o prazo de vencimento do contrato de concessão da controlada Light SESA em julho de 2026.

Importante destacar que a controlada Light SESA possui clientes cativos e volume de energia distribuída estável e previsível, além de uma tarifa regulada pela ANEEL, que considera a recuperação dos custos não gerenciáveis e uma margem de lucro. Entretanto, considerando (i) a necessidade de processo formal de renovação da concessão e (ii) a necessidade de negociação dos termos e condições da nova concessão com a ANEEL, a Administração entende que a renovação da concessão está fora do seu controle. Em virtude dessa análise, em dezembro de 2022, a Companhia registrou provisão de perda para não recuperabilidade de parte de seus ativos diferidos no montante de R\$1.634.376.

Segue abaixo a movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Diferenças temporárias - Consolidado	Saldo em 31.12.2020	Reconhecido no Resultado	Reconhecido no Patrimônio Líquido	Saldo em 31.12.2021	Reconhecido no Resultado	Reconhecido no Patrimônio Líquido	Saldo em 31.12.2022
PECLD	913.158	217.169	-	1.130.327	380.423	-	1.510.750
Provisões para contingências	220.161	(49.446)	-	170.715	624.790	-	795.505
Benefício Pós-Emprego - (Nota 24)	1.811	-	(1.811)	-	-	72.764	72.764
Prejuízos fiscais	96.103	193.819	-	289.922	157.624	-	447.546
Base negativa de contribuição social	37.624	69.775	-	107.399	56.744	-	164.143
Provisão para PLR	13.253	3.325	-	16.578	(10.002)	-	6.576
Outros	19.743	(2.880)	-	16.863	177.210	-	194.073
Instrumentos financeiros derivativos swaps	-	1.352	-	1.352	148.489	-	149.841
Provisão para não recuperabilidade de diferido	-	-	-	-	(1.562.519)	(71.857)	(1.634.376)
TOTAL DO IR E CSLL DIFERIDOS – ATIVO	1.301.853	433.114	(1.811)	1.733.156	(27.241)	907	1.706.822
Instrumentos financeiros derivativos	(379.611)	314.872	-	(64.739)	60.111	-	(4.628)
Remuneração do ativo financeiro da concessão	(576.247)	(195.239)	-	(771.486)	(13.044)	-	(784.530)
Custo atribuído Light Energia	(156.813)	7.895	-	(148.918)	7.640	624	(140.654)
Repactuação do GSF na Light Energia	(147.502)	19.940	-	(127.562)	19.943	-	(107.619)
TOTAL DO IR E CSLL DIFERIDOS - PASSIVO	(1.260.173)	147.468	-	(1.112.705)	74.650	624	(1.037.431)

Segue abaixo o estudo técnico de viabilidade de realização fiscal conforme cronograma anual de realização a seguir:

2023	2024	2025	2026	Total
113.959	129.875	171.060	1.291.928	1.706.822

10.1 Conciliação dos tributos no resultado

Conciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para imposto de renda e contribuição social:

Conciliação dos tributos no resultado	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	(5.651.661)	399.812	(5.357.738)	(186.889)
Alíquota nominal de IRPJ e CSLL	34%	34%	34%	34%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL ÀS ALIQUOTAS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE	1.921.565	(135.936)	1.821.631	63.542
Equivalência patrimonial	(1.916.736)	137.009	(5.772)	(16.192)
Créditos fiscais diferidos não reconhecidos	8.819	812	8.819	812
Incentivos fiscais ^(a)	11	2	3.390	2.960
Não incidência do IRPJ/CSLL sobre atualização pela selic dos débitos tributários	-	-	47.612	508.304
Outros efeitos de IRPJ e CSLL sobre as adições e exclusões permanentes	(34.201)	(3.754)	(627.626)	25.408
Provisão para não recuperabilidade de diferido	-	-	(1.562.519)	-
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO	(20.542)	(1.867)	(314.465)	584.834
IRPJ e CSLL corrente no resultado	(20.542)	(1.867)	(361.874)	4.252
IRPJ e CSLL diferido no resultado	-	-	47.409	580.582
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	-0,4%	0,5%	-5,9%	312,9%

^(a) Refere-se a Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313/91) e Programa de Alimentação ao Trabalhados (PAT – Lei 6.321/76), que ambos isoladamente possibilitam a aplicação de até 4% do imposto de renda devido.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui saldo de crédito sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social acumulados não reconhecidos, no montante de R\$141.885 (R\$167.823 em 31 de dezembro de 2021), tendo em vista as incertezas na sua realização.

11. OUTROS CRÉDITOS

Outros Créditos - Consolidado	31.12.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Contribuição iluminação pública	219.090	-	219.090	182.671	-	182.671
Dispêndios a reembolsar	27.914	-	27.914	31.905	-	31.905
Desativações e alienações em curso	22.616	-	22.616	26.874	-	26.874
Subvenção por redução de consumo	-	-	-	169.215	-	169.215
Subvenções governamentais ^(a)	68.974	-	68.974	61.464	-	61.464
Restituição de valores cobrados - Acordo Furnas	49.337	-	49.337	120.000	-	120.000
Outros	13.696	160	13.856	20.812	1.121	21.933
TOTAL	401.627	160	401.787	612.941	1.121	614.062

^(a) Inclui subvenção de baixa renda e subvenção CDE.

Restituição de valores cobrados pelo fornecimento de energia elétrica – Acordo com Furnas Centrais Elétricas S.A. (“Furnas”)

Em 22 de dezembro de 2020, a controlada Light SESA celebrou acordo para encerrar a demanda judicial indenizatória contra Furnas que discutia a restituição de valores cobrados pelo fornecimento de energia elétrica no ano de 1986.

No acordo firmado, a controlada Light SESA aceitou receber R\$496.000 da seguinte forma: (i) R\$336.000, em parcela única, recebida em 28 de dezembro de 2020; (ii) R\$40.000, em parcela única, com vencimento em 05 de dezembro de 2021; e (iii) R\$120.000 a ser recebido durante o exercício

de 2022, sendo o montante de R\$70.663, concluído como dação em pagamento de ativos homologados na revisão tarifária ocorrida em 14 de março de 2022.

12. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DO SETOR

Componentes financeiros	31.12.2022			31.12.2021		
	Saldo em amortização	Saldo em constituição	Total	Saldo em amortização	Saldo em constituição	Total
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	23.042	95.430	118.472	14.963	5.697	20.660
Custo de aquisição de energia	206.037	(319.661)	(113.624)	(62.283)	937.998	875.715
Encargo do Serviço do Sistema – ESS/EER	135.992	387.100	523.092	9.509	861.318	870.827
PROINFA	5.359	-	5.359	925	-	925
Transporte de energia elétrica - Itaipu	503	15.807	16.310	4.521	2.781	7.302
Transporte de energia pela rede básica	8.213	124.846	133.059	99.155	34.367	133.522
Itens da Parcela A	379.146	303.522	682.668	66.790	1.842.161	1.908.951
Valores a serem restituídos a consumidores - Crédito de PIS/COFINS	(949.525)	-	(949.525)	(73.763)	-	(73.763)
Sobrecontratação de energia e exposição involuntária	(62.529)	460.439	397.910	(48.629)	(108.495)	(157.124)
Neutralidade da Parcela A	(4.104)	51.900	47.796	(43.512)	(58.981)	(102.493)
Devoluções tarifárias ^(a)	(186.652)	856.358	669.706	(5.335)	(32.166)	(37.501)
Outros itens financeiros ^(b)	(87.874)	(1.472.817)	(1.560.691)	(171.904)	(162.247)	(334.151)
Itens financeiros	(1.290.684)	(104.120)	(1.394.804)	(343.143)	(361.889)	(705.032)
TOTAL	(911.538)	199.402	(712.136)	(276.353)	1.480.272	1.203.919
Ativo circulante			157.860			1.171.882
Ativo não circulante			41.542			308.390
Passivo circulante			(911.538)			(276.353)

^(a) Em 31 de dezembro de 2022, o item de devoluções tarifárias em amortização é composto basicamente pela devolução do financeiro referente a escassez hídrica no montante de R\$146.600 e pela redução do bônus redução de consumo no montante de R\$33.374. O item de devoluções tarifárias em constituição é composto basicamente pelo conta de escassez hídrica no montante de R\$763.671 e do bônus de importação no montante de R\$128.169 que serão recebidos no próximo reajuste de tarifário de março de 2023.

^(b) Em 31 de dezembro de 2022, a linha de outros itens financeiros em constituição é composta basicamente pela bandeira tarifária no montante de R\$1.006.761 (R\$1.136.729 em 31 de dezembro de 2021)

Segue abaixo a movimentação dos saldos de ativos e passivos financeiros do setor nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

SALDO EM 31.12.2020	73.719
Constituição ^(a)	1.211.646
Amortização ^(a)	289.593
Recebimento de recursos de CCRBT ^(a)	(50.312)
Valores a serem restituídos a consumidores - Crédito de PIS/COFINS ^(b)	(374.196)
Atualização Selic (Nota 33)	53.469
SALDO EM 31.12.2021	1.203.919
Constituição ^(a)	(359.418)
Amortização ^(a)	818.814
Recebimento de recursos de CCRBT ^{(a) (d)}	(482.372)
Recebimento referente a importação no período de Jul/Ago de 2021 ^(c)	(45.011)
Valores a serem restituídos a consumidores - Crédito de PIS/COFINS ^(b)	(1.846.656)
Atualização Selic (Nota 32)	(1.412)
SALDO EM 31.12.2022	(712.136)

^(a) Saldos reconhecidos no resultado em receita líquida, na rubrica “ativos e passivos financeiros do setor” (vide Nota 31), que incluíram os recursos da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT).

^(b) Valor reclassificado da rubrica valores a serem restituídos a consumidores.

^(c) Saldo referente ao custo com importação de energia elétrica nos meses de julho e agosto de 2021. A autorização de importação de energia foi uma das medidas de enfrentamento da situação de escassez hídrica.

^(d)Inclui o montante de R\$317.600, aportados pela Eletrobrás em 27 de julho de 2022, referente ao repasse dos recursos da CDE nos termos do inciso I do art. 4º, da Lei nº 14.182/2022. Conforme regulamentação da ANEEL, o montante será repassado para modicidade tarifária no processo tarifário subsequente.

12.1 Reajustes tarifários

Em 14 de março de 2022, foi aprovado pela ANEEL o processo de reajuste das tarifas da controlada Light SESA. O resultado, homologado através da Resolução Homologatória nº 3.014/2022, representa um reajuste tarifário médio para o consumidor de 14,68%, e engloba todas as classes de consumo (residencial, industrial, comercial, rural e outras). O índice de reajuste é constituído de dois componentes: (i) estrutural, que passa a integrar a tarifa, de 13,32%, compreendido pelos custos não gerenciáveis (Parcela A) e gerenciáveis (Parcela B); e (ii) componente financeiro negativo que somam 1,34%, aplicado exclusivamente aos próximos 12 meses, onde foi considerado a devolução dos valores oriundos de créditos tributários referentes ao trânsito em julgado da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS no montante de R\$1.050.000. As novas tarifas entraram em vigor a partir de 15 de março de 2022.

Em 13 de dezembro de 2022, foi aprovado pela ANEEL a Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) da controlada Light SESA, para aplicar os efeitos da lei nº 14.385 de 27 de junho de 2022, que determinou a devolução dos créditos de PIS/COFINS nas tarifas. Foi considerado a devolução dos valores oriundos de créditos tributários referentes ao trânsito em julgado da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS no montante de R\$796.656. Com a aplicação da lei, a devolução dos tributos em Revisão Tarifária Extraordinária resulta em um efeito médio na tarifa de -5,89%. As novas tarifas entraram em vigor a partir de 15 de dezembro de 2022.

13. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Ativo indenizável ao final da concessão - Consolidado	Ativo financeiro bruto	Obrigações especiais	Ativo financeiro líquido
SALDO EM 31.12.2020	6.441.567	(1.244.254)	5.197.313
Adições ^(a)	1.131.895	(30.640)	1.101.255
Valor justo - atualização VNR (Nota 31)	701.008	(126.777)	574.231
Baixas	(50.811)	-	(50.811)
SALDO EM 31.12.2021	8.223.659	(1.401.671)	6.821.988
Adições ^(a)	890.028	(21.354)	868.674
Valor justo - atualização VNR (Nota 31)	(13.945)	52.310	38.365
Transferência para intangível ^(b)	-	12.900	12.900
Baixas	(44.633)	-	(44.633)
SALDO EM 31.12.2022	9.055.109	(1.357.815)	7.697.294

^(a) Transferência proveniente da bifurcação dos ativos quando da entrada em serviço (vide Nota 17).

^(b) Transferência para o Intangível proveniente da alteração das taxas de depreciação de obrigações especiais que consequentemente reduziram sua vida útil. A alteração das taxas ocorreu por conta da Revisão Tarifária Periódica de 14 de março de 2022.

13.1 Revisão Tarifária Periódica (“RTP”) da controlada Light SESA

Em 14 de março de 2022, foi aprovado pela ANEEL o processo de Revisão Tarifária Periódica (“RTP”), como resultado da 5ª RTP, os itens associados ao serviço de distribuição de energia elétrica que compõem as tarifas da controlada Light SESA (destinados a cobrir custos operacionais eficientes, remuneração e depreciação dos investimentos, anuidades dos ativos não elétricos e receitas irre recuperáveis, descontados das outras receitas) homologados pela ANEEL somam R\$8.275 milhões. Esses mesmos itens, que compuseram a Parcela B repassada no último Reajuste Tarifário da

controlada Light SESA, ocorrido em 15 de março de 2017, somavam R\$2.911 na referida data. No caso do repasse das perdas de energia, valor regulatório considerado neste processo é de 40,93% sobre o mercado de baixa tensão faturado, reduzindo ao longo do ciclo tarifário para a meta de 37,40%, em 2026. Além do recálculo dos itens associados ao serviço de distribuição e da redefinição dos percentuais de perdas regulatórias, as novas tarifas da controlada Light SESA refletem também uma atualização dos itens da Parcela A (associados à compra de energia, aos encargos setoriais e aos custos de transmissão), bem como dos componentes financeiros.

Em 31 de março de 2022, a controlada Light SESA registrou como estimativa do Valor Justo do Ativo Indenizável da Concessão (VNR) a perda referente à diferença entre o valor novo de reposição homologado pela Aneel e o saldo atualizado do ativo financeiro da concessão, no montante de R\$186.146, em contrapartida a receita operacional. Em 30 de junho de 2022, a Companhia reconheceu o montante adicional de R\$13.213 como perda efetiva referente à diferença entre o valor novo de reposição homologado pela Aneel e o saldo atualizado do ativo financeiro da concessão.

14. ATIVO DE CONTRATO

Ativos de infraestrutura em construção	Direito de uso da concessão	Obrigações especiais - direito de uso da concessão	Total
SALDO EM 31.12.2020	1.045.400	(62.032)	983.368
Adições	969.028	(18.944)	950.084
Transferências para intangível (Nota 17)	(1.412.878)	37.680	(1.375.198)
SALDO EM 31.12.2021	601.550	(43.296)	558.254
Adições	1.150.682	(71.969)	1.078.713
Baixas	(8.087)	-	(8.087)
Transferências para intangível (Nota 17)	(989.182)	25.062	(964.120)
SALDO EM 31.12.2022	754.963	(90.203)	664.760

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi incorporado a rubrica de ativo de contrato, a título de capitalização de juros, o montante de R\$10.104 (R\$17.656 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021), cuja taxa média de capitalização foi de 7,2% ao ano.

15. INVESTIMENTOS

Investimentos	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Avaliados por equivalência patrimonial				
Light SESA	1.197.068	7.166.827	-	-
Light Energia	495.048	480.832	-	-
Lightcom	159.314	179.130	-	-
Light Soluções	1.533	1.546	-	-
Light Conecta	19.929	39.848	-	-
UHE Itaipava ^(d)	-	-	-	(21.614)
Axxiom ^(a)	-	4.451	-	4.451
Amazônia Energia ^{(a) (c)}	-	319.187	-	319.187
Instituto Light	7	7	-	-
SUBTOTAL	1.872.899	8.191.828	-	302.024
Outros investimentos permanentes ^(b)	-	-	43.620	34.123
Total de participações societárias a descoberto	-	-	-	21.614
TOTAL	1.872.899	8.191.828	43.620	357.761

^(a) Refere-se ao investimento apurado a partir do patrimônio líquido para fins de equivalência patrimonial.

^(b) Inclui investimentos em participações societárias avaliadas pelo valor de mercado, detidos pela controlada Light SESA.

^(c) Em dezembro de 2022, o a participação na Amazônia Energia foi classificada como ativo mantido para venda, conforme Nota 5.

^(d) Em dezembro de 2022, a Companhia realizou a provisão para perda de 100% desse investimento.

15.1 Informações sobre investimentos

Investimentos 31.12.2022	%	Total do ativo	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Dividendos a receber	Dividendos recebidos
Light SESA	100,0%	20.256.990	5.544.284	1.197.068	(5.816.334)	-	(57.861)
Light Energia	100,0%	2.692.470	77.422	495.048	146.311	(36.578)	(533.888)
Lightcom	100,0%	271.104	120.000	159.314	87.071	-	(125.024)
Light Soluções	100,0%	2.163	3.850	1.533	(13)	(498)	-
Light Conecta	100,0%	20.451	176.897	19.929	(33.919)	-	-
UHE Itaipava	51,0%	15.404	105.423	-	(6.498)	-	-
Axxiom	51,0%	16.001	37.044	(2.053)	2.033	-	-
Amazônia Energia	25,5%	1.190.700	337.376	1.188.630	(63.325)	-	-
Instituto Light	100,0%	7	350	7	-	-	-

Investimentos em 31.12.2021	%	Total do ativo	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Dividendos a receber	Dividendos recebidos
Light SESA	100,0%	24.459.188	5.486.365	7.166.827	243.628	(57.862)	(65.276)
Light Energia	100,0%	3.066.536	77.422	480.832	102.962	(441.341)	(105.454)
Lightcom	100,0%	309.383	120.000	179.130	102.822	(18.137)	-
Light Soluções	100,0%	2.166	3.850	1.546	(57)	(498)	-
Lightger	51,0%	-	-	-	-	-	(12.473)
Light Conecta	100,0%	64.872	162.897	39.848	(32.672)	-	-
UHE Itaipava	51,0%	15.910	156.259	(42.380)	(66.495)	-	-
Axxiom	51,0%	31.667	68.065	8.728	(4.925)	-	-
Amazônia Energia	25,5%	1.253.900	1.322.698	1.251.711	(43.934)	-	-
Instituto Light	100,0%	7	350	8	(1)	-	-

15.2 Movimentação dos investimentos

Investimentos - Controladora	31.12.2021	Aumento de capital ^(a)	Dividendos	Baixa de custo atribuído	Resultados abrangentes	Provisão para perda	Transferência para ativos mantidos para venda	Equivalência patrimonial		31.12.2022
								Outros	Resultado	
Light SESA	7.166.827	57.919	-	-	(211.344)	-	-	-	(5.816.334)	1.197.068
Light Energia	480.832	-	(129.124)	(1.212)	(1.760)	-	-	1	146.311	495.048
Lightcom	179.130	-	(106.887)	-	-	-	-	-	87.071	159.314
Light Soluções	1.546	-	-	-	-	-	-	-	(13)	1.533
Light Conecta	39.848	14.000	-	-	-	-	-	-	(33.919)	19.929
Axxiom	4.451	-	-	-	-	-	-	(3.903)	(548)	-
Amazônia Energia	319.187	37	-	-	-	(94.453)	(208.648)	25	(16.148)	-
Instituto Light	7	-	-	-	-	-	-	-	-	7
TOTAL	8.191.828	71.956	(236.011)	(1.212)	(213.104)	(94.453)	(208.648)	(3.877)	(5.633.580)	1.872.899

^(a) Em 30 de setembro de 2022, a Companhia aportou o montante de R\$57.919 na controlada Light SESA por meio da subscrição e integralização de 5.163.858.585 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal.

Investimentos - Controladora	31.12.2020	Aumento de capital ^(a)	Dividendos	Resultado Abrangente	Equivalência patrimonial		31.12.2021
					Outros	Resultado	
Light SESA	5.637.546	1.340.000	(57.862)	3.516	(1)	243.628	7.166.827
Light Energia	735.608	-	(357.737)	-	(1)	102.962	480.832
Lightcom	94.445	-	(18.137)	-	-	102.822	179.130
Light Soluções	1.253	350	-	-	-	(57)	1.546
Light Conecta	49.020	23.500	-	-	-	(32.672)	39.848
Axxiom	4.617	2.346	-	-	-	(2.512)	4.451
Amazônia Energia	330.364	26	-	-	(1)	(11.202)	319.187
Instituto Light	8	-	-	-	-	(1)	7
TOTAL	6.852.861	1.366.222	(433.736)	3.516	(3)	402.968	8.191.828

^(a) Em 25 de janeiro de 2021, a Companhia aportou o montante de R\$1.340.000 na controlada Light SESA por meio da subscrição e integralização de 96.297.089.456 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal.

Investimentos - Consolidado	31.12.2021	Aumento de capital	Provisão para perda	Transferência para ativos mantidos para venda	Equivalência patrimonial		31.12.2022
					Outros	Resultado	
Axxiom	4.451	-	-	-	(3.903)	(548)	-
Amazônia Energia	319.187	37	(94.453)	(208.648)	25	(16.148)	-
Light Conecta	-	-	-	-	-	-	-
UHE Itaocara	(21.614)	25.731	(7.715)	-	6.912	(3.314)	-
TOTAL	302.024	25.768	(102.168)	(208.648)	3.034	(20.010)	-

Investimentos - Consolidado	31.12.2020	Aumento de capital	Equivalência patrimonial		31.12.2021
			Outros	Resultado	
Axxiom	4.617	2.346	-	(2.512)	4.451
Amazônia Energia	330.364	26	(1)	(11.202)	319.187
Light Conecta	-	-	-	-	-
UHE Itaocara	(30.823)	43.120	1	(33.912)	(21.614)
TOTAL	304.158	45.492	-	(47.626)	302.024

15.1 Acordo para venda de participações das controladas em conjunto Lightger S.A e Guanhões Energia S.A

Em 09 de dezembro de 2021, a Light S.A, em conjunto com sua controlada Light Energia, celebrou contrato de compra e venda com Brasal Energia S.A. ("Brasal"), para alienação a de participações societárias nas sociedades Lightger S.A e Guanhões Energia S.A ("Operação"). Para maiores informações, consultar a divulgação da Nota 5.

15.2 Amazônia Energia

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia passou a tratar a controlada Amazônia Energia como um ativo mantido para venda, conforme divulgado na Nota 5.

16. IMOBILIZADO

Imobilizado - Consolidado	31.12.2022				31.12.2021
	Taxa média anual (%)	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Geração	3,45	3.161.789	(2.032.299)	1.129.490	995.346
Transmissão	4,02	58.346	(40.274)	18.072	19.077
Distribuição	4,69	23.356	(20.667)	2.689	547
Administração	7,96	586.759	(378.044)	208.715	196.341
Comercialização	7,96	10.247	(9.211)	1.036	1.240
		3.840.497	(2.480.495)	1.360.002	1.212.551
Obrigações especiais		(7.207)	841	(6.366)	(6.612)
EM SERVIÇO		3.833.290	(2.479.654)	1.353.636	1.205.939
Geração		531.342	-	531.342	487.144
Administração		118.659	-	118.659	116.798
EM CURSO		650.001	-	650.001	603.942
TOTAL		4.483.291	(2.479.654)	2.003.637	1.809.881

Segue abaixo a mutação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Imobilizado - Consolidado	Em serviço				Em curso			Total do Imobilizado
	Custo	Depreciação acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	
Saldo em 31.12.2020	3.542.524	(2.325.742)	(4.922)	1.211.860	443.355	-	443.355	1.655.215
Adições	-	-	-	-	261.077	(1.865)	259.212	259.212
Baixas	(10.957)	4.379	-	(6.578)	(3.900)	-	(3.900)	(10.478)
Depreciação	-	(82.693)	175	(82.518)	-	-	-	(82.518)
Transferências entre curso e serviço	79.729	-	(1.865)	77.864	(79.729)	1.865	(77.864)	-
Transferências do / (para o) intangível	5.311	-	-	5.311	(16.861)	-	(16.861)	(11.550)
Saldo em 31.12.2021	3.616.607	(2.404.056)	(6.612)	1.205.939	603.942	-	603.942	1.809.881
Adições	-	-	-	-	344.324	-	344.324	344.324
Baixas	(11.919)	8.044	-	(3.875)	(33.770)	-	(33.770)	(37.645)
Depreciação	-	(84.483)	246	(84.237)	-	-	-	(84.237)
Transferências entre curso e serviço	233.443	-	-	233.443	(233.443)	-	(233.443)	-
Transferências do / (para o) intangível	2.366	-	-	2.366	(31.052)	-	(31.052)	(28.686)
Saldo em 31.12.2022	3.840.497	(2.480.495)	(6.366)	1.353.636	650.001	-	650.001	2.003.637

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi incorporado ao ativo imobilizado, a título de capitalização de juros, o montante de R\$18.829 (R\$7.809 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021), cuja taxa média de capitalização foi de 7,2% ao ano.

16.1 Taxas anuais de depreciação:

As principais taxas anuais de depreciação, com base na estimativa da vida útil dos bens, são as seguintes:

GERAÇÃO	%	COMERCIALIZAÇÃO	%	ADMINISTRAÇÃO	%	TRANSMISSÃO	%
Barramento	2,50	Edificações	3,33	Edificações	3,33	Condutor do sistema	2,70
Disjuntor	3,03	Equipamento geral	6,25	Equipamento geral	6,25	Equipamento geral	6,25
Edificações	2,00	Veículos	14,29	Veículos	14,29	Estrutura do sistema	3,13
Equipamentos da tomada d'água	3,70					Religadores	4,00
Estrutura da tomada d'água	2,86						
Gerador	3,33						
Grupo motor – gerador	5,88						
Reserva, barragens e adutoras	2,00						
Sistema de comunicação local	6,67						
Turbina hidráulica	2,50						

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável para os ativos imobilizados em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

Para os ativos imobilizados que não possuem garantia de indenização, os itens são depreciados pelo método linear respeitando a vida útil do bem.

17. INTANGÍVEL

Intangível - Consolidado	31.12.2022			31.12.2021
	Custo Histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Direito de uso da concessão	8.814.697	(6.755.652)	2.059.045	2.455.780
Extensão da concessão	433.829	(117.304)	316.525	375.182
Outros ^(a)	1.289.729	(1.049.608)	240.121	190.991
	10.538.255	(7.922.564)	2.615.691	3.021.953
Obrigações especiais	(799.083)	472.115	(326.968)	(353.087)
EM SERVIÇO	9.739.172	(7.450.449)	2.288.723	2.668.866
Outros ^(a)	179.146	-	179.146	164.689
EM CURSO	179.146	-	179.146	164.689
TOTAL	9.918.318	(7.450.449)	2.467.869	2.833.555

^(a) Inclui, basicamente, softwares e licenças

Segue abaixo a mutação do intangível nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Intangível - Consolidado	Em serviço				Em curso			Total do Intangível
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	
Saldo em 31.12.2020	9.514.952	(6.811.575)	(397.041)	2.306.336	592.252	-	592.252	2.898.588
Adições	-	-	-	-	133.796	(12.811)	120.985	120.985
Baixas	(223.204)	331.713	-	108.509	-	-	-	108.509
Amortização	-	(643.825)	63.805	(580.020)	-	-	-	(580.020)
Transferências	555.821	-	(12.811)	543.010	(555.821)	12.811	(543.010)	-
Transferências do (para o) imobilizado	17.088	-	-	17.088	(5.538)	-	(5.538)	11.550
Transferências do ativo de contrato	1.412.878	-	(37.680)	1.375.198	-	-	-	1.375.198
Transferências para o ativo financeiro da concessão ^(a)	(1.131.895)	-	30.640	(1.101.255)	-	-	-	(1.101.255)
Saldo em 31.12.2021	10.145.640	(7.123.687)	(353.087)	2.668.866	164.689	-	164.689	2.833.555
Adições	-	-	-	-	122.373	(26.094)	96.279	96.279
Baixas	(96.774)	79.753	-	(17.021)	(192)	-	(192)	(17.213)
Amortização	-	(695.468)	68.821	(626.647)	-	-	-	(626.647)
Transferências	105.358	-	(26.094)	79.264	(105.358)	26.094	(79.264)	-
Transferências de outros créditos (Acordo Furnas)	253.825	(183.162)	-	70.663	-	-	-	70.663
Transferências do (para o) imobilizado	31.052	-	-	31.052	(2.366)	-	(2.366)	28.686
Transferências do ativo de contrato	989.182	-	(25.062)	964.120	-	-	-	964.120
Transferências para o ativo financeiro da concessão ^(a)	(890.028)	-	21.354	(868.674)	-	-	-	(868.674)
Transferências do ativo financeiro da concessão (Nota 12)	-	-	(12.900)	(12.900)	-	-	-	(12.900)
Saldo em 31.12.2022	10.538.255	(7.922.564)	(326.968)	2.288.723	179.146	-	179.146	2.467.869

^(a) Transferência para o ativo financeiro da concessão proveniente da bifurcação dos ativos quando da entrada em serviço e transferência do ativo financeiro da concessão referente às obrigações especiais, vide Nota 13.

18. FORNECEDORES

Fornecedores – Consolidado	31.12.2022	31.12.2021
Comercialização no mercado de curto prazo	58.159	253.022
Encargos de uso da rede elétrica	137.067	104.660
Energia livre - ressarcimento às geradoras ^(a)	133.936	119.169
Leilões de energia	355.568	563.475
Itaipu binacional	250.285	367.675
UTE Norte Fluminense	293.903	383.722
Materiais e serviços	277.113	362.314
TOTAL	1.506.031	2.154.037

^(a) A energia livre refere-se a valores a pagar as geradoras de energia elétrica referente às perdas ocorridas no período de racionamento de energia entre junho de 2001 a fevereiro de 2002. A Companhia possui Mandados de Segurança contra os despachos SFF/ANEEL nº 2.517/2010 e SFF/ANEEL nº 1.068/2010, e o montante vem sendo atualizado mensalmente pela Selic.

19. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR

Tributos e contribuições a pagar - Consolidado	31.12.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a pagar ^(a)	96.064	140.946	237.010	247.855	155.346	403.201
Parcelamento - Lei 11.941/09	22.635	20.497	43.132	23.295	44.259	67.554
PIS e COFINS a pagar	7.500	-	7.500	5.973	-	5.973
INSS	1.133	-	1.133	373	-	373
Outros	15.428	-	15.428	10.940	-	10.940
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR	142.760	161.443	304.203	288.436	199.605	488.041
IRRF a pagar	926	-	926	796	-	796
Provisão de IRPJ e CSLL	95.154	-	95.154	94.368	-	94.368
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A PAGAR	96.080	-	96.080	95.164	-	95.164
TOTAL	238.840	161.443	400.283	383.600	199.605	583.205

^(a) O ICMS a pagar, registrado no passivo não circulante, é decorrente de faturas parceladas.

20. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Financiador - Consolidado	Controlada	Circulante			Não circulante	Total	Total
		Principal	Encargos	Total	Principal	31.12.2022	31.12.2021
TN - Par Bond	Light SESA	-	2.623	2.623	203.070	205.693	219.995
TN - Caução - Par Bond	Light SESA	-	-	-	(191.899)	(191.899)	(207.905)
TN - Discount Bond	Light SESA	-	780	780	141.696	142.476	151.957
TN - Caução - Discount Bond	Light SESA	-	-	-	(134.742)	(134.742)	(144.759)
4131 Citibank 2021	Light SESA	-	56	56	208.708	208.764	223.229
Bonds 2021	Light SESA	-	3.297	3.297	2.087.080	2.090.377	2.235.727
Bonds 2021	Light Energia	-	1.522	1.522	1.043.540	1.045.062	1.117.728
Subtotal - Moeda estrangeira		-	8.278	8.278	3.357.453	3.365.731	3.595.972
Custo de captação		-	-	-	(32.329)	(32.329)	(41.565)
Custos - Moeda estrangeira		-	-	-	(32.329)	(32.329)	(41.565)
MOEDA ESTRANGEIRA - TOTAL		-	8.278	8.278	3.325.124	3.333.402	3.554.407
FINEP - Inovação e Pesquisa	Light SESA	-	-	-	-	-	9.681
Nota Promissória - 5ª NP	Light SESA	-	-	-	-	-	110.065
FIDC 2018 Série A	Light SESA	227.674	2.141	229.815	121.940	351.755	559.914
FIDC 2018 Série B	Light SESA	103.494	379	103.873	51.747	155.620	244.969
CCB Santander Lajes	Lajes Energia	5.000	58	5.058	3.750	8.808	13.823
BNDES Conecta	Light Conecta	116	-	116	-	116	255
Fianças bancárias diversas	Light SESA	-	70	70	-	70	64
Cotas Subordinadas FIDC	Light SESA	-	-	-	(34.789)	(34.789)	(35.050)
Retenção FIDC	Light SESA	(31.424)	-	(31.424)	-	(31.424)	(30.016)
Subtotal - Moeda nacional		304.860	2.648	307.508	142.648	450.156	873.705
Custo de captação		(6.840)	-	(6.840)	(3.420)	(10.260)	(19.092)
Custos - Moeda nacional		(6.840)	-	(6.840)	(3.420)	(10.260)	(19.092)
MOEDA NACIONAL - TOTAL		298.020	2.648	300.668	139.228	439.896	854.613
TOTAL		298.020	10.926	308.946	3.464.352	3.773.298	4.409.020

Segue quadro abaixo com condições contratuais dos empréstimos e financiamentos existentes em 2022:

Financiador – Consolidado	Controlada	Data de assinatura	Moeda	Taxa de juros a.a ^(a)	Taxa efetiva ^(a)	Amortização do principal		
						Forma de pagamento	Início	Término
TN - Par Bond	Light SESA	29.04.1996	US\$	USD + 6,00%	6,80%	Única	abr/24	abr/24
TN - Caução - Par Bond	Light SESA	29.04.1996	US\$	U\$ Treasury	-	Única	abr/24	abr/24
TN - Discount Bond	Light SESA	29.04.1996	US\$	Libor 6M + 0,8125%	5,95%	Única	abr/24	abr/24
TN - Caução - Discount Bond	Light SESA	29.04.1996	US\$	U\$ Treasury	-	Única	abr/24	abr/24
4131 Citibank 2021	Light SESA	03.05.2018	US\$	CDI + 1,85%	14,47%	Única	mar/25	mar/25
Bonds 2021	Light SESA	18.06.2021	US\$	143,43% do CDI	17,77%	Única	jun/26	jun/26
Bonds 2021	Light Energia	18.06.2021	US\$	145,45% do CDI	18,02%	Única	jun/26	jun/26
FINEP - Inovação e Pesquisa	Light SESA	16.04.2014	R\$	4,00%	N/A	Mensal	mai/16	mai/22
Nota Promissória - 5ª NP	Light SESA	27.12.2019	R\$	CDI + 1,25%	13,79%	Anual	dez/20	dez/22
FIDC 2018 Série A	Light SESA	04.04.2018	R\$	CDI + 1,20%	13,74%	Mensal	jul/19	jun/24
FIDC 2018 Série B	Light SESA	04.04.2018	R\$	IPCA + 5,75%	11,87%	Mensal	jul/19	jun/24
CCB Santander Lajes	Lajes Energia	30.09.2020	R\$	CDI + 2,40%	15,09%	Mensal	out/20	set/24
BNDES Conecta	Light Conecta	10.10.2018	R\$	3,50%	3,50%	Mensal	out/18	out/23

^(a) Para as dívidas em moeda estrangeira foram considerados os custos em reais, conforme seus respectivos contratos de *swap*.

As principais operações financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram:

- Em 17 de outubro de 2022, foi liquidada a 13ª emissão de debêntures, série única da controlada Light SESA no valor de R\$599.661 mais juros devidos.
- Em 17 de outubro de 2022, foi liquidada a 15ª emissão de debêntures, 2ª série da controlada Light SESA no valor de R\$80.000 mais juros devidos.
- Em 17 de outubro de 2022, foi liquidada a 17ª emissão de debêntures, 1ª série da controlada Light SESA no valor de R\$500.400 mais juros devidos.
- Em 26 de dezembro de 2022, foi liquidada a 5ª nota promissória, 3ª série da controlada Light SESA no valor de R\$100.000 mais juros devidos.

Além das cauções dos contratos em moeda estrangeira celebrado com o Tesouro Nacional (TN), os empréstimos estão garantidos por avais da Light S.A. Ademais, foram cedidos direitos creditórios, presentes e futuros, da controlada Light SESA, sendo disponibilizado anualmente o limite máximo de R\$796.320, para constituição do FIDC.

Em 31 de dezembro de 2022, os empréstimos e financiamentos tem avais, fianças ou garantias corporativas da Light S.A, emitidas em favor de suas controladas ou controladas em conjunto, no montante de R\$3.353.127 (R\$3.524.071 em 31 de dezembro de 2021).

As parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos consolidados, classificadas no passivo não circulante e sem o custo de captação e os custos com *fees* de *covenants* (*waivers*), têm os seguintes vencimentos:

Vencimentos	31.12.2022			31.12.2021		
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
2023	-	-	-	330.517	-	330.517
2024	142.648	18.125	160.773	139.504	16.074	155.578
2025	-	208.708	208.708	-	223.220	223.220
2026	-	3.130.620	3.130.620	-	3.348.300	3.348.300
TOTAL	142.648	3.357.453	3.500.101	470.021	3.587.594	4.057.615

A variação percentual das principais moedas estrangeiras e os percentuais dos principais indicadores, base de atualização dos empréstimos, financiamentos e debêntures, teve o seguinte comportamento para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Moedas estrangeiras e indicadores	31.12.2022	31.12.2021
Variação do exercício		
USD - Dólar Americano	-6,50%	7,39%
Acumulado do exercício		
IGP-M	5,46%	17,79%
IPCA	5,78%	10,06%
SELIC	12,39%	4,39%
CDI	12,39%	4,39%
TJLP	7,20%	5,32%

Seguem abaixo as movimentações dos empréstimos e financiamentos consolidados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Consolidado	Principal	Encargos	Total
SALDO EM 31.12.2020	4.371.387	39.342	4.410.729
Captações	3.237.820	-	3.237.820
Variação monetária e cambial	373.111	-	373.111
Encargos financeiros provisionados	-	331.650	331.650
Encargos financeiros pagos	-	(350.718)	(350.718)
Amortização do principal	(3.579.675)	-	(3.579.675)
Custo de captação	(45.812)	-	(45.812)
Amortização do custo de captação	30.646	-	30.646
Cotas Subordinadas e Retenção – FIDC	(351)	-	(351)
Encargos capitalizados no ativo de contrato e imobilizado	-	1.620	1.620
SALDO EM 31.12.2021	4.387.126	21.894	4.409.020
Variação monetária e cambial	(220.350)	-	(220.350)
Encargos financeiros provisionados	-	245.880	245.880
Encargos financeiros pagos	-	(256.848)	(256.848)
Amortização do principal	(421.325)	-	(421.325)
Amortização do custo de captação	18.068	-	18.068
Cotas Subordinadas e Retenção – FIDC	(1.147)	-	(1.147)
SALDO EM 31.12.2022	3.762.372	10.926	3.773.298

O montante total do principal está apresentado líquido dos custos com a captação dos empréstimos e custos com *fees* de *covenants* (*waivers*). Estes custos estão detalhados no quadro abaixo:

Movimentação dos custos - Consolidado	Controlada	Saldo a amortizar em 31.12.2020	Custo	Amortização do custo	Saldo a amortizar em 31.12.2021	Amortização do custo	Saldo a amortizar em 31.12.2022
BNDES - Capex	Light SESA	4.045	-	(4.045)	-	-	-
Nota Promissória - 5ª NP	Light SESA	3.985	-	(1.992)	1.993	(1.993)	-
FIDC 2018	Light SESA	23.939	-	(6.840)	17.099	(6.839)	10.260
Bonds 2018	Light SESA	8.989	-	(8.989)	-	-	-
Bonds 2021	Light SESA	-	30.565	(2.835)	27.730	(6.162)	21.568
Bonds 2018	Light Energia	4.533	-	(4.533)	-	-	-
Bonds 2021	Light Energia	-	15.247	(1.412)	13.835	(3.074)	10.761
TOTAL		45.491	45.812	(30.646)	60.657	(18.068)	42.589

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez relacionados a empréstimos e financiamentos é divulgada na Nota 34.

Covenants

A Companhia possui cláusulas que podem gerar antecipação do vencimento de dívidas em determinados contratos de empréstimos e financiamentos, inclusive vencimento cruzado. O vencimento antecipado só ocorre quando do não atendimento a pelo menos um dos *covenants* financeiros em dois trimestres consecutivos ou quatro trimestres intercalados ou quando do não cumprimento de determinados *covenants* não financeiros. Os empréstimos com o Citibank, Santander, BNDES e a 5ª Nota Promissória preveem a manutenção de indicadores de dívida líquida/EBITDA e cobertura de juros (*covenants*). Já os *Bonds* possuem cláusulas restritivas por incorrência de dívida (*covenants*). Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia atendeu aos *covenants* requeridos contratualmente.

21. DEBÊNTURES

Emissão - Consolidado	Controlada	Circulante			Não circulante		Total	Total
		Principal	Encargos	Total	Principal	Total	31.12.2022	31.12.2021
8ª Emissão	Light SESA	39.198	1.659	40.857	117.500	117.500	158.357	197.288
9ª Emissão Série B	Light SESA	116.355	854	117.209	-	-	117.209	222.044
13ª Emissão	Light SESA	-	-	-	-	-	-	583.657
15ª Emissão Série 1	Light SESA	-	9.572	9.572	684.261	684.261	693.833	657.240
15ª Emissão Série 2	Light SESA	-	-	-	-	-	-	81.653
16ª Emissão Série 1	Light SESA	-	-	-	-	-	-	134.875
16ª Emissão Série 2	Light SESA	211.475	12.431	223.906	211.475	211.475	435.381	430.845
16ª Emissão Série 3	Light SESA	-	1.850	1.850	62.500	62.500	64.350	63.680
17ª Emissão Série 1	Light SESA	-	-	-	-	-	-	510.003
17ª Emissão Série 2	Light SESA	25.000	1.522	26.522	25.000	25.000	51.522	50.986
17ª Emissão Série 4	Light SESA	-	1.949	1.949	183.659	183.659	185.608	175.809
19ª Emissão	Light SESA	-	15.891	15.891	604.390	604.390	620.281	587.544
20ª Emissão	Light SESA	-	13.647	13.647	722.843	722.843	736.490	697.464
21ª Emissão	Light SESA	119.988	26.284	146.272	240.012	240.012	386.284	374.897
22ª Emissão	Light SESA	-	9.914	9.914	1.029.392	1.029.392	1.039.306	984.415
23ª Emissão Série 1	Light SESA	-	7.965	7.965	263.500	263.500	271.465	267.147
23ª Emissão Série 2	Light SESA	-	8.284	8.284	268.500	268.500	276.784	272.331
24ª Emissão	Light SESA	-	40.111	40.111	1.300.000	1.300.000	1.340.111	-
25ª Emissão CRI	Light SESA	-	222	222	50.308	50.308	50.530	-
3ª Emissão	Light Energia	2.502	106	2.608	7.500	7.500	10.108	12.593
7ª Emissão	Light Energia	-	12.213	12.213	554.109	554.109	566.322	534.502
Subtotal - Debêntures		514.518	164.474	678.992	6.324.949	6.324.949	7.003.941	6.838.973
Custo de captação		(25.649)	-	(25.649)	(61.020)	(61.020)	(86.669)	(100.441)
Custo <i>fee</i> de <i>covenants</i>		(811)	-	(811)	(1.069)	(1.069)	(1.880)	(3.226)
Custos - Debêntures		(26.460)	-	(26.460)	(62.089)	(62.089)	(88.549)	(103.667)
TOTAL		488.058	164.474	652.532	6.262.860	6.262.860	6.915.392	6.735.306

Segue abaixo quadro com as condições contratuais das debêntures consolidadas existentes em 2022:

Emissão - Consolidado	Controlada	Data de assinatura	Moeda	Taxa de juros a.a. ^(a)	Taxa efetiva ^(a)	Amortização do principal		
						Forma de pagamento	Início	Término
8ª Emissão	Light SESA	24.08.2012	R\$	CDI + 1,18%	13,72%	Anual	jun/15	jun/26
9ª Emissão Série B	Light SESA	15.06.2013	R\$	IPCA + 5,74%	11,86%	Anual	mai/20	mai/23
13ª Emissão	Light SESA	01.11.2017	R\$	IPCA + 7,44%	N/A	Única	out/22	out/22
15ª Emissão Série 1	Light SESA	12.09.2018	R\$	IPCA + 6,83%	13,01%	Anual	out/24	out/25
15ª Emissão Série 2	Light SESA	12.09.2018	R\$	CDI + 2,20%	N/A	Anual	out/21	out/22
16ª Emissão Série 1	Light SESA	26.04.2019	R\$	CDI + 0,90%	N/A	Única	abr/22	abr/22
16ª Emissão Série 2	Light SESA	26.04.2019	R\$	CDI + 1,25%	13,79%	Anual	abr/23	abr/24
16ª Emissão Série 3	Light SESA	26.04.2019	R\$	CDI + 1,35%	13,91%	Única	abr/25	abr/25
17ª Emissão Série 1	Light SESA	11.10.2019	R\$	CDI + 1,50%	N/A	Única	out/22	out/22
17ª Emissão Série 2	Light SESA	11.10.2019	R\$	CDI + 1,75%	14,36%	Anual	out/23	out/24
17ª Emissão Série 4	Light SESA	11.10.2019	R\$	IPCA + 5,25%	11,34%	Anual	out/25	out/26
19ª Emissão	Light SESA	15.07.2020	R\$	IPCA + 5,8%	11,92%	Única	jul/25	jul/25
20ª Emissão	Light SESA	14.08.2020	R\$	IPCA + 5,0867%	11,17%	Única	ago/25	ago/25
21ª Emissão	Light SESA	09.02.2021	R\$	CDI + 2,60%	15,31%	Anual	jan/23	jan/25
22ª Emissão	Light SESA	05.04.2021	R\$	IPCA + 4,7543%	10,81%	Anual	abr/29	abr/31
23ª Emissão Série 1	Light SESA	15.10.2021	R\$	CDI + 1,65%	14,24%	Anual	out/24	out/26
23ª Emissão Série 2	Light SESA	15.10.2021	R\$	CDI + 1,95%	14,58%	Anual	out/27	out/28
24ª Emissão	Light SESA	25.03.2022	R\$	CDI + 1,95%	14,58%	Única	abr/24	abr/24
25ª Emissão CRI	Light SESA	30.11.2022	R\$	IPCA + 7,1773% a.a.	13,38%	Anual	nov/28	nov/29
3ª Emissão	Light Energia	24.08.2012	R\$	CDI + 1,18%	13,72%	Anual	jun/15	jun/26
7ª Emissão	Light Energia	05.08.2021	R\$	CDI + 1,20%	13,74%	Anual	jul/25	jul/28

^(a) Para a 7ª emissão de debêntures, da controlada Light Energia, foi considerado o custo em reais, conforme seus respectivos contratos de swap.

As principais operações financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram:

Em 26 de abril de 2022, foi realizada a 24ª emissão de debêntures da controlada Light SESA em série única no montante de R\$1.300.000, com vencimento em dois anos, amortização em parcela única e remuneração de CDI + 1,95% a.a. Os recursos decorrentes das debêntures foram utilizados para reforço de capital de giro e pagamento das dívidas vincendas.

Em 08 de dezembro de 2022, foi liquidada a emissão de certificados de recebíveis imobiliários da Virgo Securitizadora S.A. ("CRI"), lastreada em recebíveis decorrentes da 25ª emissão de debêntures privadas da controlada Light SESA, no montante de R\$50.000, com vencimento em sete anos, amortização nos últimos dois anos e remuneração de IPCA + 7,1773% a.a. Os recursos decorrentes das debêntures serão utilizados para reembolso de gastos de natureza imobiliária e custos já incorridos e a incorrer de contratos de aluguéis, conforme definido em escritura.

Em 31 de dezembro de 2022, a totalidade das debêntures emitidas pelas controladas da Companhia têm avais, fianças ou garantias corporativas da Light S.A.

As parcelas relativas ao principal das debêntures consolidados, classificadas no passivo não circulante e sem o custo de emissão e os custos com *fees de covenants (waivers)*, têm os seguintes vencimentos:

Vencimentos - Consolidado	31.12.2022
2024	2.128.077
2025	2.211.728
2026	359.890
2027	272.777
2028	297.931
Após 2028	1.054.546
TOTAL	6.324.949

Seguem abaixo as movimentações das debêntures consolidadas ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Consolidado	Principal	Encargos	Total
SALDO EM 31.12.2020	5.212.984	60.256	5.273.240
Debêntures emitidas	2.308.381	-	2.308.381
Variação monetária e cambial	369.984	-	369.984
Encargos financeiros provisionados	-	308.906	308.906
Encargos financeiros pagos	-	(276.293)	(276.293)
Amortização do principal	(1.248.516)	-	(1.248.516)
Custo de emissão	(51.449)	-	(51.449)
Amortização do custo de emissão	27.208	-	27.208
Encargos capitalizados no ativo de contrato e imobilizado	-	23.845	23.845
SALDO EM 31.12.2021	6.618.592	116.714	6.735.306
Debêntures emitidas	1.350.000	-	1.350.000
Variação monetária	236.610	-	236.610
Encargos financeiros provisionados	-	638.053	638.053
Encargos financeiros pagos	-	(619.226)	(619.226)
Amortização do principal	(1.469.402)	-	(1.469.402)
Custo de emissão	(14.689)	-	(14.689)
Amortização custo de emissão	29.807	-	29.807
Encargos capitalizados no ativo de contrato e imobilizado	-	28.933	28.933
SALDO EM 31.12.2022	6.750.918	164.474	6.915.392

O montante total do principal está apresentado líquido dos custos com a emissão das debêntures e custos com *fees de covenants (waivers)*. Estes custos estão detalhados no quadro abaixo:

Movimentação dos custos de emissão - Consolidado	Controlada	Saldo a amortizar em 31.12.2020	Custo	Amortização do custo	Saldo a amortizar em 31.12.2021	Custo	Amortização do custo	Saldo a amortizar em 31.12.2022
8ª Emissão	Light SESA	2.919	-	(531)	2.388	-	(531)	1.857
9ª Emissão A	Light SESA	1.453	-	(1.453)	-	-	-	-
9ª Emissão B	Light SESA	3.622	-	(1.481)	2.141	-	(1.481)	660
13ª Emissão	Light SESA	7.436	-	(4.055)	3.381	-	(3.381)	-
15ª Emissão	Light SESA	26.883	-	(5.982)	20.901	-	(5.452)	15.449
16ª Emissão	Light SESA	2.462	-	(568)	1.894	-	(569)	1.325
17ª Emissão	Light SESA	5.662	-	(2.407)	3.255	-	(2.067)	1.188
18ª Emissão	Light SESA	1.857	-	(1.857)	-	-	-	-
19ª Emissão	Light SESA	14.177	-	(3.093)	11.084	-	(3.094)	7.990
20ª Emissão	Light SESA	12.814	-	(2.746)	10.068	-	(2.745)	7.323
21ª Emissão	Light SESA	-	3.775	(785)	2.990	-	(970)	2.020
22ª Emissão	Light SESA	-	33.576	(1.634)	31.942	-	(3.421)	28.521
23ª Emissão	Light SESA	-	2.338	(28)	2.310	537	(374)	2.473
24ª Emissão	Light SESA	-	-	-	-	12.300	(3.997)	8.303
25ª Emissão	Light SESA	-	-	-	-	1.852	-	1.852
3ª Emissão	Light Energia	141	-	(26)	115	-	-	115
7ª Emissão	Light Energia	-	11.760	(562)	11.198	-	(1.725)	9.473
TOTAL		79.426	51.449	(27.208)	103.667	14.689	(29.807)	88.549

As debêntures da Companhia não são objeto de repactuação programada. A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e liquidez relacionados a debêntures é divulgada na Nota 34.

Covenants

A Companhia possui cláusulas que podem gerar antecipação do vencimento de dívidas em determinados contratos de debêntures, inclusive vencimento cruzado. O vencimento antecipado só ocorre quando do não atendimento a pelo menos um indicador financeiro em dois trimestres consecutivos ou quatro trimestres intercalados ou quando do não cumprimento de determinados *covenants* não financeiros, como por exemplo, cláusulas de atendimento de nível mínimo de classificação de crédito avaliado por agências de rating. Todas as emissões de debêntures preveem a manutenção de indicadores de dívida líquida/EBITDA e cobertura de juros (*covenants*). Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia atendeu aos *covenants* requeridos conforme os termos das escrituras de emissões das debêntures.

22. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Segue abaixo o saldo das provisões, que compreendem as provisões para contingências com prognóstico provável e as provisões para honorários de êxito:

Provisões - Consolidado	31.12.2022			31.12.2021		
	Provisão	Honorários de êxito	Total	Provisão	Honorários de êxito	Total
Trabalhistas	100.799	356	101.155	92.658	428	93.086
Cíveis	726.698	66.836	793.534	179.258	72.044	251.302
Fiscais	183.589	33.193	216.782	76.474	27.724	104.198
Regulatórias	46.466	-	46.466	52.963	-	52.963
PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS	2.742.784	-	2.742.784	-	-	-
Outros	16.410	-	16.410	554	-	554
TOTAL	3.816.746	100.385	3.917.131	401.907	100.196	502.103

22.1 Provisões para contingências

As provisões para riscos, bem como as movimentações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, estão compostas da seguinte forma:

Provisões para perdas prováveis	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Outros	PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS	Total
SALDO EM 31.12.2020	99.072	208.524	172.012	50.719	500	-	530.827
Adições	11.579	206.438	-	-	-	-	218.017
Atualizações	-	8.923	931	2.244	54	-	12.152
Baixas por pagamentos	(11.226)	(240.400)	(89.484)	-	-	-	(341.110)
Baixas por reversões	(6.767)	(4.227)	(6.985)	-	-	-	(17.979)
SALDO EM 31.12.2021	92.658	179.258	76.474	52.963	554	-	401.907
Adições	31.433	828.107	73.121	56.509	4.260	1.081.068	2.074.498
Atualizações	19.336	23.454	80.226	1.678	7.381	1.661.716	1.793.791
Baixas por pagamentos	(15.438)	(288.394)	-	(7.414)	(1.215)	-	(312.461)
Baixas por reversões	(27.190)	(15.727)	(46.232)	(4.995)	-	-	(94.144)
Transferência para outros débitos	-	-	-	(52.275)	-	-	(52.275)
Transferência de fornecedor	-	-	-	-	5.430	-	5.430
SALDO EM 31.12.2022	100.799	726.698	183.589	46.466	16.410	2.742.784	3.816.746

Em 31 de dezembro de 2022, está registrado em depósitos vinculados a litígios o total de R\$221.491 (R\$221.572 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$58.367 (R\$45.394 em 31 de dezembro de 2021) referem-se às causas com provisão constituída. Os demais depósitos referem-se a processos cujas probabilidades de perda são possíveis ou remotas. Segue abaixo o saldo dos depósitos judiciais:

Consolidado	31.12.2022		31.12.2021	
	Depósitos Judiciais	Provisão com Depósitos Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão com Depósitos Judiciais
Trabalhistas	45.885	14.700	52.533	15.215
Cíveis	104.727	7.432	102.677	4.035
Fiscais	70.879	36.235	66.362	26.144
TOTAL	221.491	58.367	221.572	45.394

22.1.1 Provisões trabalhistas

Valor provisionado (perda provável)	31.12.2022	31.12.2021
Funcionários próprios	51.107	50.678
Funcionários terceirizados	49.692	41.980
TOTAL	100.799	92.658

A provisão para os riscos trabalhistas é feita com base na avaliação dos respectivos advogados patronos, avaliando o risco de perda no decorrer do processo. O valor de provisão referente a empregados próprios oscila em razão do vínculo direto com a Companhia e seus consequentes direitos. No que se refere aos terceirizados, o risco envolve em sua maioria a responsabilidade subsidiária, o que significa que a Companhia só arcará com o pagamento no caso da ausência deste por parte da real empregadora, a empresa terceirizada.

22.1.2 Provisões cíveis

No quarto trimestre de 2022, a Administração da Companhia concluiu a revisão metodológica do processo de reconhecimento de provisões para contingências do nível massivo e de processos relacionados a termo de ocorrência de irregularidade (“TOI”) de modo a trazer uma representação mais acurada, frente a uma mudança de comportamento do judiciário relacionados aos processos e o tempo médio de processamento dos mesmos. Apesar dos processos estarem classificados com risco de perda possível ou remoto pelos advogados, pela natureza do processo, a Companhia entende que a metodologia mais adequada é considerar a curva histórica de perdas que vem sendo aplicada pelo judiciário e, portanto, está ajustando sua metodologia para complementar com dados internos a avaliação jurídica dos assessores externos.

Desse modo, a Administração da Companhia entende que a mudança na apuração da provisão para contingências do nível massivo e dos processos relacionados a termo de ocorrência de irregularidade trará melhor tempestividade a contabilização, consonantes a mudança de comportamento que vem sendo observada no tempo médio de encerramento dos processos e nos tickets médios dos processos encerrados. O impacto da revisão metodológica no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi no montante de R\$379.000.

Valor provisionado (perda provável)	31.12.2022	31.12.2021
Ações Cíveis ^(a)	666.281	142.054
Juizado Especial Cível ^(b)	52.386	28.558
Plano Cruzado ^(c)	8.031	8.646
TOTAL	726.698	179.258

- (a) Provisão para as Ações Cíveis engloba processos quantificáveis, nos quais a Companhia e suas controladas são réis, e que possuem prognóstico de perda provável na avaliação dos respectivos advogados patronos. Grande parte das causas é relacionada a pleitos de danos materiais e morais pela postura ostensiva da empresa no combate às irregularidades na rede, além de questionamentos de valores pagos por consumidores. Dentre os valores provisionados destaca-se a ação indenizatória proposta pela Companhia Siderúrgica Nacional (“CSN”) no último trimestre de 1995, onde a CSN ajuizou a ação 0129629-98.1995.8.19.0001 pleiteando, indenização por danos eventualmente sofridos e lucros cessantes, em razão de oscilações e interrupções no fornecimento de energia elétrica. A ação encontra-se em fase de

liquidação de sentença onde a CSN pleiteia o valor atualizado de R\$747.120, valor este impugnado pela Light, em razão de diversos fundamentos, com destaque para (i) o fato da produção da CSN à época ter sido considerada 24 horas por dia 365 dias por ano, não considerando a ociosidade reconhecida do setor; (ii) a CSN não comprovar nos autos os lucros cessantes; (iii) o perito, designado no processo, utilizar premissas de lucro bruto em vez de lucro líquido. O recurso da Companhia em sede de execução foi julgado procedente em 22 de março de 2022 tendo a decisão homologatória do laudo pericial sido anulada, e determinado o retorno dos autos para a fase pericial. A CSN entrou com alguns recursos que foram rejeitados, restante pendente de julgamento o AREsp da CSN que foi autuado no STJ sob o nº 2269679. A exposição do risco provável para a controlada Light SESA em 31 de dezembro de 2022 é de R\$99.273 (R\$90.588 em 31 de dezembro de 2021).

- (b) As ações Cíveis e de Juizado Especial Cível que envolvem discussões quanto às relações de consumo, tais como termo de ocorrência de irregularidade (TOI), interrupção da prestação do serviço, questionamentos referentes a fatura de energia elétrica, suspensão do fornecimento de energia por inadimplência, transferência de titularidade, negativação e queima de equipamentos, o provisionamento é feito a partir da separação dos sete principais motivos ofensores para a Companhia, que representam aproximadamente 93,9% da quantidade total de processos provisionados do Juizado Especial Cível, e aproximadamente 90,6% da quantidade total de processos provisionados da vara Cível.
- (c) São ações movidas contra a controlada Light SESA relativas ao aumento da tarifa de energia elétrica aprovado pelas Portarias nº 38, de 27 de fevereiro de 1986 e nº 45, de 04 de março de 1986, publicadas pelo extinto DNAEE - Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, que contrariavam o Decreto-lei nº 2.283/86 (decreto do Plano Cruzado), o qual previa que todos os preços ficariam congelados. Os autores dessas ações buscam a restituição dos valores supostamente pagos a maior nas faturas de energia elétrica quando da majoração das tarifas da controlada Light SESA no período em que houve o congelamento dos preços.

22.1.3 Provisões fiscais

Valor provisionado (perda provável)	31.12.2022	31.12.2021
ICMS - Créditos homologados ^(a)	28.641	46.232
LIR/LOI - Embargos à Execução ^(b)	105.413	-
Outros	49.535	30.242
TOTAL	183.589	76.474

- (a) A controlada Light SESA provisionou o montante de R\$46.232, relativo a parte do valor autuado em processo por meio do qual o Estado do Rio de Janeiro pretende cobrar ICMS decorrente da utilização supostamente indevida de créditos do imposto, adquiridos pela Light SESA de terceiros, e que haviam sido previamente homologados pela Secretaria Estadual de Fazenda. Em 31 de dezembro de 2022, o débito é de R\$638.602 (R\$620.330 em 31 de dezembro de 2021). Após reavaliação, os assessores jurídicos internos e externos classificaram o valor de R\$42.029, relativo ao principal (imposto), assim como o valor a ele proporcional, relativo aos honorários advocatícios da Procuradoria, no montante de R\$4.203, como sendo perda provável e, todo o restante do valor autuado, relativo a juros, correção monetária e honorários advocatícios

proporcionais, como perda remota. O processo administrativo se encerrou em junho de 2015 com decisão desfavorável à controlada Light SESA. Esta contingência foi judicializada e atualmente aguarda-se julgamento dos Agravos em Recursos Especiais interpostos tanto pela Light SESA, quanto pelo Estado do Rio de Janeiro em face do acórdão que manteve a cobrança do principal e excluiu a cobrança da correção monetária e dos juros de mora. Em agosto de 2022, a controlada Light SESA reavaliou a provisão e o montante provisionado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$28.641.

- (b) LIR/LOI - IRPJ/CSLL - A discussão está relacionada ao método de tributação dos lucros das subsidiárias LIR e LOI no exterior, dado que a controlada Light SESA defendia, por meio de Mandado de Segurança, que o IRPJ e CSLL deveriam incidir apenas sobre os lucros e não sobre os resultados positivos de equivalência patrimonial. Para se valer dos benefícios do programa REFIS, a controlada Light SESA desistiu integralmente do referido Mandado de Segurança, renunciou ao direito de questionar o Método do Equivalência Patrimonial (“MEP”) e alterou o procedimento para passar a tributar os resultados pelo referido método, previsto na Instrução Normativa nº 213/2002. O Fisco discordou de tal procedimento e autuou a controlada Light SESA quanto aos exercícios de 2004 a 2009, passando a exigir a tributação apenas sobre os lucros. Para o exercício de 2004, foi ajuizada Execução Fiscal, que teve decisão desfavorável de mérito no STJ, além de ter sido revogada a tutela obtida pela controlada Light SESA que suspendia a substituição da garantia apresentada nos autos (apólice de seguro) por depósito judicial. Em junho de 2022, a controlada Light SESA provisionou o montante de R\$103.157 em razão da decisão do STJ que julgou improcedente o seu Recurso Especial. Em 31 de dezembro de 2022, o valor atualizado é de R\$105.413.

22.1.4 Provisões regulatórias

Nesse tópico, a Companhia descreve as principais contingências regulatórias decorrentes de discussões administrativas com a ANEEL:

- Em 25 de outubro de 2022, a controlada Light SESA recebeu o despacho nº 3.089/2022 no qual a ANEEL deliberou que a distribuidora deverá providenciar a devolução em dobro das quantias pagas a maior por 26.562 unidades consumidoras condominiais entre janeiro de 2011 e agosto de 2012, em razão de reclassificação dessas unidades de tipo “Administração condominial” da classe Residencial para Comercial após o prazo regulatório previsto. Os valores originalmente cobrados a maior já foram integralmente devolvidos pela controlada Light SESA. Em 17 de novembro de 2022, a Companhia ingressou com Ação Ordinária com Pedido de Tutela Antecipada em Caráter Antecedente, obtendo decisão favorável, que suspende os efeitos do item II do despacho recebido. A Administração da controlada Light SESA, baseada na opinião dos seus assessores legais, entende que parte do desembolso de caixa por parte da controlada Light SESA determinado pelo despacho nº 3.089/2022 possui os prognósticos de perda provável e, em dezembro de 2022, reconheceu o montante de R\$45.900 referente a esta parcela. Baseada na opinião dos seus assessores legais, a Administração entende que a parte remanescente do desembolso de caixa por parte da controlada Light SESA determinado pelo despacho nº 3.089/2022, no montante de R\$89.100, possui os prognósticos de perda possível e, portanto, não foi provisionado.

- A controlada Light SESA foi autuada pela ANEEL (Auto de Infração nº 01/2019-SFE/ANEEL) em decorrência de fiscalização ocorrida em setembro de 2017, relacionada à qualidade do atendimento comercial para a prestação de serviço adequado, conforme parâmetros estabelecidos na Resolução Normativa nº 414/2010. Foi aplicada multa no valor de R\$52.113, a qual foi reduzida para o montante de R\$37.069, por meio do despacho nº 1.173/2022. Em 18 de maio de 2022, a controlada Light SESA efetuou o pagamento de R\$7.414, equivalente a 20% da multa. O saldo remanescente foi transferido para outros débitos e será pago em 36 parcelas mensais iniciadas em junho de 2022.
- A controlada Light SESA foi autuada pela ANEEL (Auto de Infração nº 026/2020-SFE/ANEEL) em decorrência de fiscalização ocorrida em fevereiro de 2020, relacionada aos indicadores de continuidade dos conjuntos de unidades consumidoras, estabelecidos no art. 1º da REA 6.236/2017 e em seu Contrato de Concessão. Foi aplicada multa no valor de R\$21.794, a qual foi reduzida para o montante de R\$16.659, por meio do Ofício nº 306/2020 da SFE/ANEEL. Em 27 de setembro de 2022, foi proferida a decisão final da Diretoria Colegiada da ANEEL para o pagamento de R\$16.650. A Companhia efetuou o pagamento de R\$1.592, equivalente a 20% da multa. O saldo remanescente foi transferido para outros débitos e será pago em 12 parcelas mensais iniciadas em novembro de 2022.

22.1.5 Crédito de PIS/COFINS sobre ICMS a devolver ao consumidor

Conforme detalhado na Nota 1.2, a controlada Light SESA reconheceu uma estimativa de contingência passiva relativa os valores do crédito que poderá ser repassado aos consumidores referentes ao crédito de PIS/COFINS sobre ICMS a devolver ao consumidor.

22.2 Provisões de honorários de êxito

A Administração da Companhia reavalia periodicamente os processos que possuem honorários de êxito previstos para os assessores jurídicos e, baseada na opinião de seus assessores legais, para o prognóstico de resolução dos processos, constitui provisão para os compromissos de honorários de êxito das causas com prognósticos de perdas possíveis, remotas e excepcionalmente prognóstico provável.

Segue abaixo quadro com a posição e a movimentação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Provisões para honorários de êxito	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Total
SALDO EM 31.12.2020	383	84.933	30.890	500	116.706
Adições	159	16.432	2.253	-	18.844
Atualizações	32	6.345	3.757	-	10.134
Baixas por pagamentos	(68)	(30.937)	(893)	(500)	(32.398)
Baixas por reversões	(78)	(4.729)	(8.283)	-	(13.090)
SALDO EM 31.12.2021	428	72.044	27.724	-	100.196
Adições	50	1.895	3.968	-	5.913
Atualizações	19	4.389	3.824	-	8.232
Baixas por pagamentos	(59)	(7.307)	(1.944)	-	(9.310)
Baixas por reversões	(82)	(4.185)	(379)	-	(4.646)
SALDO EM 31.12.2022	356	66.836	33.193	-	100.385

23. CONTINGÊNCIAS

As principais contingências com probabilidade de perda possível estão compostas da seguinte forma:

Consolidado	31.12.2022		31.12.2021	
	Saldo	Quantidade de processos ^(a)	Saldo	Quantidade de processos ^(a)
Cíveis	1.431.086	896	1.360.342	42.510
Trabalhistas	409.901	1.237	364.894	1.273
Fiscais	10.142.357	897	8.740.113	840
TOTAL	11.983.344	3.030	10.465.349	44.623

^(a) Não auditado pelos auditores independentes

23.1 Cíveis

A Controlada Light SESA possui diversas ações judiciais de natureza cível que têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) irregularidades decorrentes de perdas comerciais (não técnicas); (ii) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica em razão da incerteza de seu valor; (iii) acidentes envolvendo a sua rede de eletricidade e/ou a prestação do serviço; (iv) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, ou de falta momentânea de energia: A controlada Light SESA figura como ré em ações cíveis discutindo a interrupção do serviço, quer seja motivada por caso fortuito ou de força maior, quer seja para fins de intervenção no sistema elétrico, entre outros motivos e, também, suspensão do serviço, quer seja por inadimplência, impedimento de acesso ou substituição do medidor, entre outros fatos ensejadores. Dentre essas ações, foi adicionado o montante de R\$647.848 com risco de perda possível em decorrência da ação indenizatória proposta pela CSN (0129629-98.1995.8.19.0001), cuja ação encontra-se em fase de liquidação de sentença; e (v) discussões que versam sobre os mais diversos temas, como funcionalidade dos medidores. Em 31 de dezembro de 2022, o montante total referente às ações é de R\$938.538 (R\$812.955 em 31 de dezembro de 2021).

A controlada Light SESA possui uma ação (0477418-58.2011.8.19.0001) que foi ajuizada pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em 30 de setembro de 2011, pleiteando aproximadamente R\$100.000 a título de indenização pelos alegados prejuízos materiais (danos emergentes e lucros cessantes), incorridos em razão de sete interrupções no fornecimento de energia elétrica ocorridas nos anos de 2009 a 2011 na sua Unidade Consumidora de Volta Redonda. Atualmente a ação encontra-se em fase de perícia, com laudo, em linhas gerais, favorável aos interesses da Companhia, tendo o perito se manifestado sobre os pedidos adicionais e impugnação da CSN de forma favorável à controlada Light SESA. Light e CSN se manifestaram sobre esclarecimentos do perito e o processo foi remetido ao Juiz em 07 de junho de 2022. Em 17 de outubro de 2022, foi proferida Sentença que julgou totalmente improcedentes os pedidos da CSN, acolhendo os argumentos da Companhia e do laudo pericial de engenharia, quanto à inexistência de responsabilidade da Companhia pelos eventos indicados. A CSN opôs Embargos de Declaração. Em 31 de dezembro de 2022, a exposição do risco é de R\$138.244 (R\$111.104 em 31 de dezembro de 2021).

A controlada Light SESA também litiga em ação rescisória (0002731-81.2011.8.19.0000) movida pela CSN, em que se discute reajuste tarifário durante o congelamento de preços adotado pelo Plano Cruzado. A Light aguarda o julgamento de seu recurso em trâmite no STJ que objetiva impedir o processamento e julgamento da Ação Rescisória. Em 31 de dezembro de 2022, a exposição do risco é de R\$390.254 (R\$317.169 em 31 de dezembro de 2021).

No último trimestre de 2020, a Light S.A e as controladas Light Energia e Lightcom foram citadas para responder Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica (IDPJ), interposto por FLF - Fundo de Liquidação Financeira, visando a desconsideração da personalidade jurídica da Renova Energia S.A. para atingir o Grupo Light e Grupo Cemig para honrar com a dívida contraída pelo Grupo Renova junto ao FLF. Atualmente, processo se encontra em fase pericial. Em 31 de dezembro de 2022, a exposição do risco é de R\$52.016 (R\$42.723 em 31 de dezembro de 2021).

22.1 Fiscais

- **IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - perdas comerciais** – A controlada Light SESA possui quatro autuações fiscais cobrando IRPJ e CSLL em razão da não adição dos valores de perdas não técnicas ao seu resultado, para fins de apuração do lucro real, sendo que: (i) a primeira autuação foi julgada procedente em parte em decisão de 1ª instância administrativa e o CARF julgou improcedente, por voto de qualidade, o Recurso Voluntário da controlada Light SESA. No momento, aguarda-se o julgamento do recurso da controlada Light SESA; e (ii) as outras três autuações foram julgadas procedentes em decisão de 1ª instância administrativa e foram objeto de Recurso Voluntário;

A controlada Light SESA também possui três outras autuações cobrando PIS e COFINS pela não realização do estorno dos créditos destas contribuições referentes aos valores de perdas não técnicas, sendo que (i) uma das autuações foi julgada improcedente em decisão de 1ª instância administrativa e aguarda julgamento de recurso de ofício; (ii) as outras duas autuações, recebidas em outubro e novembro de 2020, respetivamente, foram julgadas procedentes em decisão de 1ª instância e foram objeto de Recurso Voluntário.

Em 31 de dezembro de 2022, o montante dessas discussões é de R\$5.832.296 (R\$5.316.345 em 31 de dezembro de 2021).

- **ICMS perdas comerciais** – A controlada Light SESA possui três autuações fiscais, duas ações Anulatórias, um Mandado de Segurança e uma Execução Fiscal que discutem a cobrança de ICMS, FECPE e multa por não recolher o referido tributo diferido em operações anteriores à distribuição de energia elétrica, em razão da ocorrência de perdas comerciais. Em 31 de dezembro de 2022, o montante dessa discussão é de R\$882.765 (R\$952.562 em 31 de dezembro de 2021).
- **ICMS sobre subvenções do programa federal denominado “Baixa Renda”** - A controlada Light SESA possui três ações anulatórias, vinculadas às execuções fiscais e três autuações fiscais com o objetivo de discutir a incidência de ICMS sobre os valores pagos pela União Federal à controlada Light SESA a título de subvenção econômica, direcionada aos consumidores de energia da subclasse baixa renda. Em 31 de dezembro de 2022, o montante dessa discussão é de R\$1.364.445 (R\$367.190 em 31 de dezembro de 2021).

- **IN 86** – A controlada Light SESA foi autuada para a cobrança de multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória, relacionada à entrega dos arquivos eletrônicos, no formato previsto na IN nº 86/2001, referentes aos anos-calendário de 2003 a 2005. Em 31 de dezembro de 2022, o montante dessa discussão é de R\$497.695 (R\$473.958 em 31 de dezembro de 2021).
- **LIR/LOI - IRPJ/CSLL** – A controlada Light SESA possuía Mandado de Segurança em que se discutia a forma de tributação dos lucros das subsidiárias LIR e LOI no exterior, mais especificamente defendia que o IRPJ e CSLL deveriam incidir apenas sobre os lucros e não sobre os resultados positivos de equivalência patrimonial. Para se valer dos benefícios do programa REFIS, a controlada Light SESA desistiu integralmente do referido Mandado de Segurança, renunciou ao direito de questionar o Método do Equivalência Patrimonial (“MEP”) e alterou o procedimento para passar a tributar os resultados pelo referido método, previsto na Instrução Normativa nº 213/2002. O Fisco discordou de tal procedimento e autuou a controlada Light SESA. Em 31 de dezembro de 2022, o montante dessa discussão é de R\$454.406 (R\$453.953 em 31 de dezembro de 2021).
- **Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal do Estado do Rio de Janeiro (“FEEF”)** – A controlada Light SESA possui três autuações em razão da ausência de recolhimento, ao FEEF do ICMS correspondente a 10% dos benefícios fiscais destinados a terceiros, relativamente ao período de dezembro de 2016 a junho de 2017 e recebeu uma segunda autuação em relação ao período de julho de 2017 a julho de 2019. As três autuações estão aguardando julgamento da impugnação. A tese está sendo discutida pela controlada Light SESA por meio de Mandado de Segurança. Em 31 de dezembro de 2022, o montante dessa discussão é de R\$140.812 (R\$119.337 em 31 de dezembro de 2021).
- **Não homologação de compensações - CVA - (30 Processos Administrativos)** - Não homologação pela Receita Federal de compensações realizadas pela controlada Light SESA com créditos advindos de pagamento indevido ou a maior de PIS e COFINS, notadamente em razão da alteração do momento da tributação do PIS e da COFINS sobre a CVA. Apresentadas manifestações de inconformidade ainda pendentes de julgamento. Em 31 de dezembro de 2022, o montante dessas discussões é de R\$303.857 (R\$281.150 em 31 de dezembro de 2021).
- **Despachos decisórios (53 processos)** – 52 despachos decisórios proferidos pela Receita Federal em face da controlada Light SESA e 1 despacho decisório em face da Light S.A. para negar homologação a diversos pedidos de compensação realizados pela controlada Light SESA, para a utilização de créditos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL à alegação de que tais créditos seriam indevidos ou insuficientes para abarcar os débitos contra aos quais foram opostos. A controlada Light SESA e a controladora apresentaram manifestações de inconformidade em face aos aludidos Despachos Decisórios. Em 31 de dezembro de 2022, o montante dessas discussões é de R\$210.264 (R\$201.361 em 31 de dezembro de 2021).
- **Não homologação de compensações** – A controlada Light SESA discute judicialmente a cobrança de supostos débitos de PIS e COFINS, decorrentes da glosa de créditos de mesma natureza realizada pela Receita Federal em 22 Processos Administrativos, decorrentes de

compensações realizadas referentes aos períodos de março e abril de 2005, janeiro, fevereiro, março, maio, junho, julho, agosto e setembro de 2006 e janeiro e fevereiro de 2007. A controlada Light SESA apresentou Embargos à Execução que foram julgados parcialmente procedentes. Aguarda-se a apreciação dos Embargos de Declaração apresentados pela controlada Light SESA. Em 31 de dezembro de 2022, o montante dessas discussões é de R\$62.968 (R\$59.966 em 31 de dezembro de 2021).

22.2 Trabalhistas

Os principais pedidos objeto das ações trabalhistas envolvem as seguintes matérias: equiparação salarial, horas extras, acidente de trabalho, adicional de periculosidade, equiparação salarial e dano moral. Em 31 de dezembro de 2022, montantes envolvidos nestas discussões totalizam R\$196.103 (R\$189.269 em 31 de dezembro de 2021).

- Ação Civil Pública Cadastro de Terceiros (“ACP”) - 0100742-05.2018.5.01.0081: O Ministério Público do Trabalho alega a existência de suposta restrição que impediria a contratação de ex-empregados terceirizados, desqualificados no passado, e por isso requer pagamento de danos a morais, bem como, obrigação para que a Companhia se abstenha de praticar tal ato. A sentença prolatada em junho de 2022 foi pela improcedência dos pedidos. Ministério Público do Trabalho interpôs Recurso Ordinário. Em 31 de dezembro de 2022, montantes envolvidos nestas discussões totalizam R\$52.366 (R\$52.366 em 31 de dezembro de 2021).
- Ação Civil Pública Acidente de Trabalho Fatal com Terceiro (“ACPCiv”) 0100809-47.2022.5.01.0010: Trata-se de Ação Civil Pública Cível com pedido de tutela de evidência visando que os réus, Light e Consorcio Rio Energia, comprovem nos autos que após o acidente de trabalho que resultou no falecimento de um funcionário tomou as medidas cabíveis a evitar novos acidentes, observando as normas de segurança e medicina do trabalho. Fase instrutória. Sem data de audiência de instrução designada. Em 31 de dezembro de 2022, montantes envolvidos nestas discussões totalizam R\$51.010 (R\$0 em 31 de dezembro de 2021).

24. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

24.1 Plano de pensão

As empresas do Grupo Light são patrocinadoras instituidoras da Fundação de Seguridade Social Braslight (Braslight), entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, cuja finalidade é garantir renda de aposentadoria aos empregados do Grupo Light vinculados à Fundação e de pensão aos seus dependentes. A Companhia possui planos do tipo: (i) benefício definido; (ii) benefício misto e (iii) contribuição definida.

Os planos de benefícios previdenciários administrados pela Braslight que são denominados A/B, C e D, implementados respectivamente em 1975, 1997 e 2010, tendo o Plano C recebido migração, na época de sua constituição, de 96% dos participantes ativos do Plano A/B.

- (i) Benefício definido (Plano A/B) - correspondem à diferença entre um percentual, variável de 80% a 100%, do maior valor entre a média dos últimos 12 e dos últimos 36 salários, atualizados para a data de início do benefício, e o valor do benefício concedido pelo INSS.
- (ii) Contribuição variável (Plano C) - os benefícios programáveis, durante a fase de capitalização, são do tipo "contribuição definida", sem vinculação com o INSS, e os benefícios de risco (auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e pensão por morte de participante ativo, inválido e em auxílio-doença), bem como os de renda continuada, estes uma vez concedidos, são do tipo "benefício definido". As duas parcelas têm seus patrimônios apurados em quotas e tratadas em conjunto denominadas Plano C Novo.
- (iii) Contribuição definida (Plano D) - Neste plano, os benefícios programados são do tipo "contribuição definida" antes e após a sua concessão e os benefícios não programados são do tipo "benefício definido", antes da concessão, e de "contribuição definida" após a concessão.

Ao participante que migrou do Plano A/B para o Plano C foi concedido um benefício saldado de renda vitalícia, com reversão em pensão, proporcional ao tempo de contribuição à Braslight na ocasião de migração, contado de sua última inscrição na Fundação, diferido para recebimento após o mesmo ter completado um conjunto de condições de habilitação. Esta parcela é denominada Subplano de Benefício Definido Saldado do Plano C.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi pago pela Companhia, referente à parcela do plano de contribuição definida, o montante de R\$5.074 (R\$5.268 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

24.2 Plano de saúde

As empresas do Grupo Light oferecem a seus funcionários e ex-colaboradores o benefício de assistência médica através da operadora Bradesco Saúde na modalidade de pré-pagamento. Nesse tipo de modalidade, a Companhia efetua o repasse das contribuições à operadora de acordo com uma tabela de preços pré-estabelecida por número de vidas (incluindo empregados e inválidos, titulares e dependentes). Da mesma forma, os aposentados e seus dependentes efetuam diretamente à operadora o recolhimento de suas contribuições individuais, também com base na mesma tabela de preços pré-estabelecida.

24.3 Avaliação atuarial

A Companhia e suas controladas contrataram atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desses benefícios, sendo a última efetuada para a data-base de 31 de dezembro de 2022.

As informações atuariais consolidadas são conforme abaixo:

Consolidado	31.12.2022			31.12.2021		
	Plano de pensão	Plano de saúde	Total	Plano de pensão	Plano de saúde	Total
Valor presente das obrigações atuariais	(2.984.461)	277.204	(2.707.257)	(3.155.558)	-	(3.155.558)
Valor justo dos ativos do plano	3.075.178	-	3.075.178	3.162.012	-	3.162.012
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo	(90.717)	-	(90.717)	(6.454)	-	(6.454)
PASSIVO LÍQUIDO	-	277.204	277.204	-	-	-

As mudanças no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

Valor justo dos ativos do plano - Consolidado	Plano de pensão
SALDO EM 31.12.2020	3.624.693
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	225.114
Perdas atuariais nos ativos do plano	(401.902)
Contribuições da patrocinadora	353
Contribuições dos participantes	126
Benefícios pagos pelo plano/Companhia	(286.372)
SALDO EM 31.12.2021	3.162.012
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	267.811
Perdas atuariais nos ativos do plano	(53.370)
Contribuições da patrocinadora	333
Contribuições dos participantes	118
Benefícios pagos pelo plano/Companhia	(306.021)
Outros efeitos	4.295
SALDO EM 31.12.2022	3.075.178

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

Valor presente da obrigação - Consolidado	Plano de pensão	Plano de saúde	Total
SALDO EM 31.12.2020	3.588.295	-	3.588.295
Custo do serviço corrente	(467)	-	(467)
Juros sobre a obrigação atuarial	222.610	-	222.610
Contribuições de participantes	126	-	126
Perdas atuariais reconhecidas	(368.634)	-	(368.634)
Benefícios pagos	(286.372)	-	(286.372)
SALDO EM 31.12.2021	3.155.558	-	3.155.558
Custo do serviço corrente	426	-	426
Custo de serviço passado	-	63.398	63.398
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	267.217	-	267.217
Contribuições dos participantes	118	-	118
Perdas atuariais reconhecidas	(137.154)	228.434	91.280
Benefícios pagos pelo plano/Companhia	(306.021)	(14.628)	(320.649)
Outros efeitos	4.317	-	4.317
SALDO EM 31.12.2022	2.984.461	277.204	3.261.665

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado, nos grupos de custos e despesas operacionais e resultado financeiro, são como segue:

Consolidado	31.12.2022			31.12.2021		
	Plano de pensão	Plano de saúde	Total	Plano de pensão	Plano de saúde	Total
Custo do serviço corrente	426	-	426	(467)	-	(467)
Custo de serviço passado	-	63.398	63.398	-	-	-
Juros sobre as obrigações atuariais	267.217	-	267.217	222.610	-	222.610
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	(267.811)	-	(267.811)	(225.114)	-	(225.114)
Ajuste de atualização de dívida Braslight	168	-	168	2.971	-	2.971
CUSTO ESPERADO ESTIMADO	-	63.398	63.398	-	-	-

A estimativa do atuário externo para a despesa a ser reconhecida para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2023 é como segue:

Consolidado	2023	
	Pano de pensão	Plano de saúde
Custo do serviço corrente	167	5.278
Juros sobre as obrigações atuariais	332.696	27.694
Juros sobre o efeito do teto de ativo e passivos adicionais	10.631	-
Rendimento esperado dos ativos do plano	(343.354)	-
Estimativa de despesa em 2023	140	32.972

As principais categorias de ativos do plano de pensão, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

Consolidado	31.12.2022	31.12.2021
Renda fixa	89,69%	83,58%
Renda variável	2,72%	11,64%
Investimentos estruturados	1,26%	1,00%
Imóveis	2,21%	2,29%
Empréstimos e financiamentos	1,83%	1,67%
Outros realizáveis	2,53%	0,05%
Provisões contingências	-0,24%	-0,23%
	100,00%	100,00%

O resultado real sobre os ativos dos planos foi uma perda de R\$53.370 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (perda de R\$401.902 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

A Braslight realiza periodicamente estudos de *Asset Liability Management* (ALM) dos planos de benefícios no intuito de reavaliar a estratégia de alocação dos investimentos frente às obrigações atuariais, com vistas a se proteger das alterações nos preços dos instrumentos financeiros, bem como evitar o descasamento dos fluxos de ativos e passivos, de forma que os recursos estejam disponíveis na data de pagamento dos benefícios e demais obrigações dos planos.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reconheceu na rubrica de outros resultados abrangentes o montante de R\$213.104 (reconhecido líquido de impostos no montante de R\$907) em decorrência da avaliação atuarial de plano de saúde dos participantes aposentados. Adicionalmente foi reconhecido no resultado, na rubrica de outras despesas, o montante de R\$63.193. A controlada

Light SESA não reconheceu imposto por conta da expectativa de não recuperabilidade desse ativo diferido.

Abaixo são apresentados a conciliação dos saldos reconhecidos no balanço, um demonstrativo da movimentação do passivo atuarial líquido, no exercício, e o total da despesa reconhecida em outros resultados abrangentes:

SALDO EM 31.12.2021	-
Reconhecimento no resultado do exercício	63.397
Reconhecimento no resultado abrangente	213.104
Impacto dos tributos	907
SALDO EM 31.12.2022	277.408

24.4 Premissas atuariais

24.4.1 Plano de Pensão

Plano de Pensão - Consolidado	31.12.2022	31.12.2021
Taxa de desconto	11,71% (A/B) e 11,75% (C)	8,83% (A/B) e 8,92% (C)
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano	11,71% (A/B) e 11,75% (C)	8,83% (A/B) e 8,92% (C)
Taxa anual de inflação	5,31%	3,40%
Taxa de crescimento salarial nominal	7,42%	5,99%
Índice de reajuste nominal de benefícios concedidos de prestação continuada	5,31%	3,40%
Fator de capacidade	98,00%	98,00%
Taxa de rotatividade	Nula	Nula
Tábua geral de mortalidade ^(a)	AT - 83/ BR(A/B) e EMS 2010 (C)	AT - 83/ BR (A/B) e EMS 2010 (C)
Tábua de entrada em invalidez (planos A/B)	LIGHT - Fraca*0,80	LIGHT - Fraca*1,20
Tábua de entrada em invalidez (plano C saldado)	LIGHT - Fraca*0,80	LIGHT - Fraca*1,20
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 Masculina	AT-49 Masculina
Participantes ativos	1.003	1.082
Participantes aposentados e pensionistas	5.178	5.376

^(a) Tábua sem agravamento

24.4.2 Plano de saúde

Plano de saúde - Consolidado	31.12.2022
Taxa de desconto	9,90%
Taxa anual de inflação	3,50%
Taxa de crescimento de custos médicos	7,38%
Tábua de Mortalidade	BR-EMS 2010
Entradas de Invalidez	Light Fraca suavizada em 20%
Participantes ativos	4.601
Idade média	39,24
Participantes aposentados e pensionistas	2.241
Idade média de funcionários aposentados	66,97

24.5 Análise de sensibilidade

24.5.1 Plano de Pensão

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são a taxa de desconto e a tábua de mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com

base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido.

Abaixo estão demonstrados os efeitos na obrigação de benefício definido caso a taxa de desconto fosse 1,00% mais baixa e caso a tábua de mortalidade fosse alterada para a tábua seguinte mais restritiva:

Taxa de desconto nominal (a.a.)	Premissa laudo	Redução de taxa de desconto	Impacto na obrigação do plano
Plano A/B	11,71%	-1,00%	81.220
Plano C	11,75%	-1,00%	182.104

Tabua de mortalidade	Premissa laudo	Alteração de tábua	Impacto na obrigação do plano
Plano A/B	AT-83	AT-2000	28.020
Plano C	EMS 2010	EMS 2010 Segregada por sexo Desagravada em 2 anos	124.558

24.5.2 Plano de saúde

Abaixo estão demonstrados os efeitos caso a taxa de desconto apresentasse uma variação de 1,0% e os custos médicos apresentasse um aumento e uma diminuição de 0,5%:

Premissa	Análise de sensibilidade	Impacto R\$
Taxa de desconto	10,40%	254.992
Taxa de desconto	9,40%	302.366
Crescimento dos custos médicos	Aumento de 0,5%	302.284
Crescimento dos custos médicos	Redução de 0,5%	254.895

25. OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO E ATIVO DE DIREITO DE USO

Obrigações por arrendamento - Consolidado	31.12.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Terrenos e imóveis	980	720	1.700	725	926	1.651
Máquinas e equipamentos	982	1.629	2.611	556	1.516	2.072
Veículos	22.109	213.453	235.562	23.827	35.721	59.548
TOTAL	24.071	215.802	239.873	25.108	38.163	63.271

25.1 Movimentação dos ativos de direito de uso e das obrigações por arrendamento

Ativo de direito de uso - Consolidado	Terrenos e imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
SALDO EM 31.12.2020	2.490	2.012	97.215	101.717
Adições de arrendamentos	68	720	4.202	4.990
Remensurações	174	5	-	179
Depreciação	(1.216)	(742)	(45.122)	(47.080)
SALDO EM 31.12.2021	1.516	1.995	56.295	59.806
Adições de arrendamentos	812	1.172	253.096	255.080
Remensurações	192	100	-	292
Depreciação	(951)	(819)	(35.551)	(37.321)
Baixa de arrendamentos	-	-	(48.908)	(48.908)
SALDO EM 31.12.2022	1.569	2.448	224.932	228.949

Obrigações por arrendamento - Consolidado	Terrenos e imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
SALDO EM 31.12.2020	2.646	2.047	101.234	105.927
Adições de arrendamentos	68	720	4.202	4.990
Remensurações	174	5	-	179
Pagamento da parcela	(1.424)	(883)	(51.531)	(53.838)
Despesa de juros	187	183	5.643	6.013
SALDO EM 31.12.2021	1.651	2.072	59.548	63.271
Adições de arrendamentos	812	1.172	253.096	255.080
Remensurações	192	100	-	292
Pagamento da parcela	(1.126)	(1.004)	(52.716)	(54.846)
Despesa de juros	171	271	27.326	27.768
Baixas de arrendamentos	-	-	(51.692)	(51.692)
SALDO EM 31.12.2022	1.700	2.611	235.562	239.873

25.2 Cronograma de vencimento das obrigações por arrendamento

Obrigações por arrendamento	31.12.2022
2023	24.240
2024	26.173
2025	28.672
2026	31.618
2027	35.648
Após 2027	93.522
Total	239.873

Para a realização da mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, a Companhia utilizou a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados. Essa vedação pode gerar distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro.

A Companhia apresenta abaixo os efeitos estimados considerando a inflação futura projetada:

Consolidado	Efeitos estimados
ATIVO DE DIREITO DE USO	
Conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16 (fluxo real)	228.949
Com efeito da Inflação (fluxo nominal)	292.360
OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO	
Conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16 (fluxo real)	239.873
Com efeito da Inflação (fluxo nominal)	303.283

26. ENCARGOS REGULATÓRIOS

Encargos regulatórios - consolidado	31.12.2022	31.12.2021
Empresa de Pesquisa Energética – EPE	1.414	2.485
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	2.828	4.970
Programa de Eficiência Energética – PEE	198.792	178.521
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	34.338	84.353
Quota recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE ^(a)	43.649	42.732
Quota de reserva global de reversão – RGR	717	717
TOTAL	281.738	313.778

^(a) Refere-se ao recolhimento devido pela controlada Light SESA referente a CDE Conta-Covid, homologada pela ANEEL através do Despacho nº 939 de 5 de abril de 2021.

27. OUTROS DÉBITOS

Outros Débitos – consolidado	31.12.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Adiantamento de clientes	47.436	-	47.436	55.026	-	55.026
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	3.799	-	3.799	3.343	-	3.343
Taxa de iluminação pública	267.065	-	267.065	234.285	-	234.285
Reserva para reversão	7.770	23.311	31.081	7.770	31.081	38.851
Restituições consumidores	82.932	-	82.932	88.141	-	88.141
Subvenção por redução voluntária do consumo (Nota 11)	-	-	-	169.215	-	169.215
Parcelamento ANEEL ^(a)	25.807	16.256	42.063	-	-	-
Penalidade regulatória - REN	52.600	-	52.600	-	-	-
Outros	17.270	43.533	60.803	14.154	9.026	23.180
TOTAL	504.679	83.100	587.779	571.934	40.107	612.041

^(a) Referente aos parcelamentos dos Autos de Infração nº 01/2019 e nº 026/2020 - SFE/ANEEL. O montante do Auto de Infração nº 01/2019 será pago em 32 parcelas mensais iniciadas em junho de 2022 e o montante do Auto de Infração nº 026/2020 será pago 12 parcelas mensais iniciadas em novembro de 2022, conforme Nota 22.1.4.

28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de uso do sistema de distribuição de energia ou no sistema de transmissão; (iii) prestação serviços de operação e manutenção; (iv) contratos de serviços administrativos.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia são apresentados abaixo:

Grupo do balanço, características do contrato e vínculo	Valor original	Período de vigência	Condições contratuais	Condições de rescisão ou término	Ativo		Receita	
					31.12.2022	31.12.2021	2022	2021
Cliente - Cobrança do encargo de uso da rede básica da controlada Light SESA com a Lightger	N/A ^(a)	A partir de dez/2010. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	-	-	-	473

Grupo do balanço, características do contrato e vínculo	Valor original	Período de vigência	Condições contratuais	Condições de rescisão ou término	Passivo		Despesa	
					31.12.2022	31.12.2021	2022	2021
Fornecedor - Compromisso de compra de energia elétrica da controlada Light Energia com a Lightger	217.213	dez/2010 a jun/2028	Termos e condições acordados entre as partes	N/A	-	-	-	(28.301)
Outros débitos - Compromisso com serviços de consultoria da controlada Light SESA com a controlada em conjunto Axxiom	N/A ^(b)	A partir de dez/2010. Vencimento indeterminado	IGP-M	N/A ^(b)	496	1.501	(8.189)	(15.550)

^(a) Os contratos de encargo de uso de sistema de distribuição e encargo de uso da rede básica são faturados de acordo com a demanda de energia circulada na rede.

^(b) O contrato de serviço é faturado de acordo com a necessidade de horas despendidas no serviço contratado.

Conforme mencionado nas Notas 20 e 21 a Companhia é avalista dos empréstimos de suas controladas. Além disso, quando necessário, poderão existir mútuos entre a Companhia e suas controladas, contudo não foram realizadas transações desta natureza nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

28.1 Remuneração dos administradores

Os montantes apresentados a seguir referem-se à remuneração da Diretoria, do Conselho de Administração, e do Conselho Fiscal, reconhecidos pelo regime de competência, relativo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Remuneração dos Administradores	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Honorários e benefícios de curto prazo	2.650	2.741	17.428	17.269
Bônus	979	1.123	9.788	11.338
Encargos Sociais	533	678	3.516	4.749
Benefícios pós-emprego	45	58	524	645
Benefícios assistenciais	59	73	699	1.146
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	116	10	1.165	98
Remuneração baseada em ações	(2.387)	8.562	(2.387)	8.562
TOTAL	1.995	13.245	30.733	43.807

Adicionalmente, a Companhia possui um programa de remuneração baseado em ações destinado aos seus administradores e empregados, conforme descrito na Nota 30.

29. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

29.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o capital social da Light S.A. está representado por 372.555.324 (trezentos e setenta e dois milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e vinte e quatro) ações ordinárias escriturais e sem valor nominal, sendo o seu capital social de R\$5.473.247, sendo reduzido por gastos com emissão de ações no montante de R\$81.050, totalizando o montante de R\$5.392.197, conforme a seguir:

Acionistas	31.12.2022		31.12.2021	
	Quantidade de ações (unidades)	% Participação	Quantidade de ações (unidades)	% Participação
Samambaia Master Fundo de Investimento em Ações Investimento no Exterior - BDR Nível 1	74.551.000	20,01	74.548.846	20,01
Santander PB Fundo de Investimentos em Ações 1	39.251.600	10,54	37.863.402	10,16
BlackRock, Inc.	28.194.331	7,57	-	-
Verde Asset Management S.A.	12.401.300	3,33	18.661.100	5,01
Mercado (<i>free float</i>)	218.157.093	58,55	241.481.976	64,82
TOTAL	372.555.324	100,00	372.555.324	100,00

A Light S.A. está autorizada a aumentar o seu capital, mediante deliberação do Conselho de Administração e independentemente de reforma estatutária, até o limite de 408.934.060 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

29.2 Reservas

29.2.1 Reservas de capital

A Companhia oferece a seus administradores e a alguns colaboradores indicados pelo Conselho de Administração plano de opção de compra de ações da Companhia. As opções são precificadas pelo valor justo na data de concessão das outorgas, ajustadas a valor presente, e são reconhecidas de forma linear no resultado pelo prazo de concessão da opção em contrapartida ao patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2022, o montante de R\$16.637 (R\$18.462 em 31 de dezembro de 2021) é decorrente de opções outorgadas referente ao plano de opções.

29.2.2 Reservas de lucro

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória e foi constituída à base de 5% do lucro líquido de cada exercício, até os limites estabelecidos por Lei.

Reserva de retenção de lucros

Constituída com o lucro líquido remanescente após as destinações com base em orçamento de capital aprovado pelo Conselho de Administração e pelas Assembleias Gerais Ordinárias.

Reserva especial

Conforme artigo nº 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório não será obrigatório no exercício social em que a Diretoria informar à Assembleia geral ordinária ser o pagamento de dividendos incompatível com a situação financeira da Companhia.

Os lucros que deixarem de ser distribuídos serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que o permitir a situação financeira da companhia.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 28 de abril de 2020, foi aprovada a criação da reserva especial com o montante referente aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2019, no montante de R\$315.353.

29.3 Ajuste de avaliação patrimonial

São reconhecidos os efeitos do ajuste a valor justo do ativo imobilizado da controlada Light Energia registrado na data de transição da adoção da IFRS em 1º de janeiro de 2009, líquidos de efeitos de impostos diretos, a uma alíquota de 34%. À medida que os itens forem realizados, os valores registrados nessa conta serão transferidos para a conta de lucros ou prejuízos acumulados.

29.4 Outros resultados abrangentes

São reconhecidos os ganhos ou perdas atuariais decorrentes de alterações de premissas atuariais, como tábua de mortalidade, taxa de desconto das obrigações e também pelas variações no rendimento dos investimentos dos planos de benefício pós-emprego categorizado como de benefícios definidos e plano de saúde. Os montantes apresentados estão líquidos de impostos diretos, quando aplicável, a uma alíquota de 34%. As variações em outros resultados abrangentes relacionadas a ganhos ou perdas atuariais não são reclassificadas para o resultado em períodos subsequentes.

29.5 Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo nº 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Os dividendos propostos originalmente no encerramento de cada um dos exercícios foram calculados como se segue:

Cálculo dos dividendos propostos	2022	2021
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(5.672.203)	397.945
Constituição de reserva legal (5%)	-	(19.897)
Base de cálculo dos dividendos	(5.672.203)	378.048
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	-	(94.512)
Realização de ajuste avaliação patrimonial	14.831	15.325
Lucros (Prejuízos) retidos	(5.657.372)	298.861

Em 27 de abril de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios à conta do lucro líquido do exercício de 2021, no valor de R\$94.512 (R\$0,2628 por ação) que foram pagos em 29 de dezembro de 2022.

29.6 Resultado por ação

A tabela a seguir concilia o resultado líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, com os montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído.

Resultado por ação	2022	2021
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(5.672.203)	397.945
Média ponderada do número de ações ordinárias (em unidades)	366.836.885	366.836.885
Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ações ordinárias em reais	(15,4625)	1,0848

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não existiam diferenças entre o resultado por ação básico e diluído, uma vez que a Companhia não possuía nenhum instrumento com potencial dilutivo.

30. PLANO DE PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 04 de julho de 2019, foi aprovado o plano de opção de compra de ações da Companhia, destinado aos administradores e empregados da Companhia e de suas controladas. O plano tem o objetivo de reforçar a retenção dos executivos, alinhar os interesses dos acionistas aos das pessoas elegíveis e criar valor para o negócio de forma sustentável e de longo prazo.

O número total de ações que poderão ser adquiridas ou subscritas no âmbito do plano de opção não excederá 2,1% das ações representativas do capital social total da Companhia na data de aprovação do plano de opção.

Uma vez exercida a opção pelos interessados, as referidas ações serão objeto de emissão através de aumento do capital da Companhia. As Opções se tornarão exercíveis na medida em que os respectivos beneficiários permanecerem vinculados como administrador ou empregado da Companhia ou de outra sociedade sob seu controle, pelo período compreendido entre a data de outorga e um prazo a partir de um ano após a concessão, sendo 25% a cada da de aniversário da outorga.

As Opções não exercidas após o 1º aniversário da data de outorga poderão ser exercidas nos períodos subsequentes e assim sucessivamente para as Opções não exercidas após os demais aniversários até o prazo máximo de vigência das opções, que será de 5 (cinco) anos a partir da data de outorga.

30.1 Preço de exercício das opções

O preço de exercício das opções outorgadas nos termos do plano é de R\$20,54, correspondente à média da cotação das ações da Companhia na B3 S.A., ponderada pelo volume de negociação, nos sessenta pregões anteriores a criação do plano.

O preço de exercício será reduzido pelo valor dos dividendos, juros sobre o capital próprio e outros proventos distribuídos pela Companhia aos acionistas ou quaisquer outros valores por ação colocados à disposição dos acionistas pela Companhia, inclusive em função de redução de capital social sem o cancelamento de ações ou qualquer outra operação societária que implique alocação de recursos aos acionistas ou redução do valor da ações, sempre considerado o período compreendido entre a data de outorga e a data do exercício das opções.

30.2 Beneficiários

Durante o prazo de um ano contado da data de exercício das Opções, os beneficiários não poderão vender, ceder ou, de qualquer forma, alienar as ações da Companhia originalmente adquiridas ou subscritas ao amparo do Plano, bem como aquelas que venham a ser por eles adquiridas em virtude de bonificações, desdobramentos, subscrições ou qualquer outra forma de aquisição e direitos de subscrição de ações ou quaisquer outros valores mobiliários de emissão da Companhia conversíveis em ações ou que outorguem direito à subscrição de ações (“*Lock-Up*”).

Até 31 de dezembro de 2022, o Conselho de Administração outorgou 1.368.400 (um milhão, trezentos e sessenta e oito mil e quatrocentas) Opções aos beneficiários.

30.3 Impactos contábeis

As opções são reconhecidas pelo valor justo, a débito na demonstração do resultado, na rubrica de despesas de pessoal e a crédito no patrimônio líquido, na rubrica de reserva de capital. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi registrada uma reversão no montante de R\$1.825 (adição de R\$9.028 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

31. RECEITA LÍQUIDA

Receita líquida - Consolidado	2022	2021
Fornecimento e receita de uso da rede (Nota 31.1)	18.232.953	18.272.157
Suprimento de energia (Nota 31.2)	1.312.848	1.471.021
(-) Multa por violação de padrão de indicador de continuidade	(26.749)	(35.502)
(-) Bônus de redução voluntária do consumo	-	(169.215)
Aluguéis, serviços e outras	159.461	86.569
Receita de construção	1.146.446	967.268
Subvenção CDE	253.387	457.289
Subvenção por redução voluntária do consumo	-	169.215
Valor justo do ativo financeiro da concessão (Nota 13)	38.365	574.231
Aportes da CCRBT e da Eletrobrás (Nota 12)	482.372	50.312
Ativos e passivos financeiros do setor (Nota 12)	(22.976)	1.450.927
RECEITA BRUTA	21.576.107	23.294.272
ICMS	(4.249.011)	(4.953.277)
PIS e COFINS	(1.554.975)	(1.648.973)
Outros	(9.084)	(4.260)
IMPOSTOS SOBRE RECEITA	(5.813.070)	(6.606.510)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(2.252.968)	(1.550.272)
Reserva Global de Reversão - RGR	(9.312)	(10.284)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(12.408)	(13.683)
Fundo Nacional de Desenvolvimento - FNDCT	(24.817)	(27.372)
Eficiência Energética - PEE	(54.374)	(64.312)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(24.817)	(27.372)
Outros encargos - PROINFA	(93.818)	(63.908)
Outros encargos	(37.237)	(32.639)
ENCARGOS DO CONSUMIDOR	(2.509.751)	(1.789.842)
TOTAL DAS DEDUÇÕES	(8.322.821)	(8.396.352)
RECEITA LÍQUIDA	13.253.286	14.897.920

31.1 Fornecimento e receita de uso da rede

Fornecimento e receita de uso da rede- Consolidado	2022			2021		
	Faturamento bruto	ICMS	Faturamento líquido	Faturamento bruto	ICMS	Faturamento líquido
Residencial	7.983.297	(1.781.057)	6.202.240	8.127.818	(1.971.174)	6.156.644
Industrial	430.567	(114.417)	316.150	458.747	(145.932)	312.815
Comércio, serviços e outras	4.688.086	(1.210.284)	3.477.802	4.768.682	(1.495.321)	3.273.361
Rural	11.261	(2.864)	8.397	13.770	(4.122)	9.648
Poder público	1.341.512	(285.988)	1.055.524	1.190.046	(307.425)	882.621
Iluminação pública	365.250	(96.291)	268.959	457.098	(146.842)	310.256
Serviço público	719.649	(192.781)	526.868	862.904	(273.903)	589.001
Receita de uso da rede (livres)	2.647.003	(552.645)	2.094.358	2.432.811	(599.576)	1.833.235
Fornecimento não faturado	46.328	-	46.328	(39.719)	-	(39.719)
Total fornecimento	18.232.953	(4.236.327)	13.996.626	18.272.157	(4.944.295)	13.327.862

31.2 Suprimento de energia

Suprimento de energia - Consolidado	2022			2021		
	Suprimento bruto	ICMS	Suprimento líquido	Suprimento bruto	ICMS	Suprimento líquido
Comercialização de energia/outros	1.253.870	(12.684)	1.241.186	1.320.259	(8.982)	1.311.277
Energia de curto prazo	58.978	-	58.978	150.762	-	150.762
Total suprimento	1.312.848	(12.684)	1.300.164	1.471.021	(8.982)	1.462.039

32. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Custos e despesas – Consolidado	Custos de operação		Despesas gerais e administrativas	
	2022	2021	2022	2021
Pessoal e administradores	(287.081)	(269.029)	(105.198)	(152.307)
Materiais	(22.467)	(11.599)	(400)	(11.928)
Serviços de terceiros	(237.263)	(250.669)	(185.713)	(180.813)
Custos com energia elétrica (Nota 32.1)	(8.991.642)	(10.427.435)	-	-
Depreciação e amortização	(687.455)	(653.780)	(43.312)	(24.330)
Provisão esperada para crédito de liquidação duvidosa (PECLD) (vide Nota 8)	-	-	(1.116.763)	(597.354)
Provisão para contingências e depósitos judiciais (vide Nota 22)	-	-	(1.995.245)	(181.583)
Custo de construção	(1.146.446)	(967.268)	-	-
Multas financeiras de clientes e fornecedores	107.873	107.837	-	-
Outras despesas e custos operacionais	(6.986)	(5.015)	(48.670)	(41.708)
TOTAL	(11.271.467)	(12.476.958)	(3.495.301)	(1.190.023)

32.1 Energia elétrica comprada para revenda

Energia elétrica comprada para revenda - Consolidado	2022	2021
Energia comprada para revenda		
Mercado de curto prazo CCEE	(840.422)	(1.405.937)
Itaipu – Binacional	(1.279.897)	(1.581.021)
UTE Norte Fluminense	(3.730.225)	(3.414.600)
Leilão de energia	(2.443.784)	(3.798.678)
Cotas de garantia física	(714.549)	(687.018)
Cota de nucleares	(281.878)	(198.718)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição		
Encargos uso da rede básica e NOS	(1.171.209)	(1.170.626)
Encargos de conexão – Transmissão	(99.511)	(96.416)
Encargos uso da rede distribuição – CUSD	(7.711)	(6.003)
Transporte de energia – Itaipu	(122.760)	(130.650)
PROINFA	(215.996)	(138.208)
Crédito de PIS/COFINS sobre compra	899.893	1.052.834
ICMS sobre compra	1.016.407	1.147.606
TOTAL	(8.991.642)	(10.427.435)

33. RESULTADO FINANCEIRO

Resultado financeiro – Consolidado	2022	2021
RECEITA		
Acréscimo moratório sobre venda de energia	55.479	55.489
Rendimento sobre equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	396.293	152.118
Operações de <i>swap</i>	-	59.548
Atualização de depósitos judiciais	13.910	7.613
Atualização de ativos e passivos financeiros do setor (Nota 12)	-	53.469
Atualização dos créditos de PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo (Nota 9)	80.343	14.912
Atualização de ativos tributários	60.467	21.466
Outras receitas financeiras	32.834	17.794
TOTAL DAS RECEITAS FINANCEIRAS	639.326	382.409
DESPESAS		
Atualização monetária das provisões para contingências ^(a)	(1.802.023)	(22.286)
Despesas com passivos tributários	(8.455)	(6.428)
Atualização de ativos e passivos financeiros do setor (Nota 12)	(1.412)	-
Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures	(931.808)	(698.410)
Operações de <i>swap</i>	(1.046.437)	-
Variação cambial e monetária de empréstimos, financiamentos e debêntures	(16.260)	(743.095)
Variação cambial sobre faturas de energia	-	(17.097)
Atualização monetária sobre o GSF	-	(89.389)
Ajuste a valor presente	(19.422)	1.291
PIS e COFINS sobre receita financeira	(29.008)	(17.299)
Outras despesas financeiras	(231.828)	(119.886)
TOTAL DAS DESPESAS FINANCEIRAS	(4.086.653)	(1.712.599)
RESULTADO FINANCEIRO	(3.447.327)	(1.330.190)

^(a) Inclui o montante de R\$1.661.716 referente a atualização da provisão para contingências dos créditos de PIS/COFINS sobre ICMS a devolver ao consumidor.

34. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

34.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

A Companhia mensura ao valor justo utilizando vários métodos que incluem abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

Nível 3 - dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

O quadro abaixo apresenta os valores contábeis e valores justos dos principais ativos e passivos financeiros da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Controladora	Níveis	31.12.2022		31.12.2021	
		Contabilizado	Valor Justo	Contabilizado	Valor Justo
ATIVOS FINANCEIROS (CIRCULANTE/NÃO CIRCULANTE)					
MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO					
Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e bancos (Nota 6)		2.693	2.693	9	9
Serviços prestados a receber		-	-	1.474	1.474
Depósitos judiciais		663	663	878	878
Outros créditos		10.091	10.091	15.941	15.941
MENSURADO A VALOR JUSTO POR MEIO DE RESULTADO					
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	2	720.172	720.172	62.647	62.647
TOTAL		733.619	733.619	80.949	80.949
PASSIVO FINANCEIROS (CIRCULANTE)					
MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO					
Fornecedores		1.001	1.001	358	358
Outros débitos		4.522	4.522	1.900	1.900
TOTAL		5.523	5.523	2.258	2.258

Consolidado	Níveis	31.12.2022		31.12.2021	
		Contabilizado	Valor Justo	Contabilizado	Valor Justo
ATIVOS FINANCEIROS (CIRCULANTE/NÃO CIRCULANTE)					
MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO					
Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e bancos (Nota 6)		43.886	43.886	53.528	53.528
Contas a receber de clientes (Nota 8)		2.422.171	2.422.171	3.645.368	3.645.368
Serviços prestados a receber		34.241	34.241	17.316	17.316
Depósitos judiciais		221.491	221.491	221.572	221.572
Ativos financeiros do setor (Nota 12)		199.402	199.402	1.480.272	1.480.272
Outros créditos (Nota 11)		401.787	401.787	614.062	614.062
MENSURADO A VALOR JUSTO POR MEIO DE RESULTADO					
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações Financeiras de liquidez imediata (Nota 6)	2	-	-	343.249	343.249
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	2	2.039.665	2.039.665	3.208.196	3.208.196
Ativo financeiro da concessão (Nota 13)	3	7.697.294	7.697.294	6.821.988	6.821.988
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	2	13.611	13.611	190.409	190.409
TOTAL		13.073.548	13.073.548	16.595.960	16.595.960
PASSIVO FINANCEIROS (CIRCULANTE/ NÃO CIRCULANTE)					
MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO					
Fornecedores (Nota 18)		1.506.031	1.506.031	2.154.037	2.154.037
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)		3.773.298	3.884.298	4.409.020	4.288.734
Debêntures (Nota 21)		6.915.392	6.457.642	6.735.306	6.435.889
Passivos financeiros do setor (Nota 12)		911.538	911.538	276.353	276.353
Obrigações por arrendamento mercantil (Nota 25)		239.873	239.873	63.271	63.271
Encargos regulatórios (Nota 26)		281.738	281.738	313.778	313.778
Outros débitos (Nota 27)		587.779	587.779	612.041	612.041
MENSURADO A VALOR JUSTO POR MEIO DE RESULTADO					
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	2	440.708	440.708	3.975	3.975
TOTAL		14.656.357	14.309.607	14.567.781	14.148.078

34.2 Gerenciamento de riscos e objetivos alcançados

34.2.1 Risco de mercado

No curso normal de seus negócios, a Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados a variações cambiais e taxas de juros. Segue abaixo o quadro com a abertura do principal da dívida por moeda e indexador (não inclui custos de captação e de emissão):

Moeda e indexador - Consolidado	31.12.2022		31.12.2021	
	R\$	%	R\$	%
USD	3.357.453	31,5	3.587.594	32,2
TOTAL - MOEDA ESTRANGEIRA	3.357.453	31,5	3.587.594	32,2
CDI	3.186.301	29,9	2.954.652	25,7
IPCA	4.100.558	38,6	4.617.877	42,0
Outros	116	-	9.919	0,1
TOTAL - MOEDA NACIONAL	7.286.975	68,5	7.582.448	67,8
TOTAL	10.644.428	100,0	11.170.042	100,0

Para o montante da dívida em moeda estrangeira, foram contratados instrumentos de derivativos financeiros, na modalidade de *swap*, de acordo com a política para utilização de instrumentos derivativos aprovada pelo Conselho de Administração. Dessa forma, considerando os *swaps*, a exposição cambial da Companhia relacionada à dívida, em 31 de dezembro de 2022, é de 0,2% do total da dívida em moeda estrangeira (0,2% em 31 de dezembro de 2021).

34.2.2 Risco de taxa de câmbio

Para a parte dos empréstimos e financiamentos denominada em moeda estrangeira, a Companhia se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de “*swap*”) para proteção do serviço associado a tais dívidas (principal mais juros e comissões) a vencer em até 24 meses. As captações realizadas através da Resolução BACEN 4.131 no contrato celebrado com o Citibank e a emissão dos *Bonds* no Mercado Internacional, já foram contratadas com *swap* para todo o prazo da dívida, devidamente pré-aprovadas pelo Conselho de Administração.

Segue abaixo o quadro com a composição das operações de derivativos existentes em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Controlada	Moeda	Companhia recebe	Companhia paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nocial (R\$) 31.12.2022	Valor Nocial (US\$) 31.12.2022	Swap (accrual) (R\$) 31.12.2022	Swap valor justo (contábil) (R\$) 31.12.2022	Valor Justo x Accrual 31.12.2022
Light SESA	US\$	US\$+Libor3M+1,18%	CDI+1,85%	31.12.2021	31.03.2025	208.708	40.000	8.002	7.645	(357)
Light SESA	US\$	US\$+4,3750 % a.a.	143,43% CDI	18.06.2021	18.06.2026	2.087.080	400.000	(61.284)	268.727	330.011
Light Energia	US\$	US\$+4,3750 % a.a.	145,45% do CDI	18.06.2021	18.06.2026	1.043.540	200.000	(30.538)	141.730	172.268
TOTAL						3.339.328	640.000	(83.820)	418.102	501.922

Controlada	Moeda	Companhia recebe	Companhia paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nocial (R\$) 31.12.2021	Valor Nocial (US\$) 31.12.2021	Swap (accrual) (R\$) 31.12.2021	Swap valor justo (contábil) (R\$) 31.12.2021	Valor Justo x Accrual 31.12.2021
Light SESA	US\$	US\$+Libor3M+1,18%	CDI+1,85%	31.12.2021	31.03.2025	223.220	40.000	(6.498)	(2.845)	3.653
Light SESA	US\$	US\$+4,3750 % a.a.	143,43% CDI	18.06.2021	18.06.2026	2.232.200	400.000	(211.275)	(129.155)	82.120
Light Energia	US\$	US\$+4,3750 % a.a.	145,45% do CDI	18.06.2021	18.06.2026	1.116.100	200.000	(105.566)	(58.409)	47.157
TOTAL						3.571.520	640.000	(323.339)	(190.409)	132.930

O valor contabilizado encontra-se mensurado pelo seu valor justo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021. Todas as operações com instrumentos financeiros derivativos encontram-se registradas em câmaras de liquidação e custódia e não existe nenhuma margem depositada em garantia. As operações não possuem custo inicial.

A diferença entre o valor na curva (*accrual*) e o valor a mercado se dá pela distinta metodologia de cálculo, pois enquanto o saldo de *swap* na curva é calculado pelo valor do principal mais juros e câmbio atualizados até 31 de dezembro de 2022, o saldo do *swap* a mercado é calculado considerando a curva futura dos indicadores descontada pelo cupom cambial.

Em atendimento às práticas contábeis brasileiras e ao IFRS, o valor dos instrumentos de derivativos é registrado a valor justo, que se aproxima aos valores de mercado.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de câmbio, demonstrando os possíveis impactos no resultado financeiro da Companhia. Essas análises de sensibilidade foram preparadas assumindo que o valor dos saldos patrimoniais estivesse em aberto durante todo o período.

A metodologia utilizada para o “cenário provável” considerou a melhor estimativa da taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2023. Vale lembrar que, por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze meses, consideraram-se os saldos da dívida em 31 de dezembro de 2022. É importante salientar que o saldo das aplicações financeiras oscilará de

acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia, bem como o comportamento dos saldos de dívida e derivativos respeitará seus respectivos contratos.

Análise de sensibilidade da taxa de câmbio, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos, utilizando as taxas e as projeções da B3 e BNDES em 31 de dezembro de 2022.

Operação	Controlada	Risco	Dívida - US\$ Mil	R\$			
				Cenário provável (I)	Cenário (II) + 25%	Cenário (III) + 50%	
PASSIVOS FINANCEIROS				(274.485)	(1.184.540)	(2.094.594)	
TN - <i>Par Bond</i>	Light SESA	US\$	39.422	(16.775)	(72.392)	(128.009)	
TN - Caução - <i>Par Bond</i>	Light SESA	US\$	(36.779)	15.650	67.537	119.425	
TN - <i>Discount Bond</i>	Light SESA	US\$	27.306	(11.619)	(50.143)	(88.667)	
TN - Caução - <i>Discount Bond</i>	Light SESA	US\$	(25.824)	10.989	47.421	83.854	
4131 Citibank 2021	Light SESA	US\$	40.011	(17.025)	(73.473)	(129.920)	
<i>Bonds (2021)</i>	Light SESA	US\$	400.632	(170.476)	(735.690)	(1.300.903)	
<i>Bonds (2021)</i>	Light Energia	US\$	200.292	(85.228)	(367.800)	(650.373)	
DERIVATIVOS				272.730	1.176.963	2.081.196	
<i>Swaps de moeda (ponta ativa)</i>	Light SESA	US\$	(440.643)	187.502	809.163	1.430.823	
<i>Swaps de moeda (ponta ativa)</i>	Light Energia	US\$	(200.292)	85.228	367.800	650.373	
TOTAL				(1.756)	(7.577)	(13.398)	
Referência para Ativos e Passivos Financeiros					+25%	+50%	
Cotação R\$/US\$ (em 31.12.2023)					5,64	7,05	8,46

34.2.3 Risco de taxa de juros

Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros não só sobre a despesa financeira associada aos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia, como também sobre as receitas financeiras oriundas de suas aplicações financeiras. A política para utilização de derivativos aprovada pelo Conselho de Administração não compreende a contratação de instrumentos contra esse risco. No entanto, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de forma a avaliar a eventual necessidade de contratar derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas, sendo que, para estes casos, é solicitada aprovação prévia ao Conselho de Administração.

Segue quadro abaixo com a posição das operações de swap de juros vigentes em 31 de dezembro de 2022:

Controlada	Companhia recebe	Companhia paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nominal (R\$) 31.12.2022	Swap (accrual) (R\$) 31.12.2022	Swap valor justo (contábil) (R\$) 31.12.2022	Valor Justo x Accrual 31.12.2022
Light Energia	IPCA + 4,85% a.a.	CDI + 1,20%	11.08.2021	17.07.2028	554.110	(33.190)	8.995	42.185
TOTAL					554.110	(33.190)	8.995	42.185

Controlada	Companhia recebe	Companhia paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nominal (R\$) 31.12.2021	Swap (accrual) (R\$) 31.12.2021	Swap valor justo (contábil) (R\$) 31.12.2021	Valor Justo x Accrual 31.12.2021
Light Energia	IPCA + 4,85% a.a.	CDI + 1,20%	11.08.2021	17.07.2028	524.532	(18.952)	3.975	22.927
TOTAL					524.532	(18.952)	3.975	22.927

O swap de juros contratado na controlada Light Energia está associado ao vencimento da 7ª Emissão de debentures.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de juros, demonstrando os possíveis impactos no resultado antes dos impostos. Essas análises de sensibilidade foram preparadas assumindo que o valor dos saldos patrimoniais estivesse em aberto durante todo o período.

A metodologia utilizada para o “cenário provável” considerou a melhor estimativa da taxa de juros em 31 de dezembro de 2023. Vale lembrar que por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze meses, consideraram-se os saldos da dívida e das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2022. É importante salientar que o comportamento dos saldos de dívida e derivativos respeitará seus respectivos contratos, bem como o saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia.

Análise de sensibilidade das taxas de juros, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos, utilizando as taxas e as projeções da B3 e BNDES em 31 de dezembro de 2022.

Operação	Controlada	R\$		
		Cenário provável (I)	Cenário (II) + 25%	Cenário (III) + 50%
ATIVOS FINANCEIROS		(4.941)	(67.854)	(131.247)
Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários ^(a)		(4.941)	(67.854)	(131.247)
PASSIVOS FINANCEIROS POR RISCOS		(58.860)	(247.179)	(435.496)
Libor6M	Light SESA	586	(1.098)	(2.782)
Libor3M	Light SESA	1	(2.487)	(4.975)
CDI	Light SESA	(34.768)	(148.632)	(262.495)
IPCA	Light SESA	(21.172)	(81.394)	(141.616)
CDI	Light Energia	(197)	(843)	(1.488)
IPCA	Light Energia	(3.310)	(12.725)	(22.140)
DERIVATIVOS		(52.693)	(225.257)	(397.821)
Swaps de moedas (ponta passiva) ^(a)		(47.168)	(201.639)	(356.110)
Swaps de taxa (ponta passiva)	Light Energia	(5.525)	(23.618)	(41.711)
TOTAL		(116.494)	(540.290)	(964.564)

Referência para Ativos Financeiros		-25%	-50%
CDI (em 31.12.2023)		13,41%	10,06%
Referência para Passivos financeiros		+25%	+50%
CDI (% em 31.12.2023)		13,41%	16,77%
IPCA (% em 31.12.2023)		6,34%	7,93%
Libor3M (% em 31.12.2023)		4,71%	5,89%
Libor6M (% em 31.12.2023)		4,69%	5,86%

^(a) Inclui as controladas do grupo Light

34.2.4 Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência dos seus consumidores ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia utiliza de todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de clientes inadimplentes em empresas de proteção ao crédito e cobrança judicial. O risco de crédito das contas a receber encontra-se pulverizado considerando a base de clientes da Companhia. Uma análise de redução ao valor recuperável é efetuada a cada data de reporte usando uma matriz de provisão para avaliar as perdas de crédito esperadas. A exposição máxima ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2022 é o valor contábil de cada classe de ativos financeiros divulgada na Nota 8. O Grupo não possui ou mantém ativos que tenham sido dados em garantia por terceiros.

No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. A Companhia possui uma política de não manter a carteira concentrada em uma determinada instituição financeira. Desta forma, a política tem como princípio controlar a concentração da carteira através de limites impostos aos Grupos e acompanhar as instituições financeiras através do seu patrimônio líquido e de seus *ratings*.

Por meio de sua política a Companhia poderá aplicar os recursos em produtos de renda fixa, pós-fixados indexados ao CDI e Títulos públicos pós-fixados.

34.2.5 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade financeira em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações que fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os recursos captados são apresentadas nas Notas 20 e 21.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial, do mercado financeiro e de empresas ligadas, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

Conforme divulgado na Nota 1.1, a Administração da Companhia está acompanhando atentamente todos os riscos relacionados a continuidade operacional do Grupo e gerencia o risco de liquidez por meio do acompanhamento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros.

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, acarretar perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica. O prolongamento da geração de energia por meio de termelétricas pode pressionar o aumento dos custos para as distribuidoras de energia, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa no curto prazo, que são recuperáveis dentro do arcabouço regulatório vigente, e pode impactar em aumentos tarifários futuros. Com a cobrança das bandeiras tarifárias, a Companhia diminui, em parte, uma maior exposição da variação do custo de compra de energia, reduzindo

assim, o risco de liquidez.

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais, as quais incluem juros futuros, quando aplicáveis, até a data dos vencimentos contratuais, são apresentadas conforme quadro abaixo:

Instrumentos a taxas de juros:	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Pós Fixadas					
Empréstimos, Financiamentos e debêntures	(251.982)	(1.225.253)	(9.599.334)	(1.121.998)	(12.198.567)
Pré-Fixadas					
Empréstimos, Financiamentos e debêntures	(36)	(775)	(345.113)	-	(345.924)
Fornecedores	(1.506.031)	-	-	-	(1.506.031)
Swap	10.940	32.821	383.335	-	427.096
TOTAL	(1.747.109)	(1.193.207)	(9.561.112)	(1.121.998)	(13.623.426)

34.2.6 Risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia

A venda ou compra de energia no mercado de curto prazo (MCP) para cobrir exposição positiva ou negativa da energia contratada para atendimento ao mercado cativo da controlada Light SESA é um risco inerente ao negócio de distribuição de energia elétrica. O limite regulatório para o repasse integral aos consumidores resultado da liquidação no MCP das exposições positivas (energia contratada acima do mercado cativo), valorada pela diferença entre o preço médio de compra de energia da distribuidora e o preço de liquidação de diferenças (PLD) é de 5% sobre a energia requerida regulatória da distribuidora. As exposições que, comprovadamente, decorram de fatores que fogem ao controle da distribuidora (exposições involuntárias), também, podem ser repassadas integralmente aos consumidores.

A estratégia para contratação de energia pela Companhia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

34.2.7 Riscos socioambientais

Os riscos socioambientais estão relacionados aos aspectos ambientais, à segurança da força de trabalho e da população, às questões relacionadas aos empregados, aos fornecedores e aos impactos na sociedade. Nesse sentido, a Companhia atua de forma contínua para promover a melhoria da sua gestão ambiental e social, de forma a mitigar esses riscos, por meio de diversos compromissos:

- (i) Atender à legislação ambiental vigente e aos padrões de qualidade ambiental por meio do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), baseado na ISO 14001, que avalia e monitora os aspectos e impactos do parque operacional da Companhia, mitigando o risco de multas, embargos de empreendimentos, acidentes, ações judiciais e danos à imagem da Light;
- (ii) Nas usinas e nas estruturas associadas ao parque gerador de energia da Companhia, além da certificação ISO 14001, atender às normas ISO 9001, de qualidade, e ISO 45001, de gestão de saúde e segurança ocupacional, formando um Sistema de Gestão Integrado (SGI);
- (iii) Investir na promoção da saúde e na prevenção de acidentes, aplicando recursos na melhoria de processos e procedimentos, capacitando e sensibilizando a força de trabalho, em paralelo a campanhas de comunicação relacionadas aos riscos da rede elétrica para a população e à importância da adoção de medidas pessoais de segurança;
- (iv) Oferecer benefícios aos empregados da Companhia que englobam planos de previdência privada, pela Braslight, assistência médica e odontológica extensivas a dependentes, auxílio alimentação e/ou refeição, auxílio natalino, auxílio-creche, complementação de auxílio doença, auxílio psicopedagógico para dependentes de empregados com necessidade de tratamentos neuropsíquicos, assistência social e psicológica, seguro de vida, auxílio funeral e bolsas de estudo de ensino médio técnico para empregados e dependentes;
- (v) Estreitar o relacionamento com as comunidades da área de concessão, fortalecendo o vínculo empresa/cliente e regularizando o fornecimento de energia e arrecadação nessas áreas, além de incentivar o cadastramento de moradores na Tarifa Social; e
- (vi) No âmbito da cadeia de valor da Light, garantir o alinhamento dos fornecedores com as diretrizes de direitos humanos, práticas trabalhistas e redução de impactos socioambientais que são adotadas pela Companhia, estabelecendo critérios para a seleção e gestão desses fornecedores que contemplam o cumprimento do Acordo de Responsabilidade Social e do Código de Ética e Conduta Empresarial da Companhia.

34.2.8 Riscos de continuidade da concessão

A Companhia e suas controladas conduzem suas atividades de geração e distribuição de energia elétrica de acordo com contratos de concessão e a legislação do setor elétrico, incluindo todas as resoluções emitidas pela ANEEL.

O quinto aditivo ao contrato de concessão da controlada Light SESA, celebrado em março de 2017 possui cláusulas que condicionam a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da controlada Light SESA, de novos critérios de eficiência com relação à qualidade da prestação do serviço e à sustentabilidade econômico-financeira da referida companhia.

Os critérios de eficiência com relação (i) à qualidade do serviço prestado são mensurados por indicadores que consideram a frequência e a duração média das interrupções do serviço de distribuição de energia, e os limites globais anuais definidos no referido aditivo; e (ii) à gestão econômica e financeira são mensurados por indicadores que consideram o nível de endividamento da companhia e limites os quais estão definidos no referido termo aditivo.

O inadimplemento do critério de qualidade da prestação do serviço será verificado nos casos em que houver o não atendimento dos indicadores por:

- (a) dois anos consecutivos no período entre 2018 e 2021 para o indicador de qualidade do serviço prestado;
- (b) dois anos consecutivos no período entre 2018 e 2019 para o indicador de gestão econômico-financeira;
- (c) especificamente no ano de 2022 para o indicador de qualidade do serviço prestado;
- (d) especificamente no ano de 2020 para o indicador de gestão econômico-financeira;
- (e) por dois anos consecutivos a partir de 2021 para o indicador de gestão econômico-financeira; ou
- (f) por três anos consecutivos a partir de 2023 para o indicador de qualidade do serviço prestado.

O descumprimento em função dos itens (a), (b), (c) e (d) acima, implica na instauração de processo administrativo para extinção da concessão, enquanto o descumprimento em função dos itens (e) e (f), acarreta a abertura de processo de caducidade, no qual se procederá com a apuração da inadimplência da concessionária.

Para o exercício findos em 2018, 2019 e 2020, a controlada Light SESA atendeu aos indicadores de qualidade do serviço prestado e de sustentabilidade econômico-financeira.

Em 08 de setembro de 2022, a controlada Light SESA recebeu o Ofício nº 312/2022 da SFF/ANEEL com conclusões a respeito da apuração do indicador de sustentabilidade econômico-financeira do ano de 2021. Em resumo, o referido Ofício determinou que para cumprimento do Critério de Eficiência com relação à Gestão Econômico-Financeira fosse realizado um aporte no montante de R\$57.919. Em consequência, no dia 30 de setembro de 2022, em linha com a orientação expressa no Ofício em referência, e com o objetivo de pacificar o cumprimento das obrigações relacionados ao ano de 2021, a controladora Light S.A. realizou um aporte de capital no montante de R\$57.919 na controlada Light SESA.

Para o exercício findo em 2022, ainda não foram mensurados de forma definitiva, uma vez que estes são mensurados quando da emissão das demonstrações contábeis regulatórias e a estimativa dos

indicadores de sustentabilidade econômico-financeira para o exercício de 2022 indica o seu descumprimento.

Importante ressaltar que o próprio contrato de concessão e o Anexo VIII-A da Resolução Normativa nº 948, de 16 de novembro de 2021, apresentam mecanismos para restabelecimento da condição de sustentabilidade econômico-financeira, antes que seja iniciado o processo de caducidade da concessão, sendo os principais a limitação de distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio cujo valor e a exigência de aportes de capital dos acionistas controladores, em montante suficiente para atender à condição de sustentabilidade mínima. Neste contexto, a Administração da Light e seus acionistas podem providenciar ações e teriam certo prazo para restabelecer os indicadores de sustentabilidade econômico-financeiro para evitar o início do processo de caducidade da concessão da Light SESA.

A Administração da Companhia entende que o potencial descumprimento em questão não inicia de forma imediata o processo de caducidade da concessão da Light SESA, mas requer monitoramento contínuo.

34.3 Gestão do capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A dívida líquida consolidada do Grupo em relação ao seu patrimônio líquido é apresentada a seguir:

Consolidado	31.12.2022	31.12.2021
Dívida de financiamentos, empréstimos e debêntures	10.688.690	11.144.326
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	427.097	(186.434)
Dívida bruta	11.115.787	10.957.892
(-) Caixa e equivalentes de caixa e TVM	2.083.551	3.604.973
Dívida líquida (A)	9.032.236	7.352.919
Patrimônio líquido (B)	2.844.757	8.733.101
Percentual de capital de terceiros - % (A÷ (B+A))	76%	46%

35. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo Light possuía seguros com cobertura abrangendo seus principais ativos, dentre os quais podemos citar:

Seguro de riscos operacionais - cobre os danos causados às Usinas Hidroelétricas e Termoelétricas, incluindo, mas não limitada a todo seu maquinário, turbinas a vapor, turbinas a gás, geradores, caldeiras, transformadores, canais, túneis, barragens, vertedouros, obras civis, escritórios e depósitos. Todos os ativos estão segurados na modalidade de Riscos Operacionais, com cobertura "All Risks", incluindo-se linhas de transmissão e distribuição até 1.000 pés do local de geração.

Seguro de responsabilidade civil de administradores e diretores (D&O) - tem por objetivo proteger os Executivos por perdas e danos resultantes do exercício das suas funções inerentes ao cargo ou posição como Conselheiros, Diretores e Administradores da Sociedade.

Seguro de responsabilidade civil e geral - objetiva o pagamento de indenização caso a Companhia venha a ser responsabilizada civilmente por meio de sentença transitada em julgado ou acordo autorizado pela seguradora, relativas a reparações por danos materiais e corporais involuntários, causados a terceiros e também aqueles relacionados à poluição, contaminação, vazamentos súbitos e ou acidentais.

A composição dos principais seguros considerada pela Diretoria é resumida conforme a seguir:

RISCOS	Data de Vigência		Importância Segurada	Prêmio Líquido
	De	Até		
Directors & Officers (D&O)	10.08.2022	10.08.2023	N/A	100.000
Responsabilidade Civil e Geral	02.01.2023	02.01.2024	N/A	20.000
Riscos Operacionais (a)	03.02.2023	03.02.2024	11.879.397	300.000

Os seguros da Companhia não fazem parte do escopo de auditoria dos nossos auditores independentes.

36. COMPROMISSOS CONTRATUAIS

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas possuem os seguintes compromissos contratuais relevantes não reconhecidos nas demonstrações contábeis:

36.1 Contratos de venda de energia elétrica gerada

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía compromissos de venda de energia, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Ano	Energia convencional contratada (R\$ mil) ^(a)	Energia incentivada contratada (R\$ mil) ^(a)
2023	855.630	46.574
2024	878.744	48.087
2025	631.536	49.530
2026	650.483	51.016
2027	669.997	52.547

^(a) Não auditado pelos auditores independentes

36.2 Contratos de compra de energia elétrica

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía compromissos de compra de energia, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Ano	Total de contratos em R\$ ^(a)
2023	7.144
2024	7.505
2025	5.900
2026	5.884

^(a) Não auditado pelos auditores independentes

37. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia e suas controladas realizaram atividades de investimento e financiamento que não envolveram caixa, conforme demonstrado abaixo:

Consolidado	2022	2021
Aquisição de ativo intangível em contrapartida a fornecedor	37.474	35.119
Adições de arrendamentos (Nota 25)	255.080	4.990
Encargos capitalizados no ativo de contrato e imobilizado	28.933	25.465
Transferências para intangível (Acordo Furnas – Nota 17)	70.663	-

38. EVENTOS SUBSEQUENTES

38.1 Revisão tarifária 2023

Em 15 de março de 2023, foi aprovado pela ANEEL o processo de reajuste das tarifas da Companhia. O resultado representa um reajuste tarifário médio para o consumidor de 7,0%, e engloba todas as classes de consumo (residencial, industrial, comercial, rural e outras). O índice de reajuste é constituído de dois componentes: (i) estrutural, que passa a integrar a tarifa, de 2,84%, compreendido pelos custos não gerenciáveis (Parcela A) e gerenciáveis (Parcela B); e (ii) componente financeiro negativo que somam 4,16%, aplicado exclusivamente aos próximos 12 meses. Neste reajuste está incluído o repasse aos consumidores de créditos tributários da exclusão do ICMS da base do PIS/Cofins, no valor de R\$1.777.129, em cumprimento à Lei nº 14.385/22. As novas tarifas entraram em vigor a partir de 15 de março de 2023.

Adicionalmente, na mesma ocasião da aprovação do reajuste, foi determinado que as áreas técnicas da ANEEL recebam e tratem os pleitos apresentados pela Companhia relacionados ao reconhecimento adequado das perdas não-técnicas regulatórias e ajustes de redução de mercado.

38.2 Contrato de Compra e Venda de Ações da controlada em conjunto AXXIOM

Em 21 de dezembro de 2022, a Light S.A. assinou um Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças para aquisição de 49% das ações da controlada em conjunto Axxiom Soluções pertencentes a Companhia Energética de Minas Gerais (“CEMIG”). A operação foi realizada por R\$1,00 (um real) onde o Grupo Light S.A. terá 100% das ações da Axxiom. Em 25 de janeiro de 2023, o Conselho de Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) aprovou a operação. Para que essa operação seja finalizada, existem algumas condições precedentes a serem cumpridas e a Companhia tem expectativa para conclusão da operação no segundo trimestre de 2023.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Wilson Martins Poit
Firmino Ferreira Sampaio Neto
Yuiti Matsuo Lopes
Helio Paulo Ferraz
Abel Alves Rochinha
Vago
Vago
Lavinia Rocha de Hollanda
Vanessa Claro Lopes

CONSELHO FISCAL

EFETIVOS	SUPLENTES
Luiz Paulo de Amorim	Natalia Carneiro de Figueiredo
Sergio Xavier Fortes	João Ricardo Pereira da Costa
Ary Waddington	Vago

DIRETORIA EXECUTIVA

Octavio Cortes Pereira Lopes - Diretor Presidente
Eduardo Guardiano Leme Gotilla - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Carlos Vinicius de Sá Roriz – Diretor
Déborah Meirelles Rosa Brasil - Diretora
Alessandra Genu Dutra Amaral - Diretora
Thiago Freire Guth - Diretor
Alexandre Nogueira Ferreira - Diretor

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE

Simone da Silva Cerutti de Azevedo
Contadora - Gerente de Contabilidade
CRC-RJ 103826/O-9

Light S.A.

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2022 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Light S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Light S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Light S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1.1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que indica que a Companhia apresentou no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 prejuízo líquido de R\$5.672.203 mil (lucro líquido de R\$397.945 mil em 31 de dezembro de 2021), geração de caixa operacional líquido de R\$200.763 mil (consumo de caixa operacional líquido de R\$42.045 mil em 31 de dezembro de 2021), capital circulante líquido negativo de R\$871.574 mil (capital circulante líquido positivo de R\$2.635.302 mil em 31 de dezembro de 2021) e possui R\$10.688.690 mil de empréstimos, financiamentos e debêntures (R\$11.144.326 mil em 31 de dezembro de 2021), sendo R\$961.478 mil registrados no curto prazo e R\$9.727.212 mil registrados no longo prazo. Conforme apresentado na nota explicativa nº 1.1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na respectiva nota explicativa, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidade: relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e uso da rede elétrica

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3.19.1 e nº 31 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a receita da Companhia é oriunda principalmente do fornecimento de energia elétrica e uso da rede elétrica, reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega da energia e/ou quando o serviço é prestado. As receitas de fornecimento de energia elétrica e uso da rede elétrica são mensuradas de acordo com o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e as tarifas vigentes. O processo ainda inclui a mensuração da receita não faturada ao consumidor, relacionada ao fornecimento de energia elétrica e uso da rede elétrica, calculada em base estimada, entre a data da leitura e a data do balanço patrimonial, utilizando determinadas premissas definidas pela Companhia.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido à relevância dos montantes envolvidos e aos julgamentos necessários para o reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e uso da rede elétrica, incluindo a mensuração da receita não faturada, bem como o uso intensivo de sistemas automatizados para processar e registrar essas receitas.

Nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e uso da rede elétrica incluíram, entre outros: (a) entendimento sobre o fluxo de reconhecimento de receita considerando a natureza das receitas da Companhia; (b) entendimento e avaliação do desenho, da implementação e da efetividade operacional dos controles internos relevantes relacionados ao reconhecimento da receita de fornecimento de energia e uso da rede elétrica; (c) envolvimento de nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados para o reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e uso da rede elétrica; (d) procedimentos analíticos que compreenderam o desenvolvimento de expectativa independente com base nas tarifas vigentes e quantidade de energia elétrica faturada sobre a ocorrência, integridade e exatidão das receitas de fornecimento de energia elétrica e uso da rede elétrica reconhecidas pela Companhia, analisando as flutuações que não estejam alinhadas com as nossas expectativas independentes; (e) teste de transações de receita, em base amostral, comparando os valores reconhecidos com os documentos-suporte sobre a ocorrência, integridade e exatidão das receitas reconhecidas pela Companhia, bem como se elas foram contabilizadas no período de competência correto; (f) avaliação e desafio se o método utilizado pela Companhia para mensurar a receita não faturada de fornecimento de energia elétrica e uso da rede elétrica foi aplicado de forma apropriada e se os cálculos foram aplicados consistentemente e estão matematicamente adequados; (g) avaliação se as premissas utilizadas no cálculo da receita não faturada de fornecimento de energia e uso da rede elétrica foram aplicadas de forma apropriada e estão consistentes, especificamente ao volume de energia não faturado, incluindo o desenvolvimento de uma expectativa independente; e (h) avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que o reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e uso da rede elétrica e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Reconhecimento de receita na venda de energia elétrica

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.19.1 e nº 31 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a receita da Companhia deriva principalmente do suprimento de energia elétrica. A contabilização da receita envolve processos efetuados pela Companhia que suportam o seu reconhecimento e que devem endereçar, entre outros, os seguintes riscos: (a) que a receita seja contabilizada após o atendimento dos critérios mínimos necessários para o seu reconhecimento no curso normal dos negócios da Companhia; e (b) que os valores da receita sejam apurados de acordo com os termos e as condições estabelecidos em contrato. A receita na venda de energia elétrica foi considerada como um principal assunto de auditoria devido aos assuntos anteriormente mencionados e à relevância dos valores envolvidos.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento sobre o fluxo de reconhecimento de receita considerando a natureza das receitas da Companhia, aspectos contratuais, entre outros; (b) entendimento e avaliação do desenho, da implementação e da efetividade operacional dos controles internos relevantes relacionados ao reconhecimento de receita na venda de energia; (c) testes, em base amostral, dos documentos-suporte sobre a ocorrência, integridade e exatidão das receitas reconhecidas pela Companhia, bem como se elas foram contabilizadas no período de competência correto; (d) procedimentos analíticos que compreenderam o desenvolvimento de expectativa independente utilizando informações contratuais do volume de energia entregue e do preço definido em contrato, analisando as flutuações que não estejam alinhadas com as nossas expectativas independentes; e (e) avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que o reconhecimento de receita na venda de energia assim como as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Infraestrutura de distribuição de energia elétrica

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3.9, nº 3.10, nº 3.12, nº 13, nº 14 e nº 17 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, os investimentos na infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia são registrados como ativo de contrato durante a fase de construção, seguindo o pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente, e, quando da entrada em operação, os valores são bifurcados, conforme interpretação técnica ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 - Contratos de Concessão, entre ativo financeiro, relativo à parcela da infraestrutura que não será amortizada até o final da concessão e para a qual há um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, e ativo intangível, correspondente à parcela da infraestrutura que será recuperada por meio da tarifa definida pelo poder concedente durante a vigência do contrato de concessão.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido à relevância dos montantes envolvidos, da complexidade dos conceitos envolvidos na aplicação dessas normas, do julgamento inerente ao processo de mensuração e dos montantes envolvidos, os quais fazem parte do critério utilizado pelo poder concedente para a determinação das tarifas de energia elétrica.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento sobre o fluxo de reconhecimento dos investimentos na infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia; (b) avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes relacionados à mensuração e ao registro dos ativos de infraestrutura da distribuição; (c) exame, em base amostral, dos documentos-suporte das adições ocorridas no exercício; (d) desenvolvimento de expectativa independente utilizando índices obtidos de forma independente para a mensuração do valor justo do ativo financeiro da concessão, analisando as flutuações que não estejam alinhadas com as nossas expectativas independentes; (e) desenvolvimento de expectativa independente sobre o saldo de amortização dos ativos intangíveis da concessão considerando as taxas de amortização aplicáveis; (f) exame, em base amostral, da bifurcação do ativo contratual entre intangível e ativo financeiro da concessão; (g) teste de realização dos ativos de infraestrutura considerando a Base de Remuneração Regulatória (“BRR”), homologada pela ANEEL no processo de Revisão Tarifária Periódica, em 14 de março de 2022, com informações sobre os ativos de infraestrutura na data-base 30 de setembro de 2021 e movimentações até a data do balanço patrimonial; e (h) avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz dos pronunciamentos técnicos CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 01 (R1)/IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que o julgamento inerente ao processo de mensuração e os saldos relacionados à infraestrutura de distribuição de energia elétrica, bem como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Registro de passivo decorrente da promulgação da Lei nº 14.385/2022

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 1.2 e nº 9.1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 27 de junho de 2022, foi promulgada a Lei nº 14.385/2022 que determinou que a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL deverá promover, nos processos tarifários, a destinação integral, em proveito dos usuários de serviços públicos afetados na respectiva área de concessão ou permissão, dos valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras de energia elétrica relacionados às ações judiciais transitadas em julgado que versam sobre a exclusão do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS da base de cálculo da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido: (a) à relevância dos valores; (b) à complexidade; e (c) ao elevado grau de julgamento envolvido para avaliar e desafiar as premissas da Companhia sobre o reconhecimento do passivo decorrente da promulgação da Lei nº 14.385/2022.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) avaliação dos processos relacionados ao reconhecimento do passivo decorrente da promulgação da Lei nº 14.385/2022; (b) procedimentos analíticos que compreenderam o desenvolvimento de expectativa independente sobre a ocorrência, integridade e exatidão do passivo decorrente da promulgação da Lei nº 14.385/2022 reconhecido pela Companhia, analisando as flutuações que não estejam alinhadas com as nossas expectativas independentes; (c) indagações à Diretoria e aos assessores legais externos da Companhia, além da avaliação dos pareceres legais acerca do tema; (d) envolvimento de nossos especialistas legais nas indagações à Diretoria e aos advogados externos, na avaliação dos pareceres legais e nos desafios às premissas utilizadas pela Diretoria; (e) envolvimento de especialistas em normas técnicas e profissionais de contabilidade na análise da aplicação da prática contábil à transação; e (f) avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do pronunciamento técnico CPC 25/IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que o reconhecimento do passivo decorrente da promulgação da Lei nº 14.385/2022 assim como as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (“DVA”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Informações comparativas - valores correspondentes

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram auditadas por outro auditor independente, que emitiu relatório, em 24 de março de 2022, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Marcelo Salvador
Contador
CRC nº 1 MG 089422/O-0

Rio de Janeiro, 27 de março de 2023.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os Diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, bem como concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu, referenciadas no Relatório dos Auditores Independentes.

Octavio Cortes Pereira Lopes
Diretor Presidente

Eduardo Guardiano Leme Gotilla
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Déborah Meirelles Rosa Brasil
Diretora

Carlos Vinicius de Sá Roriz
Diretor

Alessandra Genu Dutra Amaral
Diretora

Thiago Freire Guth
Diretor

Alexandre Nogueira Ferreira
Diretor

Anexo I

Relatório Anual do Comitê de Auditoria Estatutário da Light S.A. (“Companhia” ou “Light”)

Ao longo do exercício de 2022, o Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia (“CAUDIT” ou “Comitê”), realizou reuniões ordinárias, conforme previstas no calendário anual de reuniões, aprovado pelo Conselho de Administração, e extraordinárias, para análise de assuntos de sua competência, em conformidade com o previsto no Estatuto Social da Companhia e no Regimento Interno do CAUDIT.

As reuniões contaram com a participação dos representantes dos auditores independentes (Deloitte), dos profissionais da Light responsáveis pela área de auditoria interna, riscos e *compliance*, do *Data Protection Officer* (DPO) bem como de membros da Diretoria, sem prejuízo da presença de outros profissionais da Companhia, quando necessário, para a análise de temas específicos.

No exercício de suas atribuições, destacam-se as seguintes atividades desempenhadas:

1. Monitoramento da qualidade e integridade das Informações Trimestrais de Resultados (“ITR”) e das Demonstrações Financeiras Padronizadas (“DFP”), previamente à sua publicação;
2. Avaliação da qualidade e integridade dos relatórios de controles internos fornecidos pela Companhia e pelos Auditores Independentes;
3. Acompanhamento dos trabalhos da Auditoria Independente realizados pela Deloitte Touche Tohmatsu Brasil e recomendações por ela emitidas;
4. Exame e acompanhamento do Plano Anual de Auditoria Externa e o Plano Anual de Auditoria Interna;
5. Monitoramento dos programas de integridade / conformidade (*compliance*) e sua adequação à complexidade e aos riscos envolvidos nas atividades da Companhia;
6. Monitoramento da efetividade / qualidade dos trabalhos realizados pelas Auditorias Independente e Auditoria Interna;
7. Supervisão das atividades da área de Controles Internos, incluindo o monitoramento da qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos da Companhia e de suas controladas, apresentando recomendações de aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos, quando considerados necessários;
8. Supervisão das atividades da área de Compliance, incluindo o monitoramento da qualidade e integridade dos mecanismos de atuação preventiva e corretiva da área, no que se refere ao estabelecimento e divulgação das práticas de *compliance*, e, também, o recebimento e apuração de denúncias da Companhia e de suas controladas, apresentando recomendações de aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos, quando considerados necessários;
9. Supervisão das atividades da Auditoria Interna da Companhia e de suas controladas, incluindo o monitoramento da efetividade e da suficiência da estrutura, bem como da qualidade e integridade dos processos de auditoria interna,

apresentando propostas ao Conselho de Administração e à Diretoria de ações necessárias para aperfeiçoá-las;

10. Acompanhamento das transações com partes relacionadas comunicadas pela Diretoria e divulgadas nas Demonstrações Financeiras, inclusive a revisão periódica da política de Partes Relacionadas para aprovação do Conselho de Administração;

11. Monitoramento dos trabalhos do *Data Protection Officer* e dos procedimentos relacionados à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);

12. Assessoramento ao Conselho de Administração na definição dos padrões de qualidade das Demonstrações Financeiras e dos controles internos; e

13. A análise prévia dos assuntos submetidos para deliberação do Conselho de Administração pertinentes ao Comitê, emitindo recomendações para auxílio aos conselheiros na tomada de decisão.

Os membros do Comitê de Auditoria são Abel Alves Rochinha, Hélio Paulo Ferraz, Lavinia Rocha de Hollanda e Vanessa Claro Lopes, sendo a Sra. Vanessa Claro Lopes a coordenadora do Comitê, conforme resumos curriculares a seguir:

Abel Alves Rochinha: Formado em Engenharia Mecânica pela PUC/RJ, com pós-graduações em Engenharia Industrial pela PUC/RJ, Administração Financeira pela FGV/RJ, e em Administração de Empresas pela COPPEAD/UFRJ. É membro do conselho de administração da Light S.A. e da Light Serviços de Eletricidade S.A. ("Light S.E.S.A."), todas empresas do setor elétrico, desde abril de 2021, possuem ampla experiência em empresas em *turn around*, tendo atuado durante os últimos 14 anos como CEO e os 10 anos anteriores como CFO de grandes empresas no Brasil. Nos últimos 5 anos atuou como Executivo nas empresas Invepar e no Grupo Enel (por 15 anos). Anteriormente trabalhou na Metrophone, Vésper, Ferrovia Centro-Atlântica América Latina Logística e Lojas Americanas. O Sr. Abel não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Hélio Paulo Ferraz: Formado em Direito pela PUC/RJ e em Administração Judicial pela ESAJ/TJRJ. Atualmente é membro do conselho de administração da Light Energia S.A. e Light S.A. e Membro do Conselho Superior da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), do Conselho de Energia da FIRJAN, Integra a lista de Árbitros e Mediadores na Câmara Brasileira de Mediação e Arbitragem (CBMA) e da lista de Mediadores da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e da Câmara De Comércio Brasil/Portugal, além de ser Mediador Judicial do TJRJ. Ocupou cargos como Presidente do SINAVAL, Presidente da Associação Brasileira de Fabricantes de Equipamentos Navais e Offshore; Presidente, Vice-Presidente e Vice de Futebol do Flamengo, Secretário de Minas e Energia do Estado do Rio de Janeiro. O Sr. Hélio não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Lavinia Rocha de Hollanda. Formada em Engenharia Elétrica pela UNICAMP, mestre em Economia pela UFRJ e doutora em Economia pela EPGE-FGV. Atualmente é membro do Conselho de Administração da Light S.A. e Light S.E.S.A, todas empresas do setor elétrico, desde abril de 2021, diretora e sócia fundadora da Escopo Energia, consultoria com foco em estratégia, inovação e sustentabilidade nos setores de energia e infraestrutura, além de Conselheira de Administração e membro do Comitê

Estatutários de Auditoria na Copa Energia. Foi Conselheira de Administração e membro do Comitê de Auditoria da Vast (antiga Açú Petróleo, 2020-22) da Eneva (2018-21) e membro externo do Comitê de Minoritários do Conselho da Petrobras (2016-17). Foi também membro do Conselho Consultivo para Sustentabilidade da Royal Dutch Shell (External Review Committee for the Sustainability Report, 2015 -17), *advisor* da delegação brasileira no comitê de meio ambiente marinho da Organização Marítima Internacional (MEPC/IMO) e representante da sociedade na Comissão Especial de Licitação (CEL) da 13ª Rodada de Licitações de blocos para exploração e produção de petróleo da ANP (2015-16). Possui ampla experiência no setor elétrico, de petróleo e gás, infraestrutura e outros setores regulados (Banco Garantia, Credit Suisse, Jardim Botânico Investimentos, Macquarie Bank). Participou em diversos projetos de pesquisa aplicada e consultoria sobre os diversos segmentos do setor de energia, infraestrutura e outros setores regulados. A Sra. Lavinia não é considerada uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Vanessa Claro Lopes (Coordenadora): Mestre em Sistemas de Gestão e Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Bacharel em Processamento de Dados pela FATEC/BS, com especialização em Gestão Empresarial pela EAESP FGV e Redes de Computadores pela Universidade São Judas. Atualmente é membro do Conselho de Administração da Light S.A. e da Light Energia S.A desde abril de 2021, todas do setor elétrico. É membro independente do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria da Americanas S.A., da Afya Educacional, Coordenadora do Comitê de Auditoria da Tegma Logística S.A., membro do Comitê de Auditoria, Riscos e Ética da Embraer S.A. e dos Conselhos Fiscais da Cosan S.A. e Comgás S.A. Iniciou sua carreira em 1995 na PwC Brasil na área de Advisory Services. Em paralelo, entre os anos de 1997 e 1998, foi professora titular da cadeira de Auditoria de Sistemas e Segurança da Informação na Faculdade Objetivo. Atuou também como responsável pelas equipes de Auditoria Interna do Grupo Telefônica S.A. entre os anos de 2000 e 2004. Com relevante atuação em empresas de capital aberto, foi Diretora Executiva da Auditoria Interna Corporativa do Grupo TAM S.A. e Diretora da Auditoria Interna da Globex Utilidades S.A. entre os anos de 2004 e 2014. Na sequência, foi Presidente do Conselho Fiscal da Via Varejo S.A. e membro dos Conselhos Fiscais da Gerdau S.A., Terra Santa Agro S.A., Renova Energia S.A. e Estácio Participações S.A. A Sra. Vanessa não é considerada uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

O Regimento Interno do Comitê foi aprovado em 28.07.2021 para atualização de suas competências.

As funções do Comitê são desempenhadas com base nas informações recebidas da Diretoria, dos Auditores Independentes, das áreas de Auditoria Interna, *Compliance*, Controles Internos e Gestão de Riscos e dos responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras.

O Comitê reuniu-se 12 (doze) vezes no período de 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022, quando foram avaliados e analisados os temas de competência do Comitê.

Em 25 de abril de 2022 a Deloitte Touche Tohmatsu Limited foi contratada pela Light SA, Light SESA e Light Energia para atuar como o novo auditor independente da Companhia, substituindo a Ernst & Young Global Limited. Os trabalhos da Deloitte tiveram início com a revisão das informações trimestrais relativas ao primeiro trimestre

de 2022. A mudança foi realizada em função da alteração periódica e planejada de auditores independentes pela Companhia e a Ernst & Young Global Limited manifestou sua anuência com a alteração mencionada.

O Comitê mantém com os auditores externos um canal de interlocução periódica para ampla discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes, de maneira que permita aos seus membros fundamentar opinião acerca da integridade das demonstrações contábeis e relatórios financeiros. Em 2022, o Comitê reuniu-se com os auditores externos da Companhia em 05 (cinco) ocasiões. O Comitê avalia como satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas pelo auditor independente em 2022.

É importante ressaltar que no 2º trimestre de 2022 e no 3º trimestre de 2022 os auditores independentes emitiram parecer com ressalva para as Informações Trimestrais da Companhia, em função da Lei Nº 14.385, de 27 de junho de 2022 ("Lei") e de seus efeitos nas Demonstrações Financeiras da Companhia. O reflexo dos efeitos decorrentes da referida Lei nas Demonstrações Financeiras, na opinião da Diretoria à época, embasada pelo parecer de assessores contábeis, jurídicos e regulatórios independentes, dependia de uma Revisão Tarifária Extraordinária por parte da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), e do andamento de pleitos judiciais impetrados pela Companhia sobre a inconstitucionalidade da Lei. O Comitê de Auditoria acompanhou as análises realizadas pela Companhia, seus assessores independentes e por seus auditores independentes sobre o assunto, tendo recomendado ao Conselho de Administração a aprovação das referidas Informações Trimestrais.

O Comitê acompanhou as atividades dos auditores externos a fim de avaliar a sua independência, a qualidade dos trabalhos e a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia. Os resultados desses trabalhos, apresentados ao longo do exercício de 2022, não trouxeram ao conhecimento do Comitê a existência de riscos que possam afetar de forma relevante a sustentabilidade da Companhia ou suas Demonstrações Financeiras Anuais.

O Comitê também acompanhou o processo de auditoria desenvolvido pela área de Auditoria Interna, por meio da realização de reuniões periódicas para acompanhamento da execução do plano de auditoria interna do exercício de 2022. Além disso, avaliou e recomendou a aprovação do planejamento de seus trabalhos relativos ao exercício de 2023 para o Conselho de Administração, e tal plano foi aprovado em 20 de dezembro de 2022.

O Comitê avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna. Os resultados desses trabalhos, apresentados em 05 (cinco) reuniões do Comitê em 2022 não trouxeram ao conhecimento do Comitê a existência de riscos que possam afetar de forma relevante a sustentabilidade da Companhia ou suas demonstrações financeiras.

No entendimento do Comitê, a forma e as ações adotadas pela Companhia para monitorar os sistemas de controles internos e gestão de riscos, em seus aspectos relevantes, estão em processo de evolução satisfatória.

Com base nos exames e nas informações fornecidas pela Deloitte, o Comitê avaliou que houve objetividade e independência nos trabalhos dos Auditores Independentes, e não identificou situações que pudessem afetá-las. Avalia como satisfatória as

estruturas da Auditoria Interna da Companhia, assim como a qualidade de seu corpo técnico e gerencial e os resultados do seu trabalho.

Conforme informado pela área responsável pela Auditoria Interna, Riscos e Compliance, as denúncias de descumprimento de normas têm o adequado tratamento de controle, avaliação e correção, não existindo tema material apurado ou em andamento que possa afetar as Demonstrações Financeiras da Companhia.

Este Comitê declara não ter ciência de qualquer denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Diretoria da Companhia que representem a existência ou evidência de fraudes, falhas ou erros que, pela sua materialidade, coloquem em risco a continuidade da Companhia ou a credibilidade e confiabilidade de suas demonstrações financeiras.

Considerando os sistemas de controles internos existentes, a abrangência e a eficácia dos trabalhos realizados pelos Auditores Independentes, assim como seu respectivo Relatório Anual, este Comitê de Auditoria, por unanimidade, entende que as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 da Light S.A. (“Demonstrações Financeiras de 2022”) apresentam adequadamente a posição financeira e patrimonial da Light em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil, às normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), à legislação societária brasileira e às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, razão pela qual recomenda: o encaminhamento das Demonstrações Financeiras de 2022 para a análise do Conselho de Administração e consequente submissão à deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2023.

Vanessa Claro Lopes
(Coordenadora do Comitê de Auditoria Estatutário)

Abel Alves Rochinha

Hélio Paulo Ferraz

Lavinia Rocha de Hollanda

PARECER DO CONSELHO FISCAL

PARECER DO CONSELHO FISCAL: *O Conselho Fiscal da LIGHT S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com o disposto no artigo 163, da Lei nº 6.404/76, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras, todos os documentos relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, da Companhia e Consolidado.*

Nossos exames das demonstrações citadas no parágrafo anterior foram complementados, ainda, por análise de documentos e, substancialmente, por informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal pelos Auditores Independentes e pela Administração da Companhia.

Desta forma, tendo em conta, ainda, o parecer dos Auditores Independentes Deloitte, emitido em 27 de março de 2023, o CONSELHO FISCAL, por unanimidade, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apresentados à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas para deliberação.”

Rio de Janeiro, 27 de março de 2023.

Luiz Paulo de Amorim

Sérgio Xavier Fortes